

Plano de Atividades e Orçamento 2026-2028

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA

16 de setembro de 2025

ÍNDICE

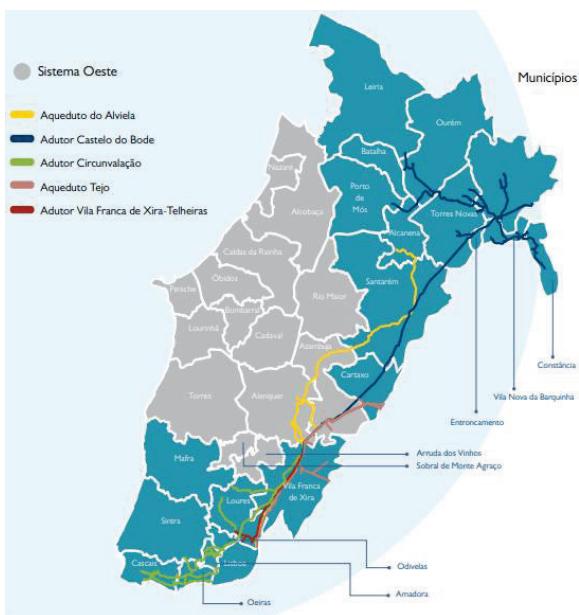
1.	INTRODUÇÃO	3
1.1.	Caracterização da Empresa.....	3
1.2.	Missão e visão	5
1.3.	Modelo de negócio	9
1.4.	Recursos Humanos.....	13
1.5.	Informação Financeira	15
2.	A ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO	18
2.1.	Estratégia	18
2.2.	Objetivos estratégicos e setoriais	23
3.	PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO	28
3.1.	Sumário executivo.....	28
3.2.	Orientações e Pressupostos para o PAO 2026-2028.....	30
3.3.	Orientações Financeiras para o triénio 2026-2028.....	31
3.3.1.	Volume de Negócios	32
3.3.2.	Gastos operacionais	35
3.3.3.	Gastos com pessoal.....	36
3.3.4.	Fornecimentos e Serviços Externos	38
3.3.5.	Eficiência operacional	38
3.3.6.	Resultado operacional	39
3.3.7.	Resultado líquido	42
3.3.8.	Rácio de eficiência de recursos humanos	43
3.3.9.	Novos investimentos.....	45
3.3.10.	Planos Financeiros	46
3.3.11.	Endividamento	48
3.3.12.	Pagamentos em atraso	50
3.3.13.	Prazo médio de pagamento:	50
3.4.	Princípios de elaboração dos Plano de Atividades e Orçamento.....	51
3.4.1.	Eficiência operacional	52
3.4.2.	Otimização de gastos	55
3.4.3.	FSE (incluindo frota automóvel).....	56
3.4.4.	Recursos humanos	59
3.4.5.	Conformidade com o Orçamento de Estado.....	60
4.	RECURSOS HUMANOS.....	61
4.1.	Quadro de pessoal	61

4.2. Gastos com o pessoal.....	63
5. INFORMAÇÃO FINANCEIRA.....	65
5.1. Plano Financeiro.....	65
5.1.1. Indicação das fontes de financiamento da atividade operacional e do investimento	66
5.1.2. Serviço da dívida	66
5.1.3. Ações ou atividades que sejam objeto de financiamento ainda não concretizado	66
5.1.4. Demonstrações financeiras previsionais.....	67
5.1.5. Eficiência operacional, rácios financeiros e quadro resumo.....	67
5.1.6. Conformidade com o Orçamento do Estado para 2026	70
5.2. Endividamento	70
6. CONTRATO PROGRAMA/ CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO / CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO	71
7. PLANO DE INVESTIMENTOS	72
7.1. Enquadramento	72
7.2. Metodologia	73
7.3. Plano de Investimentos 2026-2030	81
7.4. Investimento previsto no PAO 2026 para o ano 2025	85
7.5. Sistema de acompanhamento de investimentos.....	86
7.6. Investimentos materialmente relevantes	89
8. QUADRO SÍNTSE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS	90
9. DOCUMENTAÇÃO ANEXA À PROPOSTA DE PAO:.....	90
Anexo I – Informação respeitante aos documentos enquadradores enviados em julho/2025 à ETF, pela AdP SGPS, SA	95
Anexo II – Despachos da Tutela financeira de dispensa do cumprimento dos princípios enunciados nas presentes instruções, com impacto na proposta de PAO.....	115
Anexo III – Demonstrações Financeiras Previsionais	140
Anexo IV – Recursos Humanos	149
Anexo V – Planeamento financeiro para 2026-2028	161
Anexo VI - Plano de Investimentos	162
Anexo VII – Outros	215
Anexo VII – A – Frota Automóvel.....	216
Anexo VIII – Parecer do Órgão de Fiscalização	222

1. INTRODUÇÃO

1.1. Caraterização da Empresa

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. é sucessora da CAL – Companhia das Águas de Lisboa, concessionária do abastecimento de água à cidade de Lisboa, entre abril de 1868 e outubro de 1974, altura em que terminou o contrato de concessão. É então constituída a EPAL – Empresa Pública das Águas de Lisboa designação que mantém até 1981, quando passa a denominar-se por EPAL – Empresa Pública das Águas Livres. Em 21 de junho de 1991, por força do Decreto-Lei n.º 230/91, a EPAL – Empresa Pública das Águas Livres é transformada em sociedade anónima de capitais integralmente públicos, situação que lhe confere maior flexibilidade de gestão para concretizar o seu desenvolvimento estratégico e realizar a sua missão, passando a ter a denominação social de EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA. A partir de 1993 é integrada no então criado, Grupo AdP – Águas de Portugal SGPS, SA. Atualmente a EPAL é uma empresa do setor empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA.



A área de intervenção da EPAL, até 1935, limitava-se ao abastecimento e distribuição de água ao concelho de Lisboa. A partir desse ano, a EPAL passa a abastecer em Alta o município de Oeiras, tendo ao longo do tempo vindo a expandir esta atividade a outros municípios, servindo à data 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa).

Os 35 municípios abastecidos são: Alcanena, Alenquer, Alcobaça, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Batalha, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Cartaxo, Cascais, Constância, Entroncamento, Leiria, Lisboa, Loures, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Odivelas, Oeiras, Ourém, Peniche, Porto de Mós, Rio Maior, Santarém, Sintra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras, Torres Novas, Tomar, Vila Franca de Xira e Vila Nova da Barquinha.

Em julho de 2015, a EPAL passa a ser responsável pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT), a qual foi atribuída pelo

Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio. O sistema integrava um universo de 86 municípios, servindo uma área conjunta que abrangia 95 municípios, ocupando uma área territorial correspondente a um terço do território continental português, e servindo 3,8 milhões de habitantes.

No âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, que promoveu a cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, e cuja gestão delegada se encontrava atribuída à EPAL através do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, foram criados dois novos sistemas multimunicipais de saneamento de águas residuais: o sistema da Grande Lisboa e Oeste e o Sistema da Península de Setúbal, tendo ainda sido redenominada a sociedade Águas de Lisboa e Vale do Tejo para Águas do Vale do Tejo (AdVT).

Tal originou uma alteração do âmbito territorial da gestão delegada da EPAL, pois dos anteriores oito sistemas agregados mantiveram-se na AdVT apenas cinco, sendo que um deles (o sistema do Oeste) somente na atividade de abastecimento. O sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Vale do Tejo, resultante de cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, abrange atualmente os seguintes municípios:

- No abastecimento de água e saneamento de águas residuais, os municípios de Aguiar da Beira, Alandroal, Almeida, Alter do Chão, Alvaiázere, Arronches, Avis, Belmonte, Borba, Campo Maior, Castanheira de Pêra, Castelo Branco, Castelo de Vide, Celorico da Beira, Crato, Entroncamento, Elvas, Évora, Ferreira do Zêzere, Figueira de Castelo Rodrigo, Figueiró dos Vinhos, Fornos de Algodres, Fronteira, Fundão, Gavião, Gouveia, Guarda, Idanha-a-Nova, Mação, Manteigas, Marvão, Meda, Monforte, Mourão, Nisa, Oleiros, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penamacor, Pinhel, Ponte de Sor, Portalegre, Portel, Proença-a-Nova, Redondo, Reguengos, Sabugal, Sardoal, Seia, Sousel, Sertã, Tomar, Vila Nova da Barquinha e Vila Velha de Ródão;
- Apenas na componente de abastecimento de água, os municípios de Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Mafra, Nazaré, Óbidos, Peniche, Rio Maior, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras.

Atualmente a área servida pela EPAL e AdVT abrange assim 91 municípios que ocupam uma área territorial correspondente a um terço do território continental português e serve 3,5 milhões de habitantes.

1.2. Missão e visão

MISSÃO:

A EPAL tem como missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados, e assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

VISÃO:

Ser uma Empresa de referência no setor da água e do saneamento, em termos de qualidade do serviço público prestado, e orientar-se pelas melhores práticas internacionais, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, preservando o recurso natural de que depende - a Água - e o ambiente.

VALORES:

Os valores fundamentais da Empresa assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

Orientamo-nos pelos seguintes Valores Éticos:

- Espírito de servir;
- Excelência;
- Integridade;
- Responsabilidade;
- Rigor;
- Transparência.

PRINCÍPIOS:

Os Princípios de atuação da EPAL, na prossecução da sua missão, devem ter em consideração:

- Respeito e proteção dos direitos humanos;
- Respeito pelos direitos dos/as trabalhadores/as;
- Respeito pela igualdade de género;

- Luta contra a corrupção;
- Erradicação de todas as formas de exploração;
- Erradicação de todas as práticas discriminatórias;
- Responsabilidade na defesa e proteção do meio ambiente;
- Contribuição para o desenvolvimento sustentável.

PILARES DO DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO:

- Requalificação e Valorização dos Ativos;
- Resiliência do Serviço;
- Eficiência e Sustentabilidade;
- Inovação e Digitalização da Atividade;
- Solidariedade Ativa.

POLÍTICA DE GESTÃO:

No âmbito do contexto organizacional da EPAL e Águas do Vale do Tejo, e por forma a garantir o cumprimento da legislação, regulamentação e normas aplicáveis e da missão, visão e valores, assumem-se os seguintes compromissos:

- **Gestão Delegada do Sistema Multimunicipal do Vale do Tejo** – Assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o concedente e entidade reguladora;
- **Responsabilidade empresarial** - Garantir a qualidade dos produtos e serviços prestados, que contribuem para a saúde pública, preservação do ambiente e para a sociedade, utilizando as práticas mais inovadoras, assegurando a disponibilidade dos recursos necessários e a implementação de planos, processos e procedimentos adequados para o efeito, para reduzir os riscos e maximizar as oportunidades e atingir os objetivos e metas propostas para a melhoria contínua do desempenho e eficácia dos sistemas de gestão e para a sustentabilidade da Empresa;
- **Satisfação dos/as Trabalhadores/as, Clientes e das outras Partes Interessadas** – Auscultar e promover a satisfação dos requisitos, das necessidades e expectativas relevantes dos/as trabalhadores/as, clientes, comunidade e restantes partes interessadas, visando sempre a melhoria da relação com as partes interessadas relevantes, dos produtos e serviços da Empresa e

das interfaces existentes. Assegurar a comunicação, a consulta e participação dos/as trabalhadores/as e dos seus representantes, em temáticas relacionadas com os sistemas de gestão e na identificação de soluções para melhorar o respetivo desempenho, designadamente na vertente da segurança e saúde;

- **Formação, Competência e conhecimento dos/as Trabalhadores/as** – Potenciar e promover as competências, a qualificação profissional das pessoas e o conhecimento individual e organizacional, necessários para a eficaz execução das suas funções, responsabilidades e tarefas. Proporcionar a formação contínua e de excelência, o acesso a redes de *networking*, incentivar a criatividade, o desenvolvimento pessoal e o comprometimento com a sustentabilidade, numa perspetiva de fomentar uma cultura organizacional orientada para a melhoria do desempenho, inovação e criação de valor na e para a Empresa;
- **Promoção da Segurança e Saúde das Pessoas** – Identificar os perigos e avaliar os riscos para a segurança e saúde das pessoas, determinar e adotar medidas eficazes para a prevenção, proteção e, tanto quanto possível, para a eliminação dos perigos e redução dos riscos. Assegurar a existência de condições de trabalho seguras e saudáveis e prevenir a ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais, nomeadamente de lesões e afeções de saúde relacionadas com o trabalho;
- **Valorização dos Trabalhadores/as e do seu Contributo** – Implementar práticas e medidas de conciliação, visando a adaptação dos/as trabalhadores/as ao contexto da sua função, da sua vida pessoal e familiar e que promovam a sua saúde, motivação e envolvimento com a Empresa. Promover o respeito pelos princípios de igualdade e da não-discriminação e o equilíbrio entre as diferentes esferas da vida, por forma a contribuir para uma participação equilibrada de homens e mulheres nas atividades profissionais e familiares, fomentar o seu desenvolvimento pessoal e para a evolução positiva da empresa e da sociedade;
- **Gestão de Ativos** – Definir e implementar estratégias para assegurar uma eficaz e eficiente gestão dos ativos, tendo por base as orientações estratégicas da organização. Gerir os ativos da Empresa numa lógica de criação de valor, garantindo um equilíbrio entre o custo, risco de falha e o desempenho ao longo do seu ciclo de vida, através da disponibilização de recursos e da otimização dos investimentos, da exploração e da manutenção;

• **Desenvolvimento sustentável e Responsabilidade Social** – Contribuir, de forma ativa, inovadora e responsável, para um futuro sustentado da Empresa e da sociedade, através da definição de uma estratégia de sustentabilidade e de uma atuação socialmente responsável, ao nível da governação, da sociedade e do ambiente. Contribuir, continuadamente, para o desenvolvimento económico das regiões onde se insere e do país e para a coesão social, cumprindo os compromissos para com os/as trabalhadores/as, os fornecedores, os clientes, as comunidades, o Estado e outras partes interessadas. Atuar com responsabilidade no que respeita aos impactes, riscos e oportunidades inerentes às atividades desenvolvidas, promovendo a proteção do ambiente, através do uso eficiente dos recursos naturais, prevenindo a poluição e ocorrência de acidentes ambientais em todas as atividades, contribuindo, sempre que possível, para a recuperação de passivos ambientais, compensação da pegada ecológica da Empresa e para a preservação da biodiversidade;

• **Combate e Adaptação às Alterações Climáticas** – Melhorar, continuadamente, o desempenho energético e hídrico global, promovendo uma atuação orientada para: a diminuição dos consumos e para a eficiência no uso da Água e da Energia; a diminuição e manutenção das perdas de água em níveis economicamente aceitáveis; as ações tendentes à neutralidade carbónica; a aquisição de produtos e serviços hídrica e energeticamente eficientes; um pensamento estratégico visando a adaptação, a resiliência e a resposta proactiva e atempada da Empresa às alterações climáticas e aos seus efeitos;

• **Resiliência Organizacional e Continuidade do Negócio** – Promover a adequada preservação, proteção e segurança das infraestruturas críticas e uma cultura de gestão de risco e resiliência para as suas atividades e negócios, definindo e planeando estratégias para reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos disruptivos e, ou, as suas consequências e impactos. Potenciar a capacidade de organização, prevenção e recuperação perante fatores ou condições adversas, por forma a garantir a continuidade do negócio, o cumprimento da missão, a preservação da vida humana e a confiança da Empresa perante as suas partes interessadas;

• **Segurança da informação** – Gerir e assegurar uma utilização adequada dos sistemas de informação que suportam as atividades da Empresa e os produtos e serviços prestados aos clientes, de forma a garantir a disponibilidade, integridade e confidencialidade da informação da Empresa e dos seus clientes, cumprindo com o estabelecido nas políticas e outros normativos internos relacionados;

- **Integridade, Transparência, Ética e Anticorrupção** – Promover e assegurar o cumprimento do estabelecido no Código de Conduta e Ética, no Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas e na Política de Anticorrupção da Empresa, nos princípios do Pacto Global das Nações Unidas subscritos pela Empresa e noutras orientações aplicáveis, contribuindo para reduzir a existência de conflitos de interesses, melhorar a imagem, a confiança e a reputação da Empresa entre as suas partes interessadas. Fomentar uma cultura de integridade, transparência, ética, anticorrupção e de *compliance*, que abranja a tomada de decisão, as atividades da Empresa e a relação com os seus parceiros de negócio, contribuindo ativamente no combate contra a corrupção e para a boa governação;
- **Envolvimento da Cadeia de Fornecimento** – Promover junto dos fornecedores de bens e serviços a partilha de valores, princípios de sustentabilidade e de *compliance*, estimulando a sua adesão ao compromisso de respeitar e aplicar as boas práticas implementadas, criando valor para ambas as partes;
- **Inovação e Desenvolvimento** – Incentivar a investigação e o desenvolvimento de soluções para oportunidades identificadas, promovendo ativamente um processo de inovação transversal à Empresa, focado no negócio, na relação custo-benefício, no desenvolvimento sustentável e desejavelmente escaláveis no setor da água, estabelecendo, quando identificada a necessidade, parcerias externas nos projetos;
- **Economia Circular** – Promover a consciencialização dos princípios da economia circular, identificar e implementar nos processos e atividades da Empresa oportunidades que contribuam, por esta via, para a Sustentabilidade.

1.3. Modelo de negócio

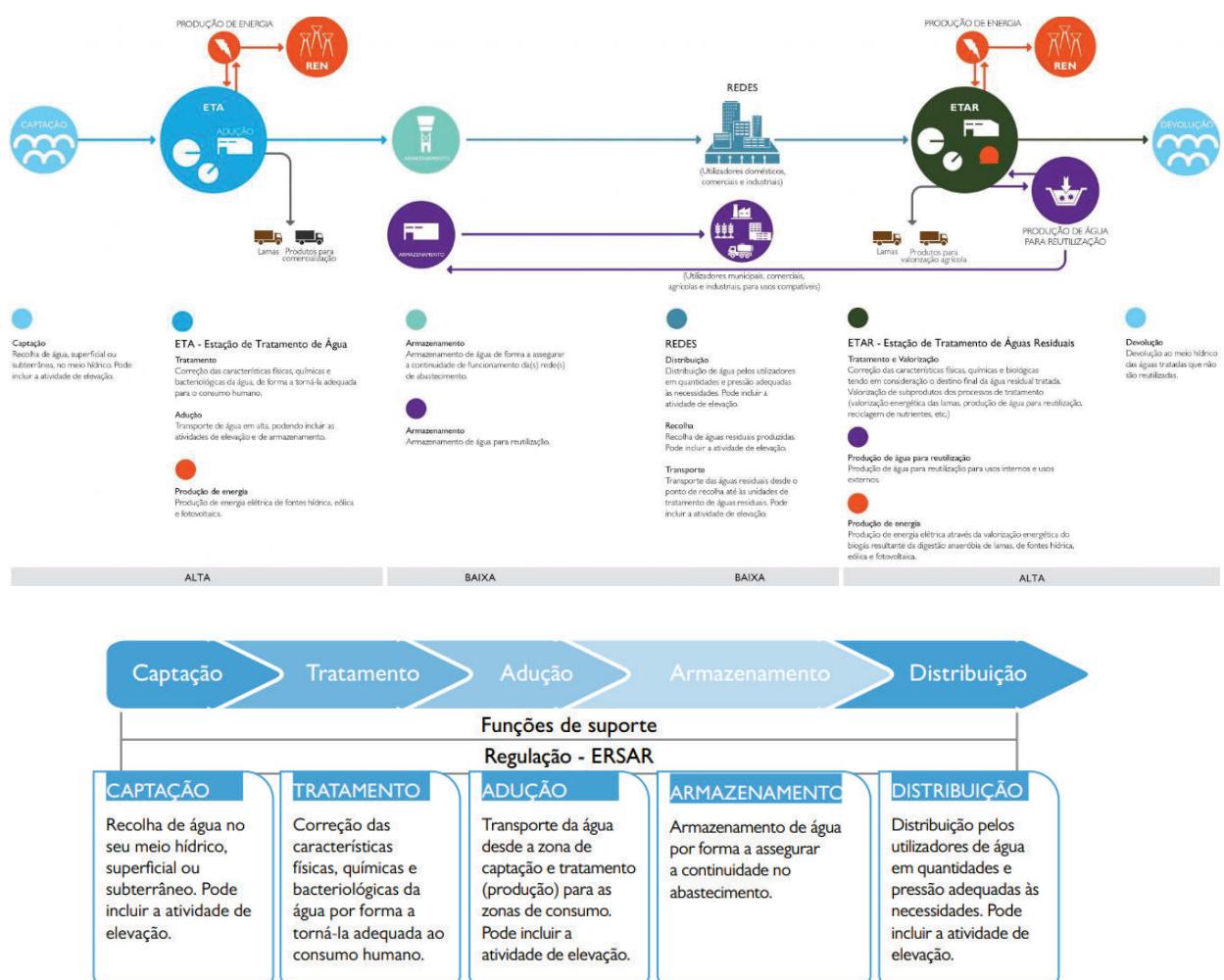
A EPAL rege-se pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, e pelos seus Estatutos.

A atividade direta da EPAL comprehende duas atividades distintas: o abastecimento de água em Alta a entidades gestoras, e o abastecimento de água em Baixa aos utilizadores finais no município de Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades.

A concessão da exploração e da gestão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e de Saneamento do Vale do Tejo foi atribuída à Águas do Vale do Tejo, e à EPAL a manutenção da sua gestão delegada, conforme decorre do disposto nos Decretos-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e n.º

34/2017, de 24 de março. No âmbito da gestão delegada desse sistema, a EPAL assumiu, não só a gestão das infraestruturas como todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema: construção das infraestruturas; aquisição, manutenção e renovação das instalações e equipamentos; controlo dos parâmetros de qualidade da água para abastecimento público e dos parâmetros sanitários das águas residuais recolhidas; faturação dos serviços de fornecimento e de recolha; elaboração da contabilidade da sociedade; gestão de recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal; gestão financeira e controlo de gestão; apoio jurídico; logística; comunicação; gestão de sistemas de informação; e suporte e apoio à atividade.

A cadeia de valor do negócio da EPAL (incluindo a gestão delegada do sistema da AdVT) é a seguinte:



Água em Alta: A EPAL é responsável pela produção (captação e tratamento) de água para consumo humano e entrega da mesma a 35 municípios em Alta (incluindo Lisboa) – 17 clientes municipais abastecidos diretamente e os restantes abastecidos por via de duas entidades gestoras multimunicipais – a Águas do Vale do Tejo e a Águas do Ribatejo.

A EPAL desenvolve a sua atividade numa área geográfica que se estende desde a albufeira de Castelo de Bode até aos concelhos limítrofes de Lisboa.



Água em Baixa: A EPAL é responsável pela distribuição domiciliária de água na cidade de Lisboa a cerca de 368 mil clientes, prestando igualmente serviços inerentes ao fornecimento de água, tais como o atendimento e assistência domiciliária.

Gestão delegada do Sistema Multimunicipal da Águas do Vale do Tejo: A EPAL é responsável por assegurar a gestão delegada do sistema da Águas do Vale do Tejo, nos termos do contrato de concessão e da legislação aplicável, sem prejuízo das responsabilidades da sociedade perante o Concedente e Entidade Reguladora, e que envolve a atividade de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambas em Alta, para além de um conjunto de atividades acessórias e complementares.

Outras Atividades: Paralelamente com a sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outros serviços e produtos relacionados com o ciclo da água, onde se destacam:

- ***Sistema de informação e gestão comercial – AQUAmatrix***

O AQUAmatrix é um projeto criado no seio da EPAL em 1995, que teve o seu arranque em novembro de 1996. Desde então tem vindo a desenvolver-se a aplicação e a comercializá-la a outras entidades. Tem por objetivo melhorar o modelo de gestão através de uma abordagem integrada da gestão comercial e técnica, suportada em sistemas de informação que garantem o aumento da eficiência e eficácia. Tem vindo a ser sistematicamente enriquecido com funções de mobilidade e incrementado ao nível da informação estratégica, operacional e tática, dispondo atualmente de uma quota de mercado nacional superior a 40%;

- ***Sistema de redução de perdas de água – WONE (Water Optimization for Network Efficiency)***

O WONE é um sistema que, com base na implementação de zonas de monitorização e controlo e na análise dos respetivos dados de caudal e pressão, permite combinar processos e integrar a informação relevante para a gestão de redes e o controlo de perdas de água. Encontra-se vocacionado para uma estratégia focada na eficiência, na redução de perdas e na otimização do sistema de abastecimento, cujos resultados são relevantes em termos económicos, sociais e ambientais. É suportado por uma aplicação informática que permite automatizar a integração dos dados de monitorização das ZMC.

- ***Sistema de informação e incentivo à eficiência de utilização de água – Waterbeep***

O Waterbeep é um serviço inovador em Portugal através do qual é possível disponibilizar aos clientes informação sobre o consumo de água, permitindo-lhes otimizar o uso da água nas suas habitações, espaços comerciais, industriais ou escritórios. Este serviço inclui ainda a emissão de alertas, cujo envio pode ser efetuado por sms e/ou e-mail, sinalizando consumos de água diferentes do padrão habitual e ainda possíveis roturas, permitindo, assim ao cliente minimizar as perdas e gastos desnecessários de água.

- ***Prestação de serviços de análise e controlo laboratorial***

Os laboratórios de ensaio da EPAL são detentores de grande credibilidade no setor laboratorial nacional e europeu, facto que é comprovado pelas instituições que recorrem

aos seus serviços analíticos, com especial relevância, a nível nacional, para a Administração Central, Direção Geral de Saúde (DGS), Entidade Reguladora de Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), autarquias, através das Câmaras Municipais ou dos seus Serviços Municipalizados e as empresas do Grupo AdP, entre outras.

Nos últimos anos, numa filosofia de rentabilização da sua atividade, tem vindo a apresentar-se a diversos concursos públicos e convites para prestação de serviços de colheita de amostras e/ou realização de análises em diversas matrizes de águas e ensaios a materiais em contacto com a água para consumo humano.

- ***Prestação de serviços de aferição e reparação de contadores***

A EPAL assegura a gestão e manutenção do respetivo parque de contadores de água e de medidores de caudal, constituído atualmente por mais de 350.000 unidades, dando sequência à prática adotada, desde a sua fundação em 1868, pela Companhia das Águas de Lisboa. Herdeira deste conhecimento, a Área de Laboratório de Contadores congrega competências nos domínios da medição, gestão do parque, planeamento da manutenção, reparação, controlo metrológico e calibração de contadores mecânicos de água fria e de medidores de caudal eletromagnéticos. De forma a maximizar esta área, têm vindo a ser desenvolvidos trabalhos de idêntica natureza para outras entidades externas.

- ***Cursos de formação profissional através da Academia das Águas Livres***

A Academia das Águas Livres certificada como entidade formadora pela Direção Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT), procura responder às necessidades do Setor, e tem como missão, desenvolver e valorizar as competências de gestão, técnicas e comportamentais específicas dos quadros e técnicos que trabalhem ou venham a trabalhar em entidades do Setor da Água e Ambiente e pretende constituir-se como uma referência nacional, no que diz respeito ao desenvolvimento e partilha do conhecimento necessário a todos os que se preparam para intervir ou já intervêm na diversidade de Organizações e Instituições que integram este Setor.

1.4. Recursos Humanos

No âmbito da gestão delegada da Águas do Vale do Tejo, e nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assumiu a posição contratual da sociedade Águas do Vale do Tejo nos contratos de trabalho e acordos de cedência de pessoal, isto é, os trabalhadores/as dessa empresa

foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, passando a contratar, em nome próprio da EPAL, o pessoal necessário à gestão do sistema da AdVT. Com o início da gestão delegada do sistema da então Águas de Lisboa e Vale do Tejo (agora Águas do Vale do Tejo), a EPAL passou a integrar os trabalhadores/as originários/as das empresas agregadas.

A EPAL tem os seguintes princípios orientadores da gestão dos seus recursos humanos:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da Empresa em vigor.

No final de 2024, a EPAL tinha 1.064 trabalhadores/as, dos quais 417 afetos à gestão delegada da AdVT.

Em junho de 2025, o total era de 1.057, sendo 415 afetos à gestão delegada da AdVT.

	2022	2023	2024	2025 (junho)
N.º de trabalhadores a 31 de dezembro	1.058	1.058	1.064	1.057
EPAL	642	642	647	642
Afetos à gestão delegada da AdVT	416	416	417	415

O universo de trabalhadores/as ao serviço da empresa (EPAL e afetos à gestão delegada da AdVT), caracteriza-se da seguinte forma:

	2022	2023	2024	2025 (junho)
Homens	777	779	772	768
Mulheres	281	279	292	289

	2022	2023	2024	2025 (junho)
Idade média (anos)	47	48	48	48
Trab. por estrutura etária	1.058	1.058	1.064	1.057

	2022	2023	2024	2025
	(junho)			
idade - <25	11	9	17	16
idade – 25-34	86	82	82	84
idade – 35-44	317	301	277	269
idade – 45-54	368	393	421	425
idade - >55	276	273	267	263

	2022	2023	2024	2025
	(junho)			
Antiguidade média (anos)	17	17	17	17
Trab. por Antiguidade	1.058	1.058	1064	1057
antiguidade - <2	100	94	99	101
antiguidade - 2-5	137	158	158	141
antiguidade - 6-10	45	46	84	101
antiguidade - 11-20	394	347	305	302
antiguidade - >20	382	413	418	412

Em junho de 2025 a idade média é de 48 anos e a antiguidade média de 17.

Tendo sido autorizada, no âmbito dos despachos do PAO 2025/2027, a contratação de 47 pessoas adicionais para a EPAL e de mais 56 pessoas para afetar à gestão delegada da AdVT, encontram-se em curso os respetivos processos de contratação, que permitam à Empresa proceder a todas as contratações autorizadas até ao final de 2025, sendo expetável o aumento do número de trabalhadores no final do corrente exercício económico. No caso da Águas do Vale do Tejo, foi ainda submetido, no corrente mês, um pedido autónomo para internalização de uma atividade, a qual tem implícita a contratação de 43 pessoas.

1.5. Informação Financeira

Por forma a caracterizar a Empresa em termos financeiros são apresentados indicadores reais do último triénio - 2022 a 2024 – complementados com os valores do 1.º semestre de 2025.

Principais Indicadores:

	2022	2023	2024	2025 (junho)
Volume de negócios (milhões EUR)	170,0	179,9	186,5	90,9
Volume de água vendida (milhões m ³)	199,8	205,0	207,1	98,9
Resultado líquido (milhões EUR)	58,0	56,7	59,1	28,4
EBITDA (milhões EUR)	110,7	103,1	107,1	53,0
Endividamento bancário (milhões EUR)	68,6	58,1	47,6	42,2
Endividamento líquido (milhões EUR)	(71,0)	(63,7)	(76,0)	(58,5)
Net Debt to EBITDA (n.º)	(0,6)	(0,6)	(0,7)	(0,5)
Ativo total (milhões EUR)	856,0	851,2	859,1	835,5
Capital próprio (milhões EUR)	671,9	682,4	696,5	677,4
Passivo total (milhões EUR)	184,1	168,8	162,6	158,0

Resultados:

(milhões EUR)	2022	2023	2024	2025 (junho)
Rendimentos totais	177,5	189,5	197,7	95,7
Gastos totais	95,0	112,4	115,2	55,7
Imposto (corrente e diferido)	24,4	20,4	23,4	11,6
Resultado Líquido	58,0	56,7	59,1	28,4

(milhões EUR)	2022	2023	2024	2025 (junho)
Volume de negócios	170,0	179,9	186,5	90,9
Subsídios ao investimento	1,5	1,6	1,6	0,8
Reversão de Provisões e ajustamentos	0,4	0,3	0,4	0,0
Outros rendimentos e ganhos operacionais	5,0	5,1	5,6	2,9
Juros e rendimentos similares	0,6	2,6	3,6	1,1
Rendimentos totais	177,5	189,5	197,7	95,7

(milhões EUR)	2022	2023	2024	2025 (junho)
Custo merc. vendidas e mat. consumidas	1,9	2,1	2,2	1,0
Fornecimento e serviços externos	28,2	42,8	44,9	20,1
Gastos com o pessoal	24,6	26,1	27,8	14,5
Depreciações e perdas imparidade em ativos	27,6	26,8	26,7	13,6
Perdas por imparidade	1,1	1,8	0,9	0,5
Provisões	0,5	0,3	0,1	0,1
Impostos e taxas	4,4	4,2	4,2	0,0
Outros gastos operacionais	5,5	6,5	6,8	5,2
Juros e gastos similares	1,1	1,8	1,6	0,7
Gastos totais	95,0	112,4	115,2	55,7

Posição Financeira:

	(milhões EUR)	2022	2023	2024	2025 (junho)
Ativo não corrente	665,3	671,1	681,5	678	
Ativo corrente	190,8	180,0	177,6	157,5	
Total do ativo	856,0	851,2	859,1	835,5	
Capital próprio	671,9	682,4	696,5	677,4	
Passivo não corrente	119,4	106,1	92	85,6	
Passivo corrente	64,7	62,7	70,6	72,8	
Total do capital próprio e passivo	856,0	851,2	859,51	835,5	

2. A ESTRATÉGIA DE MÉDIO PRAZO

2.1. Estratégia

A gestão sustentável da água confronta relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental.

A atividade desenvolvida pela EPAL, neste enquadramento, tem forte impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico.

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o nosso propósito, que nos compromete enquanto Empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade. Assumimos o compromisso para cumprir o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

Foi igualmente assumido um compromisso com o preconizado no programa do Governo, designadamente na implementação do projeto “Água que Une” que se insere na estratégia a adotar para o mandato em curso.

A Estratégia Nacional “Água que Une” dotará o País com as infraestruturas de armazenamento, captação e distribuição eficiente de água que são indispensáveis a um tempo de escassez e volatilidade hídrica. Os objetivos centrais passam por promover o uso eficiente de água e a segurança do abastecimento. Este novo paradigma assegura coesão territorial e os recursos hídricos necessários para evitar processos de racionamento que comprometem o bem-estar das populações e limitam o desenvolvimento económico.

Esta estratégia «Água que Une» preconiza orientações, medidas e investimentos para garantir maior segurança e sustentabilidade na gestão da água em Portugal num horizonte de médio prazo, assumindo uma perspetiva de modernização e transformação estrutural:

- Segurança, no sentido de garantir o abastecimento de água às populações, à agricultura e aos restantes setores económicos, mitigando o impacto das secas, das cheias e das alterações climáticas, evitando crises e custos acrescidos.
- Sustentabilidade, para proteger os ecossistemas e os recursos naturais, garantindo uma gestão mais integrada da água, compatibilizando preocupações ambientais, económicas e sociais, bem como de coesão territorial.

Esta estratégia estruturante prevê um conjunto de investimentos previstos lançar até 2030, num valor estimado de aproximadamente 5 mil milhões de euros, incluindo fontes de financiamento nacionais e europeias, designadamente por via do Banco Europeu de Investimento.

Prevêem-se 294 medidas estruturadas em três eixos estratégicos; eficiência, resiliência e inteligência.



- **Eixo Eficiência** no foco em otimizar as estruturas existentes, poupar água, reduzir perdas nas redes de abastecimento e de rega, reabilitar reservatórios e aproveitar águas residuais tratadas visando potenciar o capital físico disponível.
- **Eixo Resiliência** na aposta em novas soluções e infraestruturas para reforçar o armazenamento, garantir mais segurança no abastecimento às populações, à agricultura e aos restantes setores económicos, restaurar rios e ecossistemas, criar reservas estratégicas de água e interligar sistemas para assegurar maior robustez hidrológica.
- **Eixo Inteligência** aplicada na modernização institucional e tecnológica e em implementar uma gestão mais integrada dos recursos hídricos, capacitar a administração e apostar na digitalização do ciclo da água.

Em suma, a Estratégia «Água que Une» ambiciona um impacto transformador em Portugal, configurando um esforço para modernizar e reformar a gestão dos recursos hídricos, em linha com as necessidades das populações e das regiões, dos ecossistemas e dos setores económicos.

Este documento previsional reflete ainda os seguintes compromissos:

Compromisso de Integridade:

O modelo de integridade do Grupo Águas de Portugal está plasmado numa Política de Integridade, que apresenta a sua visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso de todas as empresas

do Grupo com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela EPAL em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades;
- Manual de Contratação Pública do Regime Geral;
- Manual de Compras.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:

- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
- A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

O Grupo Águas de Portugal dispõe de um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética, que se designa por Linha de Integridade, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrupa todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

Compromisso de Sustentabilidade:

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as ambições em linha com os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



A EPAL-Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A. tem por missão conceber, construir, explorar e gerir os sistemas de abastecimento de água e de saneamento sob sua responsabilidade, envolvendo todas as atividades e negócios relacionados. Assegurar a gestão delegada do sistema multimunicipal do Vale do Tejo, nos termos da legislação aplicável e em vigor, e do contrato de concessão, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e a equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas empresas que integram o Grupo Águas de Portugal, designadamente pela EPAL.

A atividade prosseguida pelo Grupo AdP enquanto agente empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais

e deliberações dos acionistas, os quais devem ser contemplados nos documentos de estratégia e planeamento vigentes.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Entidade do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e Energia, enquanto tutela setorial, designadamente:

- Definir e comunicar a política setorial a prosseguir;
- Emitir as orientações específicas de cariz setorial aplicáveis a cada empresa;
- Definir os objetivos a alcançar na atividade operacional;
- Definir o nível de serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

Deveres e Responsabilidades do Conselho de Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da EPAL terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, relativamente ao exercício de funções executivas prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da Empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da Empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da Empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à Empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito

próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;

- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da EPAL estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

2.2. Objetivos estratégicos e setoriais

As orientações estratégicas gerais e específicas indicadas foram aprovadas através da Deliberação Unânime por Escrito do acionista único da EPAL.

Orientações Estratégicas Gerais:

O Conselho de Administração deverá assegurar que a EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerçam a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;

- c) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- d) Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- f) Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- g) Concretize políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do individuo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- h) Desenvolva iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- i) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

Orientações Estratégicas Específicas:

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo AdP, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa).

1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:

1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;

1.2 Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;

1.3. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;

1.4. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes;

1.5. Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.

2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:

2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;

2.2. Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;

2.3. Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;

2.4. Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.

3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:

3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;

3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;

3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios receptores.

4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:

4.1. Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;

4.2. Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espírito alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;

4.3. Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo;

4.4. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.

5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:

5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação;

5.2. No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.

6. Assegurar as boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:

6.1. Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;

6.2. Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;

6.3. Atualização dos processos de planeamento de investimentos;

6.4 Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos;

6.5. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.

7. Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades existentes na empresa, quando solicitado pela AdP Internacional.

Objetivos estratégicos e setoriais:

Em cumprimento do disposto no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, conjugado com o disposto no n.º 13 do art.º 3º da Portaria n.º 317-A/2021, de 23 de dezembro, os membros do Conselho de Administração da EPAL, eleitos na condição de gestores executivos, por Deliberação Unânime Escrita, do dia 25 de junho de 2025, irão submeter à análise da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), a proposta de contratos de gestão, respetivos objetivos, indicadores e metas, a qual ainda se encontra em elaboração.

3. PLANO DE ATIVIDADES E INDICADORES DE DESEMPENHO

3.1. Sumário executivo

A EPAL tem apresentado, nos últimos anos, resultados sólidos e consistentes, fruto de uma gestão orientada para a eficiência operacional. As variações registadas nos resultados anuais decorreram, essencialmente, de efeitos pontuais. Exemplo disso foi o exercício de 2022, beneficiado pelo efeito conjugado de um contrato de aquisição de energia no mercado a 2 anos, com preços bastante competitivos e da redução das Tarifas de Acesso às Redes (TAR) decretada pelo Estado, no contexto pós-pandemia e do aumento dos custos energéticos resultantes da conjuntura geopolítica na Europa. De igual modo, em 2024, o crescimento do volume de negócios, impulsionado pela dinâmica económica da cidade de Lisboa (já visível em 2023), aliado ao aumento do número de clientes e dos volumes fornecidos e ao impacto positivo das taxas de juro nos rendimentos financeiros, permitiu alcançar o maior resultado líquido da história da Empresa.

Apesar da evolução favorável do contexto económico e financeiro, marcada por maior dinamismo da atividade económica nacional e pela manutenção das taxas de juro, o enquadramento externo continua a apresentar riscos significativos, de natureza económica e geopolítica, exigindo uma postura de prudência por parte de todos os intervenientes.

Não obstante esses constrangimentos, a EPAL tem conseguido superar as dificuldades. Contudo, a sua atividade, fortemente dependente da aquisição de reagentes, materiais e contratos de serviços continuados com mecanismos de revisão de preços, continua a ser impactada pelos efeitos económicos e geopolíticos, traduzindo-se num aumento global dos gastos operacionais.

Acresce que, a partir de 2025, está previsto um aumento significativo do plano de investimentos da Empresa. Este plano, que não visa um incremento imediato da atividade, tem como objetivo reforçar a sustentabilidade dos ativos, garantir a qualidade da água destinada ao consumo humano e assegurar níveis elevados de serviço e segurança estratégica do sistema. Estes objetivos têm como impacto direto por um lado assegurar o nível de encargos existentes (aumentando a resiliência às pressões inflacionistas supra referidas), mas por outro o aumento das depreciações do exercício. Paralelamente, este plano de investimentos reduz a disponibilidade de tesouraria com efeito adverso nos resultados financeiros.

Assim, embora se preveja uma evolução positiva do volume de negócios, estima-se que o resultado líquido de 2025 seja alinhado com o período homólogo, que foi excepcional pelos motivos já referidos, e tal como inclusive antecipado no PAO 2025 aprovado.

Para 2026, não obstante o aumento do EBITDA face a 2025, o acréscimo das depreciações e a deterioração do resultado financeiro impactarão o resultado líquido, com crescimento moderado nos restantes anos do triénio.

Como já referido, atualmente encontram-se em curso diversas iniciativas destinadas à renovação e melhoria dos ativos, à eficiência operacional, à promoção da neutralidade energética, à apostas na economia circular e à digitalização integral da Empresa e dos seus processos. Paralelamente, mantém-se o compromisso com o apoio social, interno e externo, promovendo o bem-estar geral. A EPAL prepara-se para um ciclo de investimento exigente, quer em dimensão, quer em complexidade e cronograma. Estes investimentos, aliados aos desafios da transição energética, à mitigação e adaptação às alterações climáticas, à inovação e ao desenvolvimento de competências, constituem apostas estratégicas para o futuro. Assente numa base sólida de sustentabilidade económica e financeira, a EPAL pretende continuar a promover a excelência dos serviços públicos que presta.

Para os anos seguintes do triénio (2027-2028), prevê-se uma evolução expressiva do EBITDA e, como já referido, um crescimento moderado do resultado líquido.

Em síntese, a evolução projetada para 2025 e para o triénio 2026-2028 é positiva e significativa face à verificada em anos anteriores, embora condicionada pelo aumento das depreciações e pela deterioração dos resultados financeiros.

Importa sublinhar que a EPAL assume um papel central no setor do abastecimento de água em Portugal, o que reforça a ambição de consolidar boas práticas e promover maior inovação e eficiência. A sua longa história traduz-se em conhecimento e cultura organizacional robustos, mas exige capacidade de adaptação a um contexto de transição digital, maior flexibilidade organizacional e processos de mudança.

Os pilares estratégicos definidos pela gestão, conforme mencionado no capítulo 1.2 Missão e Visão, orientam o posicionamento da EPAL e projetam o futuro da Empresa, com o propósito de gerar valor para todos os *stakeholders*.

A EPAL continuará a promover os princípios do trabalho digno, reforçar a motivação dos colaboradores e assegurar um clima organizacional capaz de concretizar as ambições futuras, garantindo a excelência do serviço prestado. No próximo triénio, manter-se-á empenhada nos valores da eficiência,

produtividade, inovação e qualidade, planeando com flexibilidade e agilidade para se adaptar a novos desafios.

3.2. Orientações e Pressupostos para o PAO 2026-2028

O Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estabelece a obrigatoriedade de apresentação da proposta de Plano de Atividades/Investimentos e Orçamento para cada ano de atividade, reportado a cada triénio. Esta obrigação tem enquadramento no âmbito das orientações anuais da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), através de ofício específico (Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento, incluindo o Plano de Investimentos do Setor Empresarial do Estado (SEE)¹).

Para o processo orçamental de 2026, foram consideradas as orientações constantes na Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2025), as disposições inscritas no Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (Normas de Execução do Orçamento de Estado para 2025), bem como as Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028 (IPG).

O PAO encontra-se suportado no Orçamento da EPAL para 2026 e no Plano de Investimentos 2026-2030, documentos que refletem um conjunto de atividades e investimentos estruturantes para o ano de 2026 e seguintes, visando trazer maior valor para o Cliente e para o Ambiente, assegurar um perfil financeiro sustentável e um adequado e justo retorno ao Acionista.

Nos termos do previsto nas Instruções sobre a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, o ano de referência tomado para a elaboração do plano anual é o ano de 2025, com base na melhor estimativa à data de elaboração da proposta de PAO. Face a este, perspetiva-se a atividade da empresa e fundamentam-se os aumentos e decréscimos dos respetivos orçamentos, obviamente referindo os dois últimos exercícios (2023 e 2024), nos casos em que tal se mostre necessário para explanar trajetórias ou variáveis. Nos anos subsequentes (2027 e 2028) foram considerados como anos de referência os exercícios imediatamente anteriores (previsão).

O PAO para 2026-2028 tem em conta os recursos financeiros e as fontes de financiamento disponíveis, o cumprimento da missão e dos objetivos a que a empresa foi incumbida, bem como as estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, identificando, sempre que possível, os objetivos a alcançar e explicitando os respetivos instrumentos de planeamento, execução e controlo.

Dando cumprimento às orientações constantes na Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2025), às disposições inscritas no Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (Normas

¹ Com exclusão das entidades públicas empresariais do SNS.

de Execução do Orçamento de Estado para 2025), bem como às Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, e ainda ao disposto no n.º 6 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, no presente documento, para além da projeção das principais rubricas orçamentais para o período de 2026/2028, é apresentado o Plano de Investimentos para o mesmo período.

Assim, em conjunto com o plano de atividades, são incluídas as demonstrações financeiras previsionais detalhadas, designadamente a demonstração da posição financeira, a demonstração de resultados por natureza e a demonstração de fluxos de caixa previsionais, e o plano de investimentos quantificado e detalhado com as respetivas fontes de financiamento.

Os pressupostos macroeconómicos utilizados encontram-se em linha com as recomendações do acionista e da Entidade Reguladora do Setor - ERSAR, designadamente com o n.º 2 do artigo 24.º do Regulamento dos Procedimentos Regulatórios, assim como teve em consideração o cenário macroeconómico constante nas Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026/2028 emanadas pela ETF.

Pressupostos	Estimativa 2025	Orçamento 2026	Projeção 2027	Projeção 2028
Euribor 3m	2,10%	1,90%	2,20%	2,20%
Euribor 6m	2,21%	2,01%	2,31%	2,31%
Euribor 12m	2,23%	2,03%	2,33%	2,33%
Financiamentos BEI existentes	Cf. contrato	Cf. contrato	Cf. contrato	Cf. contrato
Financiamentos BEI novos	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%
Financiamentos BEI novos - spread	0,8%	0,8%	0,8%	0,8%
Taxa das aplicações de tesouraria	1,35%	1,15%	1,45%	1,45%
Inflação - IHPC	1,9%	1,8%	1,9%	1,9%
Inflação - IPC	2,0%	1,9%	2,0%	2,0%
PIB (nominal)	5,0%	4,7%	3,7%	3,7%

Nos valores apresentados em milhares ou milhões de euros, nos quadros do presente documento, eventuais diferenças nos totais resultam de arredondamentos.

3.3. Orientações Financeiras para o triénio 2026-2028

Nos pontos seguintes analisa-se o cumprimento das orientações financeiras, para o horizonte temporal do PAO, constantes do ponto 2. do apêndice às Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

Nos termos do disposto nas Instruções, está previsto que *as empresas públicas cujo PAO plurianual não preveja uma melhoria do desempenho financeiro no triénio deverão fundamentar porque não o conseguem, indicando as razões que o determinam e a estratégia de correção a médio prazo desta situação. A não observação da melhoria de desempenho, ou o cumprimento não integral das orientações, desde que devidamente fundamentados, poderão ser autorizados pela Tutela Financeira.*

Assim, conforme previsto nas Orientações, desde que devidamente fundamentado, a Empresa tem a possibilidade de solicitar a autorização para a dispensa de cumprimento dos indicadores de desempenho financeiro no triénio do PAO.

Apresenta-se igualmente a síntese do cumprimento das orientações financeiras para o triénio 2026-2028 em apreço, cujo desenvolvimento e ajustes considerados constam nos subcapítulos correspondentes:

Orientações financeiras PAO 2026-2028	Unidade: 1000 €				
	2025	2026	2027	2028	Cumprimento
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	2026 Triénio
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO					
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7	
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8	
Taxa de crescimento IHPC	2,1	2,0	2,0	2,0	
3.3.1- Volume de negócios	190.026	194.711	198.830	203.402	✓ ✓
3.3.2 - Gastos operacionais	76.764	77.862	77.638	76.796	✓ ✓
3.3.3 - Gastos com pessoal ajustados	29.422	29.419	29.050	29.047	✓ ✓
3.3.4 - FSE	44.963	44.309	43.223	41.542	✓ ✓
3.3.5 - Eficiência operacional	40,4%	40,0%	39,0%	37,8%	✓ ✓
3.3.6 - Resultado operacional ajustado	82.659	85.487	86.138	90.155	✓ ✓
3.3.7 - Resultado líquido ajustado	59.677	61.382	60.793	62.545	✓ ✓
3.3.8 - Rácio de eficiência RH ajustado	115.124x	118.733x	119.637x	125.215x	✓ ✓
3.3.9 - Novos investimentos	50.250	81.600	108.450	79.750	✓ ✓
3.3.10 - Planos financeiros - ROE ajustado	8,5%	8,6%	8,4%	8,5%	✓ ✓
3.3.11- Endividamento	-5,4%	-5,7%	20,3%	21,6%	n.a. n.a.
3.3.12 - Pagamentos em atraso	0	0	0	0	✓ ✓
3.3.13 - PMP	29	29	29	29	✓ ✓

3.3.1. Volume de Negócios

Crescimento gradual do volume de negócios (vendas e prestações de serviços) e a maximização das receitas mercantis

A atividade direta da EPAL comprehende duas atividades distintas: o abastecimento de água em Alta a entidades gestoras, e o abastecimento de água em Baixa aos utilizadores finais no município de

Lisboa, existindo um tarifário distinto para cada uma destas atividades e dentro da atividade em Baixa para os diversos segmentos de clientes. Paralelamente à sua atividade principal, a EPAL tem vindo nos últimos anos a desenvolver e potenciar outras atividades (produtos e serviços relacionados com o ciclo da água). Embora as mesmas representem um valor marginal face à apresentada pelas atividades principais, as mesmas representam uma efetiva e forte apostas na inovação e desenvolvimento da marca EPAL, procurando responder a oportunidades de negócio, consciente das condições que reúne para o efeito e das vantagens que advêm para si própria e para o País, em termos de prestígio, de experiência e de reforço do seu know-how. Estas atividades, não fazendo parte da atividade principal da Empresa, contabilisticamente estão consideradas em Outros Rendimentos Operacionais, não concorrendo assim para o apuramento do volume de negócios da empresa.

Ao nível das atividades principais (**abastecimento de água em Alta e Baixa**), as receitas da Empresa resultam essencialmente dos níveis de procura por parte dos seus clientes, atendendo que não se perspetiva a expansão da atividade, com exceção de novos clientes devido ao aumento do número de consumidores em cada uma das áreas abastecidas pela EPAL. É importante salientar que foram desenvolvidas diversas ações com o objetivo de sensibilização para o uso eficiente da água, pelo que se assistiu, fruto de uma maior consciência ambiental dos seus clientes, a uma redução por essa via dos volumes fornecidos.

Nos anos de 2020 e 2021, em resultado da pandemia, verificou-se uma redução significativa nos consumos dos clientes diretos, nomeadamente com os decréscimos de volume nos segmentos de comércio e indústria e instituições, em consequência da redução da atividade económica na cidade de Lisboa. Desde 2022 que se assiste já a uma recuperação dessa quebra, perspetivando-se ter já atingido, em 2024, o pico dessa retoma que se estima manter para os períodos seguintes.

Em 2015, as tarifas a aplicar pela EPAL no período de convergência tarifária (2016-2020) foram definidas no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, nos Anexos IV e V. Estando previsto a EPAL apresentar a sua proposta de tarifário para o quinquénio seguinte, a pandemia veio adiar esse processo, tendo a atualização das tarifas nos últimos anos tido por base a aplicação, às tarifas em vigor, da taxa de inflação prevista.

A atualização tarifária para 2025, foi publicada em Diário da República através do Decreto-Lei n.º 97/2025, de 21 de agosto. O Decreto-Lei define as tarifas, os rendimentos tarifários e demais valores, aplicando os valores de 2024 ajustados à taxa de inflação.

Para que possa ser aplicada a tarifa, a mesma carece ainda de Despacho da Tutela Setorial, designadamente da Senhora Ministra do Ambiente e Energia, ao abrigo das competências previstas nos n.ºs 1 e 7 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 87-A/2025, de 25 de julho.

Assim, para a estimativa de 2025 considerou-se a atualização da tarifa em vigor em 2024 à taxa de inflação (IHPC) prevista nas Orientações para o orçamento de 2025 (2,1%), sendo que para as Vendas em Alta o efeito é retroativo a janeiro/2025, e para as Vendas em Baixa, aos clientes diretos, considerou-se que seria aplicável apenas aos meses de novembro e dezembro de 2025.

Nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro, foi determinada a reprise da reprise das disposições originárias do n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e dos artigos 5.º, 11.º e 13.º dos Estatutos da ERSAR, tendo assim sido restabelecidos os poderes tarifários da referida entidade reguladora, com especial relevo para a fixação das tarifas para os sistemas de titularidade estatal de águas, como é o caso dos sistemas multimunicipais de abastecimento público de água e/ou de saneamento de águas residuais. por força do disposto no n.º 2 do artigo 11.º do referido Decreto-Lei, tal reprise tem efeitos, apenas, quanto às tarifas aplicáveis nos anos de 2026 e seguintes.

Não obstante estar em fase de preparação a proposta tarifária para o próximo período quinquenal, e uma vez que não se encontra ainda finalizada assumiu-se, ao longo do período de projeção (2026-2028), que a estimativa para a componente de venda de água resultaria da previsão de volumes por segmento de cliente aos quais foi aplicada a tarifa estimada para cada um desses períodos (na ausência de tarifa fixada assumiu-se a atualização da tarifa de 2025 à taxa de inflação constante das orientações da ERSAR para o exercício orçamental de 2026 (IHPC) de 1,80% em 2026 e de 1,90% em 2027 e 2028). Também a quota de serviço (componente fixa) foi estimada, tendo em conta a evolução prevista para o número de clientes diretos, e as tarifas atuais atualizadas com idêntica metodologia à acima referida para a componente volumétrica.

Para o ano de 2026, o incremento no volume de negócios decorre exclusivamente do acréscimo de tarifa (1,80% correspondente à inflação estimada para 2026), pois perspetiva-se uma estabilização nos volumes no triénio do PAO, e até uma ligeira redução em 2026 face à previsão de fecho para 2025, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Volume de negócios - venda de água	2024	2025	2025	2026	2027	2028
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Abastecimento de água						
Volumes AA faturados (m ³)	207.143.335	202.308.702	207.572.393	207.209.794	206.415.718	205.631.475
Receitas de venda de água (€)	150.534.963	151.415.163	152.795.754	156.425.158	159.493.241	163.317.230
Receitas de quota de serviço (€)	33.865.026	35.447.684	35.327.647	36.348.820	37.363.569	38.074.041
	184.399.989	186.862.847	188.123.401	192.773.978	196.856.809	201.391.270
Tarifa média (€/m ³)	0,890	0,924	0,906	0,930	0,954	0,979

O quadro seguinte apresenta a evolução do volume de negócios no horizonte temporal do PAO, em termos nominais e reais:

IEPAO	Unidade: 1.000 €							
	2025	2026	2027	2028	2026 v/s 2025	2027 v/s 2026	2028 v/s 2027	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
a) Volume de negócios	190.026	194.711	198.830	203.402	2,5%	2,1%	2,3%	2,3%
i) Volume de negócios (real)	190.026	190.893	191.110	191.671	0,5%	0,1%	0,3%	0,3%

A Empresa cumpre a instrução de prever um crescimento gradual do volume de negócios e a maximização das receitas mercantis, cf. alínea a) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

3.3.2. Gastos operacionais

Taxa de crescimento dos gastos operacionais inferior à do volume de negócios

Os gastos operacionais incluem o custo das matérias consumidas, os fornecimentos e serviços externos e os gastos com o pessoal. Aos valores de gastos da demonstração de resultados (indicados no quadro como “Gastos operacionais (GO)”), foram ajustados os impactos decorrentes de obrigações legais, designadamente os impactos legais – RH, que correspondem às valorizações salariais obrigatórias, designadamente as decorrentes das orientações expressas do acionista Estado.

O quadro seguinte apresenta o detalhe que concorre para o apuramento dos gastos operacionais ajustados:

	2024	2025	2025	2026	2027	2028
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Gastos operacionais (GO)	-74.960.982	-77.547.538	-76.764.300	-79.188.133	-80.386.998	-81.033.771
CMVMC	-2.226.168	-2.238.971	-2.245.000	-2.264.419	-2.281.590	-2.293.206
FSE	-44.945.423	-44.016.723	-44.962.922	-45.194.904	-44.952.154	-44.084.649
Gastos com pessoal	-27.789.391	-31.291.844	-29.556.379	-31.728.810	-33.153.254	-34.655.916
Impactos decorrentes de obrigações legais*	0	0	0	1.326.292	2.749.423	4.237.296
Imposições legais - RH	0	0	0	1.326.292	2.749.423	4.237.296
Gastos operacionais ajustados	74.960.982	77.547.538	76.764.300	77.861.841	77.637.575	76.796.474

O quadro seguinte sintetiza a evolução dos gastos operacionais ajustados e do volume de negócios, no horizonte temporal do PAO:

IEPAO	Unidade: 1.000 €							
	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
a) Volume de negócios	190.026	194.711	198.830	203.402	2,5%	2,1%	2,3%	2,3%
Gastos Operacionais	76.764	79.188	80.387	81.034	3,2%	1,5%	0,8%	1,8%
(-) Impactos decorrentes de obrigações legais	0	-1.326	-2.749	-4.237				
Gastos Operacionais ajustados	76.764	77.862	77.638	76.796	1,4%	-0,3%	-1,1%	0,0%

A Empresa cumpre a instrução de prever uma taxa de crescimento dos gastos operacionais inferior à do volume de negócios, cf. alínea b) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

3.3.3. Gastos com pessoal

O aumento dos gastos com pessoal não deverá ser percentualmente superior ao crescimento do volume de negócios, exceto os que decorram de atualizações salariais obrigatórias, imposições do acionista ou decorrente de contratações autorizadas

Relativamente aos gastos com pessoal e à evolução prevista para os mesmos, no período abrangido pelo presente PAO, consta uma análise pormenorizada nos capítulos 3.4.4. e 4. deste documento.

Aos gastos constantes da demonstração de resultados são ajustadas, nos termos das Instruções, as seguintes rubricas:

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v/s 2025	2027 v/s 2026	2028 v/s 2027	Variação média anual do triénio
	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
Gastos com o Pessoal	29.556	31.729	33.153	34.656	7,4%	4,5%	4,5%	5,4%
(-) Gastos com órgãos sociais	-734	-791	-808	-826				
(-) Cumprimento de disposições legais	0	-1.173	-2.433	-3.747				
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	0	-154	-317	-490				
(-) Rescisões contratuais excl. por mútuo acordo	0	0	0	0				
(+) Absentismo	600	600	600	600				
Gastos com o Pessoal ajustados	29.422	30.211	30.196	30.193	2,7%	-0,1%	0,0%	0,9%

Para efeitos de assegurar a devida comparabilidade, em termos de incremento dos gastos com o pessoal ajustados em 2026 face à estimativa para 2025, importa ainda considerar as contratações aprovadas no âmbito do PAO 2025, as quais no ano corrente não representaram um exercício completo de gasto, por impossibilidade de contratação de todo o contingente a 1 de janeiro de 2025.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com pessoal e do volume de negócios no horizonte temporal do PAO, incluindo o indicador de gastos com o pessoal comparáveis, que ao indicador original de gastos com o pessoal, corrige o efeito anualizado das contratações:

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v/s 2025	2027 v/s 2026	2028 v/s 2027	Variação média anual do triénio
	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
Gastos com o Pessoal	29.556	31.729	33.153	34.656	7,4%	4,5%	4,5%	5,4%
(-) Gastos com órgãos sociais	-734	-791	-808	-826				
(-) Cumprimento de disposições legais	0	-1.173	-2.433	-3.747				
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	0	-154	-317	-490				
(-) Rescisões contratuais excl. por mútuo acordo	0	0	0	0				
(+) Absentismo	600	600	600	600				
Gastos com o Pessoal ajustados	29.422	30.211	30.196	30.193	2,7%	-0,1%	0,0%	0,9%
Gastos com o Pessoal comparáveis	29.422	29.419	29.050	29.047	0,0%	-1,3%	0,0%	-0,4%

Importa ainda dar nota que o aumento dos gastos, em 2026 face a 2025, decorrente da contratação de 38 trabalhadores para regularização de vínculos (autorizados no despacho de aprovação do PAO 2025), resultou numa redução na rubrica de FSE, conforme explicitado no PAO 2025.

A Empresa cumpre a instrução de prever uma taxa de crescimento dos gastos com pessoal inferior à do volume de negócios, exceto os que decorram de atualizações salariais obrigatórias, imposições do acionista ou decorrente de contratações autorizadas, cf. alínea c) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

3.3.4. Fornecimentos e Serviços Externos

O aumento da despesa em FSE, em termos reais, não deverá ser percentualmente superior à taxa de crescimento do volume de negócios

Relativamente aos FSE e à evolução prevista para os mesmos, no período abrangido pelo presente PAO, consta no capítulo 3.4.3. deste documento, uma análise mais pormenorizada.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos FSE e do volume de negócios no horizonte temporal do PAO:

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio
	2025	2026	2027	2028				
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
a) Volume de negócios	190.026	194.711	198.830	203.402	2,5%	2,1%	2,3%	2,3%
i) Volume de negócios (real)	190.026	190.893	191.110	191.671	0,5%	0,1%	0,3%	0,3%
Forneç. serviços externos	44.963	45.195	44.952	44.085	0,5%	-0,5%	-1,9%	-0,7%
Forneç. serviços externos (corrigido do IHPC)	44.963	44.309	43.223	41.542	-1,5%	-2,4%	-3,9%	-2,6%

A Empresa cumpre a instrução de prever uma taxa de crescimento dos FSE inferior à do volume de negócios, em termos reais, cf. alínea d) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

3.3.5. Eficiência operacional

Em cada ano do triénio, o rácio de eficiência operacional deverá ser igual ou inferior ao ano anterior

Relativamente à evolução da eficiência operacional, no período abrangido pelo presente PAO, consta no capítulo 3.4.1. deste documento, uma análise pormenorizada.

O rácio de eficiência deverá ser calculado de acordo com o ponto 3.1 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028 e nos termos do DLEO em vigor.

Os quadros seguintes apresentam a evolução do rácio de eficiência operacional no horizonte temporal do PAO:

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v s 2025	2027 v s 2026	2028 v s 2027	Variação média anual do triénio
	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão				
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS								
Eficiência Operacional (%)	40,4%	40,0%	39,0%	37,8%	-0,4 p.p.	-0,9 p.p.	-1,3 p.p.	-0,9 p.p.
Eficiência Operacional	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
	Gastos operacionais (GO)	-74.960.982	-77.547.538	-76.764.300	-79.188.133	-80.386.998	-81.033.771	-2.423.833
	CMVMC	-2.226.168	-2.238.971	-2.245.000	-2.264.419	-2.281.590	-2.293.206	-19.419
	FSE	-44.945.423	-44.016.723	-44.962.922	-45.194.904	-44.952.154	-44.084.649	-231.982
	Gastos com pessoal	-27.789.391	-31.291.844	-29.556.379	-31.728.810	-33.153.254	-34.655.916	-2.172.432
	Impactos decorrentes de obrigações legais*	0	0	0	1.326.292	2.749.423	4.237.296	1.326.292
	Imposições legais - RH	0	0	0	1.326.292	2.749.423	4.237.296	1.326.292
	Gastos operacionais ajustados	74.960.982	77.547.538	76.764.300	77.861.841	77.637.575	76.796.474	1.097.541
Volume de negócios	186.450.675	188.452.847	190.026.001	194.710.824	198.830.456	203.402.417	4.684.824	2,5%
	Vendas	184.399.989	186.862.847	188.123.401	192.773.978	196.856.809	201.391.270	4.650.577
	Prestações de Serviços	2.050.686	1.590.000	1.902.600	1.936.847	1.973.647	2.011.146	34.247
	Impacto na receita decorrente de obrigações legais**	0	0	0	0	0	0	-
	Volume de Negócios ajustado	186.450.675	188.452.847	190.026.001	194.710.824	198.830.456	203.402.417	4.684.824
	Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	40,2%	41,1%	40,4%	40,0%	39,0%	37,8%	-0,4 p.p.

A Empresa cumpre a instrução de o rácio de eficiência operacional, em cada ano do triénio, ser inferior ao ano anterior, cf. alínea e) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

3.3.6. Resultado operacional

Melhoria do resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor

Se ao nível do volume de negócios a empresa tem pouca flexibilidade/autonomia para influenciar o indicador, pois os volumes decorrem do nível de procura (para o qual a empresa sistematicamente alerta os seus clientes para a necessidade de racionalidade dos consumos), e as tarifas são fixadas pelo Estado, já ao nível dos gastos operacionais há uma maior margem de intervenção.

A EPAL tem vindo ao longo da última década e meia, reiterada e consistentemente, assentando a sua gestão numa política exigente ao nível do controlo e racionalização de custos, promovendo a maximização da sua eficiência económica e financeira, tentando, contudo, não afetar a qualidade do serviço público que presta, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente

dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, sempre norteada por elevados padrões de qualidade e segurança.

Por conseguinte, a Empresa cumpre e aplica na plenitude as boas práticas e procedimentos decorrentes dos processos de contratação pública, quer individualmente, quer ao nível do processo centralizado instituído no Grupo Águas de Portugal, do qual faz parte. Aproveitando a maturidade que a EPAL tem vindo a dispor nestes processos, os quais têm possibilitado uma maior capacidade de planeamento e controlo, estes procedimentos garantem a otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, através da obtenção de ganhos financeiros e da redução de custos, contribuindo para a otimização da capacidade da Empresa.

O exemplo do sucesso da política seguida pela EPAL é apresentado nos resultados obtidos todos os anos, onde são observados sistematicamente os valores planeados, cumprindo sempre a legislação e as orientações legais aplicáveis, as quais têm subjacente a racionalização económica e financeira, e maximizando os resultados obtidos pela Empresa, com a consequente distribuição constante de dividendos ao acionista.

Não obstante o aumento generalizado dos preços que se tem assistido, para o triénio em apreço a EPAL mantém a linha de continuidade da política até agora seguida, em termos nominais, sendo que o presente Plano de Atividades e Orçamento contempla na sua essência esse princípio específico.

O indicador, tendo por base os valores da demonstração dos resultados, é o seguinte:

IEPAO	Unidade: 1.000 €							
	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	2025	2026	2027	
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
b) EBIT, líq. de provisões e imparidades	81.766	80.202	81.872	83.610	-1.564	1.670	1.738	615

Constata-se na tabela supra o cumprimento do indicador no triénio, apesar de não ser possível assegurar o cumprimento no ano de 2026.

Não obstante o esforço continuado na contenção de encargos, verifica-se o aumento das depreciações, fruto do plano de investimentos nos últimos anos, e que se manterá no ano de 2026 e seguintes.

Se ajustarmos da análise os impactos decorrentes de obrigações legais (conforme explicitadas no ponto 3.3.2) e o impacto do crescimento das depreciações, a evolução do indicador seria:

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v/s 2025	2027 v/s 2026	2028 v/s 2027	Variação média anual do triénio
	2025	2026	2027	2028				
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
b) EBIT, líq. de provisões e imparidades	81.766	80.202	81.872	83.610	-1.564	1.670	1.738	615
(+) Impactos decorrentes de obrigações legais	0	1.326	2.749	4.237				
EBIT, líq. de provisões e imparidades ajustado	81.766	81.529	84.622	87.847	-237	3.093	3.225	2.027
(+) Impacto das depreciações	893	3.959	1.517	2.308				
EBIT, líq. de provisões e imparidades comparável	82.659	85.487	86.138	90.155	2.828	651	4.016	2.499

O EBITDA apresenta igualmente uma evolução favorável:

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v/s 2025	2027 v/s 2026	2028 v/s 2027	Variação média anual do triénio
	2025	2026	2027	2028				
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
EBITDA	108.191	110.586	113.772	117.817	2.395	3.187	4.045	3.209
(+) Impactos decorrentes de obrigações legais	0	1.326	2.749	4.237				
EBITDA ajustado	108.191	111.912	116.522	122.055	3.721	4.610	5.533	4.621

Constata-se assim o impacto relevante que as depreciações têm nos indicadores de resultados, designadamente os impactos das entradas em exploração dos investimentos significativos em infraestruturas operacionais que constam do plano de investimentos da empresa. Destaca-se que o impacto em 2026 decorre já do investimentos em curso (aprovados em PAO anteriores) e não dos investimentos agora previstos.

A Empresa vem solicitar que sejam tidos em linha de conta na avaliação do indicador relativo ao resultado operacional (medido pelo EBIT líquido de provisões e imparidades) os efeitos decorrentes das obrigações legais e do aumento das depreciações, respeitantes ao significativo aumento do seu plano de investimentos face aos anos anteriores, cumprindo assim a orientação prevista na alínea f) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

Caso não sejam tidos em linha de conta os efeitos decorrentes do aumento das depreciações do exercício no cálculo do indicador, a empresa assegura uma evolução positiva no triénio, mas não no exercício de 2026, solicitando nesse caso dispensa expressa do seu cumprimento.

3.3.7. Resultado líquido

Melhoria do resultado líquido do período

Na continuidade do referido no ponto anterior, a EPAL procura otimizar o resultado operacional da Empresa, bem como o respetivo resultado líquido. Para este último acresce, ao Resultado Operacional, a função financeira e os impostos.

No que respeita à função financeira, a empresa tem vindo a procurar a rentabilização dos seus excedentes, sendo que, como empresa do Setor Empresarial do Estado que é, está obrigada a cumprir o princípio de Unidade de Tesouraria do Estado, não tendo assim qualquer margem para procurar fontes alternativas que permitam uma maior maximização dos seus rendimentos financeiros. Deste modo, apenas concede apoios de tesouraria à holding, quando esta o solicita, ao abrigo do Princípio de Centralização de Tesouraria do Grupo AdP, e efetua aplicações pontuais em CEDIC junto do IGCP. Durante os últimos anos, a EPAL tem conseguido rentabilizar os seus excedentes financeiros aproveitando as taxas de juros oferecidas pelos CEDIC, sendo que a remuneração dos apoios de tesouraria referidos ao acionista se encontra indexada a essas mesmas taxas. Face à evolução do mercado financeiro, onde se assiste à redução das taxas de juro oferecidas pelo IGCP, prevê-se uma diminuição dos rendimentos financeiros face aos últimos anos.

No que respeita aos gastos financeiros, o endividamento da empresa é integralmente constituído por empréstimos bancários de médio e longo prazo contraídos junto do Banco Europeu de Investimentos (BEI), para financiamento de parte do seu Plano de Investimentos. Atendendo que cerca de 60% do financiamento encontra-se contratado a taxa fixa, perspetiva-se que a redução do financiamento existente não evolua de acordo com as taxas de juros de referência.

No horizonte temporal do PAO, e em resultado da necessidade de financiar o Plano de Investimentos proposto, que como já foi referido apresenta um aumento significativo, perspetiva-se assim uma redução dos resultados financeiros, quer por via da redução dos rendimentos com a diminuição das disponibilidades disponíveis para aplicação, quer por via dos encargos decorrentes da contratação de novos financiamentos.

Tendo por base o resultado líquido da demonstração de resultados, a empresa não cumpre, no ano de 2026, e na variação média no triénio, o princípio de que deve melhorar o seu resultado líquido face ao ano anterior. Já em 2027 e 2028 a Empresa consegue melhorar o seu resultado líquido face ao ano anterior.

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v s 2025	2027 v s 2026	2028 v s 2027	Variação média anual do triénio
	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
c) Resultado líquido	59.042	57.616	57.750	57.870	-1.425	134	120	-391

Ajustando ao cálculo do resultado líquido os efeitos não comparáveis, designadamente as imposições legais-RH e o impacto decorrente da variação das depreciações em resultado da entrada em exploração dos investimentos, (ambos líquidos do efeito de imposto), verifica-se o cumprimento no ano de 2026, e na média do triénio:

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v s 2025	2027 v s 2026	2028 v s 2027	Variação média anual do triénio
	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
c) Resultado líquido	59.042	57.616	57.750	57.870	-1.425	134	120	-391
(+) Impactos decorrentes de obrigações legais	0	1.326	2.749	4.237				
(+) Impacto das depreciações	893	3.959	1.517	2.308				
(-) Efeito de imposto	-258	-1.519	-1.223	-1.872				
Resultado líquido ajustado	59.677	61.382	60.793	62.542	1.706	-589	1.749	955

A Empresa vem solicitar que sejam tidos em linha de conta, na avaliação do indicador relativo ao resultado líquido os efeitos decorrentes das obrigações legais e do aumento das depreciações, respeitantes ao significativo incremento do seu ativo fixo tangível, por via da conclusão de investimentos em curso, cumprindo assim a orientação prevista na alínea g) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

Caso não sejam tidos em linha de conta os efeitos decorrentes das obrigações legais e do aumento das depreciações, no cálculo do indicador, a empresa não cumpre este indicador em 2026 e na média do triénio, solicitando a dispensa expressa do seu cumprimento.

3.3.8. Rácio de eficiência de recursos humanos

Otimizar a utilização de recursos humanos assegurando em cada ano que é melhorado o rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores

Relativamente ao quadro de pessoal e à evolução prevista para o mesmo, no período abrangido pelo presente PAO, consta no ponto 4. e no Anexo IV deste documento uma análise pormenorizada.

O rácio de eficiência de recursos humanos relativiza o resultado operacional pelo número de trabalhadores. O rácio obtido, tendo por base os valores da Demonstração dos resultados é o seguinte:

IEPAO	Unidade: 1.000 €							
	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	2025	2026	2027	
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
Resultado Operacional (EBIT)	80.646	79.082	80.752	82.490				
N.º de trabalhadores	718	720	720	720				
e) Rentabilidade dos RH	112.320x	109.837x	112.156x	114.569x	-2.484x	2.319x	2.413x	750x

Não se verifica uma melhoria no 1.º ano do triénio, mas é possível assegurar essa melhoria no agregado do triénio e em cada um dos anos restantes. A justificação para o não cumprimento em 2026 é idêntica ao que foi explicitado no ponto 3.3.6., a propósito da evolução do resultado operacional.

De facto, o aumento dos gastos com depreciações tem um forte impacto na evolução do resultado operacional, devido ao significativo aumento do valor de investimentos que a Empresa se propõe concluir no ano de 2026 e seguintes, comparativamente com os valores históricos dos últimos anos.

Se excluirmos da análise o impacto decorrente das obrigações legais e da variação das depreciações (utilizando para o rácio o EBIT comparável que foi determinado no ponto 3.3.6. do presente documento), a evolução do indicador seria:

IEPAO	Unidade: 1.000 €							
	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	2025	2026	2027	
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
Resultado Operacional (EBIT)	80.646	79.082	80.752	82.490				
N.º de trabalhadores	718	720	720	720				
e) Rentabilidade dos RH	112.320x	109.837x	112.156x	114.569x	-2.484x	2.319x	2.413x	750x
EBIT, líq. de provisões e imparidades comparável	82.659	85.487	86.138	90.155				
N.º de trabalhadores	718	720	720	720				
Rentabilidade dos RH ajustada	115.124x	118.733x	119.637x	125.215x	3.608x	904x	5.578x	3.364x

A Empresa vem solicitar que sejam tidos em linha de conta na avaliação do indicador relativo à rentabilidade dos recursos humanos os efeitos decorrentes das obrigações legais e do aumento das depreciações, respeitantes ao significativo aumento do seu plano de investimentos face aos anos anteriores, cumprindo assim a orientação prevista na alínea h) do n.º 2 do apêndice às Instruções sobre a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

Caso não sejam tidos em linha de conta os efeitos decorrentes das obrigações legais e do aumento das depreciações do exercício no cálculo do indicador, a empresa assegura uma evolução positiva no triénio, mas não no exercício de 2026, solicitando nesse caso dispensa expressa do seu cumprimento.

3.3.9. Novos investimentos

Realizar apenas, os novos investimentos (que não de substituição) que viabilizem um aumento do resultado operacional ou necessários à prestação de serviço público ou de serviço de interesse geral contratualizados

Relativamente à análise e evolução dos investimentos, no período abrangido pelo presente PAO, consta no capítulo 7. deste documento, uma análise pormenorizada.

Importa ressalvar que cerca de 69% dos valores considerados no plano de investimentos do período 2026-2028 assentam na execução de empreitadas que asseguram a resiliência da operação da Empresa, os quais não poderão deixar de ser efetuados, sob o risco de a atividade da Empresa não cumprir o serviço público para o qual se encontra mandatada. Tal é essencial para manter o nível do serviço prestado, o que originará a manutenção das receitas da Empresa, e naturalmente assegurando a manutenção do nível de gastos, face às pressões inflacionistas.

No quadro seguinte apresenta-se a desagregação dos investimentos por tipologia, assinalando que os respeitantes a garantia de **capacidade, fiabilidade e segurança, e qualidade** (três primeiras linhas), totalizam cerca de 186 milhões de euros, representando dessa forma os cerca de 69% dos valores considerados no plano de investimentos, referidos no parágrafo anterior:

INVESTIMENTO	€ 2025	Projeção			Total 2026 - 2028
		2026	2027	2028	
Garantia da Capacidade	1,0	1,3	1,0	1,1	3,3
Garantia da Fiabilidade e Segurança	26,2	46,6	74,8	59,0	180,4
Garantia da Qualidade	0,9	0,9	0,8	0,7	2,3
Sustentabilidade e Inovação	10,5	19,4	23,5	13,4	56,2
Tecnologias de Informação e Comunicação	3,5	2,7	1,6	1,3	5,6
Outros Investimentos	8,1	10,7	6,8	4,5	22,0
Total	50,3	81,6	108,5	79,8	269,8

A rentabilidade do ativo, com base nos valores da demonstração dos resultados, situa-se nos 9%:

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v s 2025	2027 v s 2026	2028 v s 2027	Variação média anual do triénio
	2025	2026	2027	2028				
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
Resultado Operacional (EBIT)	80.646	79.082	80.752	82.490				
Ativo total (médio)	859.182	857.493	877.841	925.062				
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	9,4%	9,2%	9,2%	8,9%	-0,2 p.p.	0,0 p.p.	-0,3 p.p.	-0,2 p.p.

Ajustando o impacto decorrente das orientações legais e do aumento das depreciações, a Empresa cumpre o rácio em 2026, e na média do triénio:

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v s 2025	2027 v s 2026	2028 v s 2027	Variação média anual do triénio
	2025	2026	2027	2028				
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
Resultado Operacional (EBIT)	80.646	79.082	80.752	82.490				
Ativo total (médio)	859.182	857.493	877.841	925.062				
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	9,4%	9,2%	9,2%	8,9%	-0,2 p.p.	0,0 p.p.	-0,3 p.p.	-0,2 p.p.
EBIT, liq. de provisões e imparidades comparável	82.659	85.487	86.138	90.155				
Ativo total (médio)	859.182	857.493	877.841	925.062				
Rentabilidade do Ativo ajustada	9,6%	10,0%	9,8%	9,7%	0,3 p.p.	-0,2 p.p.	-0,1 p.p.	0,0 p.p.

A Empresa assegura que os novos investimentos (que não de substituição) são os necessários à prestação de serviço público, cumprindo assim a orientação prevista na alínea i) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

3.3.10. Planos Financeiros

Melhorar a rentabilidade do capital próprio em cada ano do triénio

Conforme disposto no ponto 2 alínea j) do n.º 2 do apêndice às Instruções sobre a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, as empresas devem evidenciar:

- i. a sustentabilidade da atividade da empresa, incluindo os investimentos, com a apresentação das fontes de financiamento e a menção clara de que as ações ou investimentos estão contingentes na concretização de financiamentos,
- ii. ativos e passivos contingentes bem como garantias bancárias ou outras
- iii. o financiamento da atividade operacional
- iv. o financiamento do investimento.

Deve ser apresentada a rentabilidade do capital próprio (*ROE - Return on Equity*), calculado como resultado líquido do exercício dividido pelo capital próprio), a qual deve melhorar em cada ano.

É apresentado no ponto 5. Informação Financeira, o planeamento financeiro para o triénio do PAO, com a indicação das fontes de financiamento da atividade operacional e dos investimentos. De igual forma, no ponto 7. Plano de Investimentos Anual e Plurianual, são analisados os investimentos previstos e detalhada a sua forma de financiamento.

No que respeita aos ativos e passivos contingentes, a EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de divulgação. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas nas contas estatutárias da EPAL, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

No que se refere a responsabilidades contingentes por garantias bancárias, são as seguintes:

- Banco Europeu de Investimento (BEI) - garantias bancárias prestadas pela Entidade do Tesouro e Finanças que visam cobrir o serviço da dívida do financiamento – 42,2 MEUR;
- Tribunais – garantias bancárias prestadas pela Empresa junto dos Tribunais para fazer face a processos de expropriações/outros – 5,2 MEUR;
- Outros – garantias bancárias prestadas pela Empresa a terceiros – 0,5 MEUR.

A previsão para o ROE (*Return on Equity*) no período 2026/2028 é sintetizada no quadro seguinte:

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio
	2025	2026	2027	2028				
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
c) Resultado líquido	59.042	57.616	57.750	57.870				
Capital próprio (médio)	702.473	713.569	724.491	736.106				
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	8,4%	8,1%	8,0%	7,9%	-0,3 p.p.	-0,1 p.p.	-0,1 p.p.	-0,2 p.p.

Ajustando o impacto decorrente das orientações legais e do aumento das depreciações o rácio apresenta uma evolução positiva em 2026, e no agregado do triénio:

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio
	2025	2026	2027	2028				
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
c) Resultado líquido	59.042	57.616	57.750	57.870				
Capital próprio (médio)	702.473	713.569	724.491	736.106				
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	8,4%	8,1%	8,0%	7,9%	-0,3 p.p.	-0,1 p.p.	-0,1 p.p.	-0,2 p.p.
Resultado líquido ajustado	60.575	62.275	61.687	63.440				
Capital próprio (médio)	702.473	713.569	724.491	736.106				
Rentabilidade do Capital Próprio (ROE) ajustada	8,6%	8,7%	8,5%	8,6%	0,1 p.p.	-0,2 p.p.	0,1 p.p.	0,0 p.p.

A Empresa vem solicitar que sejam tidos em linha de conta na avaliação do indicador relativo à rentabilidade do Capital Próprio os efeitos decorrentes das orientações legais e do aumento das depreciações, conforme a orientação prevista na alínea j) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

Caso não sejam tidos em linha de conta os efeitos decorrentes das orientações legais e do aumento das depreciações do exercício no cálculo do indicador, a Empresa vem solicitar dispensa expressa do seu cumprimento.

3.3.11. Endividamento

O endividamento deve, como orientação geral, diminuir em termos nominais

Relativamente à análise e evolução do endividamento, no período abrangido pelo presente PAO, consta no capítulo 5. deste documento, uma análise complementar.

O crescimento global do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluindo novos investimentos com expressão material, fica limitado a 2%, nos termos do artigo 53.º da Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro de 2024, que aprova o Orçamento do Estado para 2025.

Nos termos do n.º 1 do artigo 141.º do Decreto – Lei de Execução Orçamental para 2025 (Decreto-Lei n.º 13/2025, de 10 de março), o limite indicado exclui os novos investimentos com expressão material que não figurem no plano de investimentos do ano anterior, e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior ao menor dos valores entre 12 milhões de euros ou o resultante da aplicação de 10% do orçamento anual da Empresa.

O ponto 5. do apêndice às Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, reitera a orientação de que a atividade das empresas públicas do SEE, e em especial o seu planeamento financeiro, para 2026, deve contemplar uma política de limitação do crescimento do endividamento das empresas, devendo o crescimento global do endividamento das empresas públicas, considerando o financiamento remunerado corrigido pelo capital social realizado e excluído de novos investimentos com expressão material e os previstos no PRR, ficar limitado a 2%. É igualmente referido que em situações devidamente fundamentadas, o limite do endividamento

pode ser aferido no conjunto de empresas que estejam em relação de grupo, competindo à empresa mãe assegurar o efetivo cumprimento daquele limite

A Empresa tem vindo, ao longo dos últimos anos, a reduzir de forma sustentada o seu nível de endividamento, conseguindo com o *cash flow* gerado fazer face aos seus compromissos decorrentes da sua atividade operacional, do investimento, e do serviço da dívida, mas igualmente ao financiamento da casa-mãe.

Ao nível dos encargos financeiros, e após o aumento significativo verificado nas taxas de juros resultantes da pandemia e das crises geopolíticas internacionais, para 2026, e na continuidade do que se verificou já em 2025, perspetiva-se uma manutenção da Euribor (taxa de juro de referência para os desembolsos junto do BEI), o que não terá impacto significativo em termos de serviço da dívida.

A previsão de endividamento no período do PAO é a seguinte:

Endividamento (fórmula)	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	0	0%
Financiamento remunerado	47.558.518	58.845.911	36.920.911	26.190.999	62.030.883	107.770.992	-10.729.912	-29%
(-) Novos investimentos com expressão material	0	0	0	0	0	0	0	0
Δ de endividamento (%)		5,7%	-5,4%	-5,7%	20,3%	21,6%	-0,4 p.p.	

A evolução supra demonstrada assenta na concretização do plano de investimentos, possibilitando, ao nível da empresa, o cumprimento da orientação apenas no exercício de 2026. Neste âmbito, destaca-se que:

- o aumento de financiamento remunerado no triénio (cerca de 70.850 mil euros) corresponde somente a 26% do investimento previsto no período 2025-2028;
- a Empresa mantém a capacidade de cumprimento do serviço da dívida, como se demonstra no indicador *Net Debt to EBITDA*, atingindo um máximo de 0,9 em 2028, conforme se constata no quadro infra;

IEPAO	2025	2026	2027	2028
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão
Net Debt to EBITDA (ajustado)	-0,60	-0,11	0,51	0,87

- o financiamento necessário será assegurado através de linhas de financiamento negociadas pela AdP SGPS para as empresas do Grupo AdP.

Sem prejuízo da avaliação da evolução do endividamento ao nível da casa-mãe, refere-se que a empresa cumpre a orientação de não aumentar o endividamento em mais de 2% apenas em 2026,

conforme previsto na alínea k) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

3.3.12. Pagamentos em atraso

Redução significativa do volume dos pagamentos em atraso (arrears), caso existam

A Empresa não tem valores de pagamentos em atraso. Os valores vencidos respeitam integralmente a serviços e bens cuja respetiva prestação não se encontra ainda formalmente concluída e/ou prestada ou, em alguns casos, com processos de resolução pendentes, configurando deste modo situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor.

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v/s 2025	2027 v/s 2026	2028 v/s 2027	Variação média anual do triénio
	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0	0	0	0	0

A empresa não tem pagamento em atraso e prevê não vir a ter, cumprindo a orientação prevista na alínea l) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

3.3.13. Prazo médio de pagamento:

Aferido de acordo com o disposto no n.º 9 do “Programa Pagar a tempo e Horas”

Por forma a dar cumprimento às orientações e legislação vigente para as empresas do Setor Empresarial do Estado, apresenta-se o prazo médio de pagamento para 2026, aferido de acordo com o disposto no n.º 9 do “Programa Pagar a Tempo e Horas”, anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, na sua redação atual, com uma previsão de um prazo de 29 dias no triénio do PAO:

Outros	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Unidade Dias	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Prazo Médio de Pagamento	28	29	29	29	29	29	0	0%

A empresa cumpre a orientação relativa ao prazo médio de pagamentos, conforme previsto na alínea m) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

3.4. Princípios de elaboração dos Plano de Atividades e Orçamento

A proposta do PAO em apreço cumpre toda a legislação vigente, conforme indicado no ponto 3. do apêndice das Instruções para a Elaboração dos PAO para o triénio 2026-2028.

O PAO encontra-se suportado no Orçamento para 2026 (preparado com base nas demonstrações financeiras tendo por base os exercícios económicos de 2023 e 2024, e da estimativa de fecho para o exercício de 2025), bem como no Plano de Investimentos para o período 2026/2030.

Informa-se igualmente que a proposta do PAO 2025/2027, apresentada pela Empresa em 2024, foi aprovada em 7 de janeiro de 2025 pela tutela financeira (Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças), e em 5 de março de 2025 por despacho da tutela setorial (Ministra do Ambiente e Energia).

A atividade projetada da Empresa é sustentada tendo em conta os recursos financeiros e as fontes de financiamento disponíveis, o cumprimento da sua missão e dos seus objetivos, bem como as estratégias de sustentabilidade nos domínios económico, social e ambiental, permitindo assim alcançar resultados projetados crescentes face aos atuais.

Importa ainda salientar que a EPAL apresenta anualmente informação de natureza económica e financeira ao acionista e à Entidade Reguladora do Setor, que permite uma avaliação dos rendimentos, gastos, ativos, capitais próprios e passivos da Empresa, de forma desagregada face às diferentes atividades que desenvolve.

Adicionalmente, informa-se:

- i. **Eventuais contingências, nomeadamente garantias concedidas, e comprovativo de obtenção prévia do respetivo cabimento, nos termos do artigo 5.º da Lei n.º 112/97, de 16 de setembro, na sua redação atual:**

Não aplicável, não se prevendo a existência de contingências, nomeadamente a concessão de garantias.

- ii. **Os eventos sem repetição que traduzam impactos financeiros de elevada materialidade, com a respetiva caracterização e estimativa das implicações financeiras em cada ano do triénio:**

Não aplicável, não se prevendo a existência de eventos sem repetição com impactos financeiros de elevada materialidade.

- iii. **Conjunto de gastos, projetos e investimentos que sejam financiados através de fundos comunitários, com o respetivo planeamento e calendarização, identificando claramente os que serão objeto de financiamento no âmbito do PRR com detalhe sobre a dimensão, componente e investimento/reforma a que respeitam:**

Não se prevê a atribuição de novos subsídios para o período de projeção do PAO, sejam eles fundos comunitários ou financiamentos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

As medidas de otimização de desempenho, visando maximizar o resultado operacional da Empresa para o triénio em curso, detalham-se nos pontos seguintes.

3.4.1. Eficiência operacional

A Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro, estabelece no n.º 1 do artigo 52.º, que as empresas públicas devem prosseguir uma política de otimização da estrutura de gastos operacionais que promova o equilíbrio operacional, nos termos do disposto no Decreto-lei de execução orçamental.

Conforme disposto no ponto 3.1. do apêndice das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, e n.º 1 do artigo 140.º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, deve ser garantida a eficiência operacional da empresa, medida pelo rácio dos gastos operacionais (GO) sobre o volume de negócios (VN), o qual deve ser igual ou inferior ao verificado no ano anterior, excluídos os impactos extraordinários decorrentes do cumprimento de disposições legais, devidamente fundamentados.

Nos PAO anteriores da EPAL foi mencionada a especificidade dos gastos incorridos com a atividade comercial do Aquamatrix, pois os rendimentos associados não concorrem para o volume de negócios da Empresa.

O AQUAmatrix® - Aplicação Integrada para Gestão Comercial de Águas, Saneamento e Resíduos Sólidos foi desenvolvido pela EPAL, e é sua integral propriedade. Desenvolvido inicialmente para uso exclusivo da EPAL (nos anos 90), a partir de 2002 e com a solicitação por parte de outras entidades do setor para disponibilizar a utilização do AQUAmatrix, constatou-se existir uma oportunidade de negócio com a comercialização da aplicação e serviços associados, sendo que em finais de 2007 foi criada uma área de negócio específica para o efeito.

Atualmente, o AQUAmatrix está presente em 46 entidades gestoras de Água, Saneamento e Resíduos, com a responsabilidade na gestão comercial de 103 municípios em Portugal, com uma quota de mercado nacional de cerca de 45% com 2,4 milhões de clientes finais, considerando um universo 5,5 milhões de clientes. A nível internacional o AQUAmatrix está implementado em Angola e em Cabo Verde, que abrange cerca de 219 mil clientes finais.

Entende-se, pois, que para 2026 esta atividade continua a preencher os requisitos para que seja autorizada a dedução dos gastos incorridos com os clientes externos à EPAL, essencialmente devido aos seguintes fatores:

- Nível de maturidade que atingiu (rendimentos na ordem dos 2 milhões de euros e uma quota de mercado a rondar os 45%);
- Desenvolver-se em mercado concorrencial, o que por vezes não se coaduna com as disposições mais limitativas em vigor para o SEE, nomeadamente em termos de recrutamento de pessoal;
- Necessidade de assegurar permanentemente o cumprimento contratual existente com os seus clientes, o que implica gastos acrescidos extraordinários, como por exemplo deslocações e alojamento não previstos;
- Os rendimentos do AQUAmatrix não concorrem para o volume de negócios da Empresa, atendendo ser uma atividade não principal (é registado nas demonstrações dos resultados em outros rendimentos e ganhos operacionais). Por esse facto, a EPAL não tem vindo a considerar a faturação desta atividade no apuramento do volume de negócios, pelo que de igual forma os respetivos gastos associados, para efeito do cumprimento dos princípios

financeiros legais de otimização de desempenho (nomeadamente a eficiência operacional), deverão ser desconsiderados.

O negócio Aquamatrix serve os clientes externos e a própria EPAL, sendo que no âmbito da exclusão dos gastos operacionais consideraram-se apenas os gastos e rendimentos associados aos clientes externos, ficando os gastos com o cliente EPAL incluídos nos gastos operacionais decorrentes da atividade normal da Empresa. O apuramento destes gastos é feito através do sistema de contabilidade analítica da Empresa, que apura os gastos individualizados por cada um dos clientes do negócio.

Para o horizonte temporal do PAO, estão previstos rendimentos para esta atividade de cerca de 2,0 milhões de euros/ano (registados em outros rendimentos operacionais e que não concorrem para o volume de negócios). Já os gastos (apenas aqueles com impacto no rácio de eficiência operacional) estimados para o período do PAO ascendem anualmente a 1,3 milhões de euros.

Os valores que respeitam ao apuramento do indicador de eficiência operacional - GO/VN, para os períodos compreendidos entre 2024 e 2028, tendo por base os valores constantes da demonstração dos resultados por naturezas e ajustamentos decorrentes de obrigações legais, são os seguintes:

Eficiência Operacional	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-74.960.982	-77.547.538	-76.764.300	-79.188.133	-80.386.998	-81.033.771	-2.423.833	-3,2%
CMVMC	-2.226.168	-2.238.971	-2.245.000	-2.264.419	-2.281.590	-2.293.206	-19.419	-0,9%
FSE	-44.945.423	-44.016.723	-44.962.922	-45.194.904	-44.952.154	-44.084.649	-231.982	-0,5%
Gastos com pessoal	-27.789.391	-31.291.844	-29.556.379	-31.728.810	-33.153.254	-34.655.916	-2.172.432	-7,4%
Impactos decorrentes de obrigações legais*	0	0	0	1.326.292	2.749.423	4.237.296	1.326.292	
Imposições legais - RH	0	0	0	1.326.292	2.749.423	4.237.296	1.326.292	
Gastos operacionais ajustados	74.960.982	77.547.538	76.764.300	77.861.841	77.637.575	76.796.474	1.097.541	1,4%
Volume de negócios	186.450.675	188.452.847	190.026.001	194.710.824	198.830.456	203.402.417	4.684.824	2,5%
Vendas	184.399.989	186.862.847	188.123.401	192.773.978	196.856.809	201.391.270	4.650.577	2,5%
Prestações de Serviços	2.050.686	1.590.000	1.902.600	1.936.847	1.973.647	2.011.146	34.247	1,8%
Impacto na receita decorrente de obrigações legais**	0	0	0	0	0	0	0	-
Volume de Negócios ajustado	186.450.675	188.452.847	190.026.001	194.710.824	198.830.456	203.402.417	4.684.824	2,5%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	40,2%	41,1%	40,4%	40,0%	39,0%	37,8%	-0,4 p.p.	

A Empresa cumpre a Instrução de assegurar que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios, ajustados dos efeitos das imposições legais (designadamente nos gastos com o pessoal em resultado das orientações do acionista Estado em termos do acordo de valorização de rendimentos), seja igual ou inferior ao verificado no ano de referência conforme ponto 3.1 do apêndice das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

3.4.2. Otimização de gastos

Conforme disposto no ponto 3.2. do apêndice às Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado ou estimado para o ano anterior, corrigido da taxa de inflação prevista, sem prejuízo do disposto no Decreto-Lei de Execução Orçamental.

O acréscimo dos gastos operacionais apenas pode ocorrer em situações excepcionais, devidamente fundamentadas e sustentadas em análise custo-benefício, e acompanhadas da demonstração da efetiva cobertura orçamental, mediante autorização da Tutela Financeira, em sede de aprovação da proposta de PAO da empresa.

Nos termos do n.º 4 do artigo 140.º do Decreto-lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado em 2025, sendo que para o efeito dos gastos com pessoal devem ser excluídos os relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo tripartido 2025-2028, sobre a valorização salarial e o crescimento económico, celebrado a 1 de outubro de 2024, das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado, bem como do efeito do absentismo e de indemnizações por rescisão contratual, salvo quando se tratar de rescisões por mútuo acordo. Estabelece ainda o n.º 5 do mesmo artigo que o acréscimo dos gastos operacionais, corrigidos da taxa de inflação sem habitação, apurada pelo Instituto Nacional de Estatística, IP, relativa ao ano transato, apenas pode ocorrer em situações excepcionais e devidamente identificadas, quantificadas e fundamentadas, sustentadas em análise custo-benefício, e na evidência de recuperação a médio prazo, ou se acompanhado por um aumento de, pelo menos, igual proporção do volume de negócios, mediante autorização do membro do Governo responsável pela área das Finanças, em sede de apreciação do plano de atividades e orçamento da Empresa.

A variação prevista para o triénio é a seguinte:

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v s 2025	2027 v s 2026	2028 v s 2027	Variação média anual do triénio
	2025	2026	2027	2028				
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
Gastos Operacionais	76.764	79.188	80.387	81.034	3,2%	1,5%	0,8%	1,8%
(-) Impactos decorrentes de obrigações legais	0	-1.326	-2.749	-4.237				
Gastos Operacionais ajustados	76.764	77.862	77.638	76.796	1,4%	-0,3%	-1,1%	0,0%
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS								
Gastos operacionais (corrigido do IHPC)	76.764	76.335	74.623	72.367	- 429	- 1.712	- 2.256	- 1.466

A Empresa cumpre a Instrução de assegurar que os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor registado ou estimado para o ano anterior, corrigido da taxa de inflação prevista, conforme ponto 3.2 do apêndice das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

3.4.3. FSE (incluindo frota automóvel)

A evolução dos fornecimentos e serviços externos, no triénio 2026-2028, é a seguinte:

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v/s 2025	2027 v/s 2026	2028 v/s 2027	Variação média anual do triénio
	2025	2026	2027	2028				
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
Fornec. serviços externos	44.963	45.195	44.952	44.085	0,5%	-0,5%	-1,9%	-0,7%
Fornec. serviços externos (corrigido do IHPC)	44.963	44.309	43.223	41.542	-1,5%	-2,4%	-3,9%	-2,6%

O detalhe das principais rubricas que os compõem é:

FSE	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Electricidade	17.516.987	15.864.517	17.652.033	18.437.880	18.434.081	17.599.569	785.847	4%
Manutenção	8.865.220	9.853.500	9.215.000	9.436.330	9.366.171	8.994.867	221.330	2%
Fees Gestão	3.886.145	3.909.551	3.965.565	4.068.853	4.157.718	4.257.931	103.289	3%
Subcontratos	1.554.656	1.500.000	1.800.000	1.832.400	1.867.215	1.902.692	32.400	2%
Comunicações	1.089.969	1.150.000	1.150.000	1.170.700	1.192.943	1.215.609	20.700	2%
Vigilância	963.614	982.916	962.000	979.316	997.923	1.016.884	17.316	2%
Outros	11.068.833	10.756.239	10.218.324	9.269.425	8.936.102	9.097.097	-948.900	-9%
TOTAL	44.945.423	44.016.723	44.962.922	45.194.904	44.952.154	44.084.649	231.982	1%

Conforme disposto no ponto 3.3. do apêndice às Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, autonomizam-se os princípios relacionados com estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual, bem como com a frota operacional.

Estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual

Conforme disposto no ponto 3.3. do apêndice às Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, a decisão de contratar a **aquisição de serviços cujo objeto sejam estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual**, incluindo a renovação de eventuais contratos em vigor, apenas pode ser tomada

em situações excepcionais devidamente fundamentadas e desde que demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades através e recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

O Grupo Águas de Portugal tem instituído há vários anos um procedimento corporativo, onde todas as contratações necessárias relacionadas com estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria, são objeto de avaliação interna por parte de todas as empresas do Grupo, de modo a perceber se há competência e disponibilidade interna para o objeto do serviço em apreço. Apenas quando tal não é possível as empresas do Grupo AdP recorrem a prestações de serviços externas.

A EPAL tem atualmente apenas prestações de serviços incluídas nesta rubrica que respeitam a consultoria fiscal, serviços relacionados com as temáticas inerentes ao RPGD, inovação, etc.

Atendendo que a satisfação destas prestações de serviços não é possível satisfazer através de recurso próprios ou dentro da esfera das empresas do Grupo AdP, prevê-se a contratação desses serviços em 2026 caso se venham a demonstrar necessários, obedecendo às orientações já enunciadas.

Frota Automóvel

Já no que respeita à **frota automóvel**, e conforme disposto no ponto 3.3. do apêndice às Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, as empresas do SEE apenas podem adquirir ou locar veículos para a frota operacional que se mostrem imprescindíveis à atividade da empresa. O aumento da frota, operacional ou de veículos não operacionais, bem como a sua renovação, implica a apresentação de uma análise custo/benefício. A fundamentação da necessidade, bem como os respetivos gastos, deve ser pormenorizada e expressamente identificada na proposta de PAO.

Como anexo ao documento (Anexo VII-A), apresenta-se a informação respeitante à frota automóvel da EPAL, com a fundamentação observando os princípios enunciados nas Instruções para a Elaboração dos PAO 2026-2028, e onde é caracterizada a frota atual da Empresa, a estratégia de contratação/renovação das viaturas operacionais, e o impacto financeiro associado a uma eventual não renovação da frota automóvel. Informa-se adicionalmente que todos os pressupostos, estratégia e fundamentação se encontra alinhada com a informação constante do documento enquadrador enviado em julho de 2025 à ETF, pela AdP SGPS (documento preparado de acordo com o referido no ponto 7. Empresas do Grupo, do apêndice das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028).

Na elaboração da proposta de PAO para 2026-2028, a Empresa teve em consideração as necessidades de renovação da frota operacional já aprovadas no PAO de 2025, e que terão continuidade em 2026. Não se prevê no presente triénio qualquer aumento do número de viaturas, para além das anteriormente autorizadas.

Tendo como base a visão transversal do Grupo AdP para as viaturas a considerar no PAO 2026-2028, apresenta-se no quadro seguinte a evolução dos gastos com frota automóvel na EPAL (dando nota adicional que as rubricas de rendas e outros incluem gastos não considerados em FSE):

Detalhe Frota Automóvel	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Rendas *	1 401 703	1 509 151	1 586 370	1 496 603	1 580 961	1 597 625	-89 767	-6%
Manutenção**	165 636	178 333	262 653	309 960	66 400	18 400	47 307	18%
Combustíveis fósseis	621 076	668 685	538 208	381 502	248 089	245 435	-156 706	-29%
Eletricidade	0	0	0	157 280	221 262	221 262	157 280	
Portagens + Parques	245 115	263 904	283 963	244 824	249 721	254 617	-39 139	-14%
Outros	43 678	47 026	40 696	40 000	40 000	40 000	-696	-2%
Total	2 477 208	2 667 100	2 711 890	2 630 169	2 406 432	2 377 339	-81 720	-3%

* inclui subsídio fundo ambiental

** inclui recondicionamentos

Dos valores e evolução apresentados para 2026 e anos seguintes que, conforme já mencionado, se encontra alinhado com a informação constante do documento enquadrador enviado em julho de 2025 à ETF, pela AdP SGPS, verifica-se que se assiste a uma redução global evolutiva dos valores atuais da frota automóvel, resultante por um lado da renovação dos contratos atuais por contratos em regime de AOV, e pela alteração da tipologia de viaturas em uso na empresa, passando a ser maioritariamente viaturas elétricas, o que induz uma redução global no valor do combustível fóssil e que, em conjunto com o aumento no consumo de eletricidade, permite uma poupança efetiva no triénio.

Importa destacar a evolução dos gastos com manutenção das viaturas, decorrentes da renovação da frota automóvel da empresa, sendo que em 2026 se encontra fortemente penalizada pelos gastos expetáveis com recondicionamentos, os quais se encontram contratualmente previstos nos atuais contratos celebrados com as locadoras.

Em síntese, a Empresa consegue assegurar que através da renovação da sua frota automóvel promove a adequação ao plano de substituição de viaturas – frota verde do Grupo AdP, já acomodando todas as disposições legais aplicáveis às empresas do Setor Empresarial do Estado, e que foi aprovado através de Resolução de Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 28 de dezembro.

Permite ainda, para além dos ganhos ambientais alcançados, designadamente decorrentes da redução significativa do consumo de combustíveis fósseis, uma redução dos encargos globais com a frota consistente em todos os anos face à situação atual.

3.4.4. Recursos humanos

Relativamente à análise e evolução dos recursos humanos, no período abrangido pelo presente PAO, consta no capítulo 4. deste documento, a análise detalhada, quer ao nível dos gastos com pessoal, quer ao nível de contratação de trabalhadores.

Para o efeito, foi adotada e seguida uma política que visa contribuir para assegurar o cumprimento de todas as suas atribuições, com base numa utilização eficiente de todos os seus recursos.

Conforme disposto no ponto 3.4. do apêndice das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, os **gastos com pessoal** foram desagregados e fundamentados, permitindo uma análise autónoma, designadamente:

- a) dos gastos relativos aos órgãos sociais;
- b) dos impactos decorrentes do cumprimento de disposições legais e de contratações autorizadas em 2025;
- c) de orientações expressas do acionista Estado em matéria de concretização do acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos, dos salários e da competitividade;
- d) das valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias, que concorrem para o apuramento do acréscimo da massa salarial definido ou que venha a ser definido no acordo de médio prazo para a melhoria dos rendimentos;
- e) do efeito do absentismo; e
- f) de indemnizações por rescisão contratual, excluindo rescisões por mútuo acordo.

A estimativa de evolução dos gastos com o pessoal para 2026 apresentada no capítulo 4. deste documento explicita, desagregando, os impactos, num ano completo, das medidas implementadas em 2025, devidamente suportadas no respetivo enquadramento legal.

Tendo sido dada como orientação, numa perspetiva de otimização dos gastos, e caso o nível de absentismo na empresa se desvie negativamente da média do sector ou da nacional, deve constar do

PAO a referência a medidas de correção que visem a aproximação às médias de referência. Atendendo que o referencial da Empresa se encontra em linha do setor, a EPAL não tem necessidade de implementar medidas de correção.

Já no que respeita à **contratação de trabalhadores**, e conforme disposto no ponto 3.4. do apêndice das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, a EPAL propõe-se a desenvolver a sua atividade baseada numa eficiente utilização dos seus recursos humanos.

No capítulo 4. do presente documento consta um plano plurianual de entradas e saídas de trabalhadores, o qual evidencia as seguintes situações:

- a) os recrutamentos para substituição de saídas de trabalhadores (desagregando as saídas ocorridas em 2024, as estimadas ocorrer até ao final de 2025 e as relativas ao triénio 2026-2028);
- b) os recrutamentos efetuados para substituição de saídas de trabalhadores (desagregando as saídas ocorridas em 2024, as estimadas ocorrer em 2025 e as relativas aos restantes anos do triénio);
- c) os recrutamentos, em cada um dos anos do referido triénio, que implicam um aumento líquido do número de trabalhadores; e
- d) o quadro “*Mapa RH*”.

Encontra-se igualmente incluído no capítulo 4. do presente documento, a devida fundamentação, sempre que o recrutamento que implique aumento dos gastos com pessoal ou do número de trabalhadores, com exceção das situações de reposição de saídas de trabalhadores ocorridas em 2024 ou em 2025, cujos procedimentos de seleção ainda estejam a decorrer, de acordo com o detalhe previsto no ponto 3.4. do apêndice das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

3.4.5. Conformidade com o Orçamento de Estado

Não aplicável por a Empresa não estar incluída no perímetro de consolidação das Administrações Públicas.

4. RECURSOS HUMANOS

4.1. Quadro de pessoal

O PAO para o triénio 2026-2028 tem subjacente o seguinte quadro de pessoal:

	Situação a 31/12/2024	Situação a 31/12/2025	Situação a 31/12/2026	Situação a 31/12/2027	Situação a 31/12/2028
Afetos à atividade da EPAL	659	718	720	720	720
Órgãos Sociais (OS)	12	12	12	12	12
Trabalhadores	647	706	708	708	708
Afetos à atividade da AdVT	431	540	540	540	540
Órgãos Sociais (OS)	14	14	14	14	14
Trabalhadores	417	526	526	526	526
Total	1.090	1.258	1.260	1.260	1.260
Total excluindo OS	1.064	1.232	1.234	1.234	1.234

Pessoal afeto à EPAL:

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Situação a 31/12/2025	Situação a 31/12/2026	Situação a 31/12/2027	Situação a 31/12/2028
Órgãos Sociais (OS)	12	12	12	12	12
Cargos de direção (s/ OS)	18	19	20	20	20
Tec. Operacional	204	221	221	221	221
Tec. Especializado	143	143	143	143	143
Especialista	22	22	22	22	22
Licenciado/Bacharel	260	301	302	302	302
Total	659	718	720	720	720

Pessoal afeto à gestão delegada da Águas do Vale do Tejo:

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Situação a 31/12/2025	Situação a 31/12/2026	Situação a 31/12/2027	Situação a 31/12/2028
Órgãos Sociais (OS)	14	14	14	14	14
Cargos de direção (s/ OS)	1	1	1	1	1
Técnico Operativo	256	334	334	334	334
Técnico	29	38	38	38	38
Técnico Superior	131	153	153	153	153
Total	431	540	540	540	540

Os gastos com o pessoal afeto à gestão delegada da Águas do Vale do Tejo constam do PAO dessa Empresa, no qual é fundamentada a variação prevista e a evolução do *headcount*.

No que concerne ao pessoal afeto à EPAL, e face ao valor real de fecho do exercício de 2024 – 659 pessoas (dos quais 647 trabalhadores e 12 correspondentes aos órgãos sociais) - estima-se para 2025 um acréscimo líquido de 59 trabalhadores, a saber:

- Contratação de 11 trabalhadores para substituição de saídas de 2024 (por motivo não imputável à empresa – reforma e denúncia de contrato), cujas vagas não foram possíveis de preencher ainda em 2024;
- Reingresso de 1 trabalhador com cargo de direção, que se encontrava com contrato suspenso por cedência a uma empresa do Grupo AdP;
- Contratação de 38 trabalhadores para regularização de vínculos (autorizados no despacho de aprovação do PAO 2025);
- Contratação de 1 trabalhador para garantia do serviço público prestado (autorizado no despacho de aprovação do PAO 2025);
- Contratação de 8 trabalhadores por motivos de segurança das infraestruturas (autorizados no despacho de aprovação do PAO 2025).

Resulta da autorização genérica do PAO 2025 da EPAL, a possibilidade de celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo, para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes – contrato suspenso, até ao limite de 5% do número de trabalhadores na categoria, que se recomenda seja concedida sem o número de trabalhadores da empresa ultrapasse a qualquer momento 718.

As Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028 referem, que os pedidos de recrutamento de pessoal que não tenham sido objeto de aprovação em PAO anterior, e cuja necessidade se mantenha, devem ser novamente objeto de proposta e expressa autorização. A Empresa não inclui no PAO 2026 qualquer situação enquadrável neste âmbito.

Informa-se adicionalmente que todos os pressupostos, estratégia e fundamentação se encontra alinhada com a informação constante do documento enquadrador enviado em julho de 2025 à ETF, pela AdP SGPS (documento preparado de acordo com o referido no ponto 7. Empresas do Grupo, do

apêndice das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028), excluindo o que se indica de seguida:

- No referido documento enquadrador foi indicado, por lapso, que o quadro de pessoal estimado para o fecho de 2025 seria de 671 trabalhadores, o qual correspondia à estimativa de fecho do exercício de 2024 considerado no PAO 2025 aprovado, incluindo Órgão Sociais. Atendendo ao lapso posteriormente identificado após submissão do documento enquadrador à ETF, o quadro de pessoal constante neste documento, para efeitos de previsão de fecho de 2025, é o constante no quadro inicial deste ponto;
- Adicionalmente não foi considerado nesse documento, por apenas em momento posterior ter sido identificada, a necessidade de recrutamento de 2 trabalhadores para reforço da equipa do Aquamatrix, conforme se explicita no Anexo IV – Recursos Humanos;

A previsão para 2026 tem implícito um acréscimo líquido de 2 trabalhadores, não se perspetivando alterações para os exercícios de 2027 e 2028.

De forma sucinta o Plano plurianual de entradas e saídas de trabalhadores considerado na elaboração do PAO 2026/2028 pressupõe:

- No triénio as saídas estimadas são apenas por motivo de reforma, as quais serão alvo de substituição no ano da saída;
- As duas entradas em 2026 correspondem ao pedido de autorização constante do PAO para reforço da equipa do Aquamatrix, com a criação da equipa de testes aplicacionais, analisada em maior detalhe no Anexo IV – Recursos Humanos.

4.2. Gastos com o pessoal

A EPAL partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento com as orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao Setor Empresarial do Estado.

Destaca-se a particularidade do seu Acordo de Empresa (AE), com o texto integral republicado no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 25, de 08/07/2023, e última revisão publicada no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 14, de 15/04/2025 (atualização salarial para 2025).

Os gastos com o pessoal previstos para o período do PAO constam do quadro seguinte, onde é apresentado o detalhe por rubrica:

Pessoal	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos totais com pessoal*	27.789.391	31.291.844	29.556.379	31.728.810	33.153.254	34.655.916	2.172.432	7%
Gastos com órgãos sociais**	622.816 €	655.140 €	733.942 €	791.179 €	808.179 €	825.544 €	57.238	8%
Gastos com cargos de direção	2.039.742 €	2.118.766 €	2.132.352 €	2.352.064 €	2.460.259 €	2.573.431 €	219.713	10%
Remuneração do pessoal	21.587.571 €	24.151.246 €	23.219.777 €	25.013.107 €	26.234.001 €	27.525.334 €	1.793.330	8%
Benefícios pós-emprego	176.676 €	440.843 €	169.000 €	175.000 €	175.000 €	175.000 €	6.000	4%
Ajudas de custo	477.186 €	475.000 €	484.255 €	506.358 €	529.478 €	553.661 €	22.103	5%
Rescisões / Indemnizações	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0	0
Restantes encargos	2.885.399 €	3.450.849 €	2.817.054 €	2.891.102 €	2.946.338 €	3.002.946 €	74.048	3%

O rácio de gastos com o pessoal ajustados pelo efeito da anualização das contratações autorizadas no âmbito do PAO 2025-2027, e efetivadas em 2025, e pelo efeito das valorizações salariais decorrentes do acordo de valorização de rendimentos, é o seguinte:

IPEAO	Unidade: 1.000 €				2026 vs 2025
	2025	2026	2027	2028	
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão		
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO					
Gastos com o Pessoal	29.556	31.729	33.153	34.656	7,4%
(-) Gastos com órgãos sociais	-734	-791	-808	-826	
(-) Cumprimento de disposições legais	0	-1.173	-2.433	-3.747	
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	0	-154	-317	-490	
(-) Rescisões contratuais excl. por mútuo acordo	0	0	0	0	
(+) Absentismo	600	600	600	600	
Gastos com o Pessoal ajustados	29.422	30.211	30.196	30.193	2,7%
(-) Gastos com as contratações autorizadas	0	-793	-1.146	-1.146	
Gastos com o Pessoal comparáveis	29.422	29.419	29.050	29.047	0,0%

No anexo IV – Recursos Humanos, é detalhada de forma mais completa as variações dos gastos que se perspetivam para 2026.

5. INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Conforme disposto no ponto V. Informação Financeira das Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, o Plano Financeiro para o triénio 2026-2028 visa garantir os recursos financeiros necessários à realização das atividades da empresa previstas na proposta de PAO, devendo o mesmo ser apresentado com:

- a) Indicação precisa das fontes de financiamento da atividade operacional e do investimento;
- b) Serviço da dívida, quando exista;
- c) As ações ou atividades que sejam objeto de financiamento ainda não concretizado (v.g., objeto de candidatura a fundos comunitários ainda não aprovada) devem ser claramente identificadas;
- d) Demonstrações financeiras previsionais (balanço, demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa) para cada ano, detalhadas por trimestre em 2026, com notas explicativas;
- e) Eficiência operacional, rácios financeiros e quadro resumo; e
- f) No caso das empresas públicas reclassificadas, a conformidade com o Orçamento do Estado para 2026.

Encontra-se igualmente incluído neste capítulo a análise complementar e evolução do endividamento, conforme mencionado no ponto 3.3.11 – Endividamento, e que inclui igualmente o ponto 5. do apêndice às Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

5.1. Plano Financeiro

O planeamento financeiro da atividade da Empresa, no período do PAO, encontra-se discriminado no Anexo V – Planeamento Financeiro.

Conforme indicado nas Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, apresentam-se:

5.1.1. Indicação das fontes de financiamento da atividade operacional e do investimento

A atividade operacional da Empresa gera um cash-flow amplamente positivo, que permite assegurar o financiamento das atividades de financiamento (serviço da dívida de empréstimos e os dividendos ao acionista) e, ainda, parte do financiamento das atividades de investimento. Conforme já referido, o aumento de financiamento remunerado no triénio (cerca de 70.850 mil euros) corresponde apenas a 26% do investimento previsto no período 2025-2028, sendo o restante assegurado por autofinanciamento.

A fonte de financiamento considerada é apenas o Banco Europeu de Investimento, o qual assegura integralmente os financiamentos bancários existentes, e se pressupõe vir a assegurar os financiamentos a contratar em 2027/2028, no âmbito das linhas do Grupo AdP junto do BEI.

5.1.2. Serviço da dívida

O serviço da dívida relativo aos empréstimos existentes é apresentado no quadro seguinte:

Designação empréstimo	Finalidade empréstimo	Mutuante	Taxa de juro		Período de carência	Maturidade empréstimo	Amortizações previstas (M€)				Juros (M€)				Condições para amort. antecipada					
			Tipo	Valor			2025	2026	2027	2028	2025	2026	2027	2028						
BEI 21453 - 10.0 - Jun/02	Financ. Investimentos	Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,125%	n.a.	2026/dez	0,556	0,556	-	-	0,025	0,008	-	-						
BEI 21453 - 5.0 - Dez/02	Financ. Investimentos	Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,125%	n.a.	2026/dez	0,278	0,278	-	-	0,012	0,004	-	-						
BEI 21453 - 10.0 - Ago/03	Financ. Investimentos	Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,125%	n.a.	2026/dez	0,556	0,556	-	-	0,025	0,008	-	-						
BEI 21453 - 5.0 - Jul/04	Financ. Investimentos	Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,125%	n.a.	2026/dez	0,278	0,278	-	-	0,012	0,004	-	-						
BEI 22279 - 17.0 - Mar/05	Financ. Investimentos	Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,135%	n.a.	2028/set	0,944	0,944	0,944	0,944	0,084	0,045	0,032	0,011	permida nas "datas de pagamento" com					
BEI 22279 - 20.0 - Jul/05	Financ. Investimentos	Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,135%	n.a.	2028/set	1,111	1,111	1,111	1,111	0,098	0,053	0,037	0,012	pagamento de indemnização cuja fórmula se encontra em cada contrato, variando com o tipo de taxa, e com aviso de 30 dias					
BEI 22279 - 18.0 - Abr 06	Financ. Investimentos	Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. fixa	0,869%	n.a.	2028/set	1,000	1,000	1,000	1,000	0,033	0,024	0,015	0,007	formula se encontra em cada contrato, variando com o tipo de taxa, e com aviso de 30 dias					
BEI 22986 - 15.0 - Jun 06	Financ. Investimentos	Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,135%	n.a.	2030/mar	0,833	0,833	0,833	0,833	0,105	0,064	0,056	0,037						
BEI 22986 - 10.0 - Mar 07	Financ. Investimentos	Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. variável	Eur 3M + 0,135%	n.a.	2030/mar	0,556	0,556	0,556	0,556	0,070	0,043	0,037	0,025	minimo de 30 dias					
BEI 22986 - 5.0 - Set 07	Financ. Investimentos	Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. fixa	0,000%	n.a.	2030/mar	0,278	0,278	0,278	0,278	0,000	0,000	0,000	0,000						
BEI 22986 - 20.0 - Mai 09	Financ. Investimentos	Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. fixa	2,692%	n.a.	2030/mar	1,111	1,111	1,111	1,111	0,157	0,127	0,097	0,067						
BEI 23006 - 50.0 - Set 10	Financ. Investimentos	Banco Europeu de Investimento (BEI)	Tx. fixa	2,977%	n.a.	2029/dez	3,136	3,230	3,327	3,427	0,472	0,378	0,282	0,182						
													10,636	10,730	9,160	9,260	1,092	0,759	0,556	0,341

Para os novos financiamentos a contratar em 2027/2028, não vão ocorrer amortizações de capital no período do PAO em apreço.

Os encargos financeiros decorrem dos juros e comissões de garantia dos financiamentos junto do BEI.

5.1.3. Ações ou atividades que sejam objeto de financiamento ainda não concretizado

Não aplicável. A Empresa não tem ações ou atividades que sejam objeto de financiamento ainda não concretizado.

5.1.4. Demonstrações financeiras previsionais

As Demonstrações financeiras previsionais (balanço, demonstração de resultados e a demonstração de fluxos de caixa) para cada ano, detalhadas por trimestre em 2026, com notas explicativas, são apresentadas no Anexo III – Demonstrações Financeiras Previsionais ao presente documento.

O quadro seguinte corresponde à folha “Resumo” que consta do ficheiro em folha de cálculo anexo às Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028:

Demonstrações financeiras					
	Unid: 1.000 €				
Balanço	2024	2025	2026	2027	2028
Ativo (total)	859.063	859.302	855.684	899.998	950.126
não corrent.	681.491	703.648	758.276	835.515	879.602
corrente	177.572	155.653	97.408	64.484	70.524
CP (total)	696.470	708.475	718.662	730.319	741.893
result.trans.	290.345	305.170	319.846	334.057	348.258
Passivo (total)	162.593	150.826	137.021	169.679	208.233
não corrente	92.016	78.703	69.271	102.461	147.012
corrente	70.577	72.123	67.750	67.219	61.221
Demonstração de resultados					
	2024	2025	2026	2027	2028
Volume de Negócios (incl. ICs)	186.451	190.026	194.711	198.830	203.402
% de crescimento		1,9%	2,5%	2,1%	2,3%
Gastos com Pessoal	-27.789	-29.556	-31.729	-33.153	-34.656
% de crescimento		6,4%	7,4%	4,5%	4,5%
Fornecimentos e serviços externos	-44.945	-44.963	-45.195	-44.952	-44.085
% de crescimento		0,0%	0,5%	-0,5%	-1,9%
EBITDA	107.131	108.191	110.586	113.772	117.817
% de crescimento		1,0%	2,2%	2,9%	3,6%
EBIT	80.479	80.646	79.082	80.752	82.490
% de crescimento		0,2%	-1,9%	2,1%	2,2%
Resultado líquido	59.102	59.042	57.616	57.750	57.870
% de crescimento		-0,1%	-2,4%	0,2%	0,2%
Eficiência operacional					
	2025	2026	2027	2028	
GO/VN		40,4%	40,0%	39,0%	37,8%

5.1.5. Eficiência operacional, rácios financeiros e quadro resumo

Apresentam-se em seguida os quadros síntese da eficiência operacional, rácios financeiros e quadro resumo, analisados de forma detalhada nos capítulos anteriores, que constam no ficheiro anexo às Instruções para a Elaboração dos PAO para 2026-2028.

- O quadro de **eficiência operacional** inclui as rubricas que concorrem para o apuramento do rácio gastos operacionais/volume de negócios (GO/VN), indicando-se ainda as rubricas ajustadas de acordo com as orientações legais:

Eficiência Operacional	Unidade						
	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)
Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-74.960.982	-77.547.538	-76.764.300	-79.188.133	-80.386.998	-81.033.771	-2.423.833
CMVMC	-2.226.168	-2.238.971	-2.245.000	-2.264.419	-2.281.590	-2.293.206	-19.419
FSE	-44.945.423	-44.016.723	-44.962.922	-45.194.904	-44.952.154	-44.084.649	-231.982
Gastos com pessoal	-27.789.391	-31.291.844	-29.556.379	-31.728.810	-33.153.254	-34.655.916	-2.172.432
Impactos decorrentes de obrigações legais*	0	0	0	1.326.292	2.749.423	4.237.296	1.326.292
Imposições legais - RH	0	0	0	1.326.292	2.749.423	4.237.296	1.326.292
Gastos operacionais ajustados	74.960.982	77.547.538	76.764.300	77.861.841	77.637.575	76.796.474	1.097.541
							1,4%
Volume de negócios	186.450.675	188.452.847	190.026.001	194.710.824	198.830.456	203.402.417	4.684.824
Vendas	184.399.989	186.862.847	188.123.401	192.773.978	196.856.809	201.391.270	4.650.577
Prestações de Serviços	2.050.686	1.590.000	1.902.600	1.936.847	1.973.647	2.011.146	34.247
Impacto na receita decorrente de obrigações legais**	0	0	0	0	0	0	0
Volume de Negócios ajustado	186.450.675	188.452.847	190.026.001	194.710.824	198.830.456	203.402.417	4.684.824
							2,5%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	40,2%	41,1%	40,4%	40,0%	39,0%	37,8%	-0,4 p.p.

- O quadro “**Ráculos financeiros**” apresenta a evolução dos principais indicadores financeiros no horizonte temporal do PAO 2026-2028, apresentando-se já com os ajustamentos referidos e densificados no capítulo 3.3 – Orientações Financeiras para o triénio 2026-2028:

Ráculos Financeiros	Formúla	Unidade %				
		2024	2025	2026	2027	2028
Execução	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Previsão	
Rentabilidade das vendas	EBITDA/Volume de Negócio	57%	57%	57%	57%	58%
Rentabilidade do Ativo	Resultado Operacional/Ativo médio	-	9%	9%	9%	9%
Rentabilidade do Ativo ajustada		-	10%	10%	10%	10%
Rentabilidade do Capital próprio	Resultado Líquido/Capital Próprio médio	-	8%	8%	8%	8%
Rentabilidade do Capital próprio ajustada		-	8%	9%	8%	8%
Passivo total	Passivo/Ativo	19%	18%	16%	19%	22%
Endividamento Corrente	Passivo Corrente/Ativo	8%	8%	8%	7%	6%
Autonomia financeira	Capital Próprio/Ativo	81%	82%	84%	81%	78%
Liquidez Geral	Ativo Corrente/Passivo Corrente	252%	216%	144%	96%	115%
Rentabilidade dos RH	Resultado Operacional/n.º de trabalhadores	122.124	112.320	109.837	112.156	114.569
Rentabilidade dos RH ajustada	Resultado Operacional/n.º de trabalhadores	-	115.124	118.733	119.637	125.215

- O **Quadro Resumo das instruções do PAO** respeita aos indicadores constantes nas orientações financeiras para o triénio 2026-2028, apresentando-se já com os ajustamentos referidos e densificados no capítulo 3.3 – Orientações Financeiras para o triénio 2026-2028:

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v/s 2025	2027 v/s 2026	2028 v/s 2027	Variação média anual do triénio
	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
Taxa de crescimento nominal PIB	5,0	4,7	3,7	3,7	4,7%	3,7%	3,7%	4,0%
Taxa de crescimento real PIB	2,0	2,2	1,7	1,8	2,2%	1,7%	1,8%	1,9%
Taxa de crescimento IHPC	2,1	2,0	2,0	2,0	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
a) Volume de negócios	190.026	194.711	198.830	203.402	2,5%	2,1%	2,3%	2,3%
i) Volume de negócios (real)	190.026	190.893	191.110	191.671	0,5%	0,1%	0,3%	0,3%
Gastos Operacionais	76.764	79.188	80.387	81.034	3,2%	1,5%	0,8%	1,8%
(-) Impactos decorrentes de obrigações legais	0	-1.326	-2.749	-4.237				
Gastos Operacionais ajustados	76.764	77.862	77.638	76.796	1,4%	-0,3%	-1,1%	0,0%
Gastos com o Pessoal	29.556	31.729	33.153	34.656	7,4%	4,5%	4,5%	5,4%
(-) Gastos com órgãos sociais	-734	-791	-808	-826				
(-) Cumprimento de disposições legais	0	-1.173	-2.433	-3.747				
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	0	-154	-317	-490				
(-) Rescisões contratuais excl. por mútuo acordo	0	0	0	0				
(+) Absentismo	600	600	600	600				
Gastos com o Pessoal ajustados	29.422	30.211	30.196	30.193	2,7%	-0,1%	0,0%	0,9%
(-) Gastos com as contratações autorizadas	0	-793	-1.146	-1.146				
Gastos com o Pessoal comparáveis	29.422	29.419	29.050	29.047	0,0%	-1,3%	0,0%	-0,4%
Fornec. serviços externos	44.963	45.195	44.952	44.085	0,5%	-0,5%	-1,9%	-0,7%
Fornec. serviços externos (corrigido do IHPC)	44.963	44.309	43.223	41.542	-1,5%	-2,4%	-3,9%	-2,6%
b) EBIT, líq. de provisões e imparidades	81.766	80.202	81.872	83.610	-1.564	1.670	1.738	615
(+) Impactos decorrentes de obrigações legais	0	1.326	2.749	4.237				
EBIT, líq. de provisões e imparidades ajustado	81.766	81.529	84.622	87.847	-237	3.093	3.225	2.027
(+) Impacto das depreciações	893	3.959	1.517	2.308				
EBIT, líq. de provisões e imparidades comparável	82.659	85.487	86.138	90.155	2.828	651	4.016	2.499
EBITDA	108.191	110.586	113.772	117.817	2.395	3.187	4.045	3.209
(+) Impactos decorrentes de obrigações legais	0	1.326	2.749	4.237				
EBITDA ajustado	108.191	111.912	116.522	122.055	3.721	4.610	5.533	4.621
c) Resultado líquido	59.042	57.616	57.750	57.870	-1.425	134	120	-391
(+) Impactos decorrentes de obrigações legais	0	1.326	2.749	4.237				
(+) Impacto das depreciações	893	3.959	1.517	2.308				
(-) Efeito de imposto	-258	-1.519	-1.223	-1.872				
Resultado líquido ajustado	59.677	61.382	60.793	62.542	1.706	-589	1.749	955
Resultado Operacional (EBIT)	80.646	79.082	80.752	82.490				
Ativo total (médio)	859.182	857.493	877.841	925.062				
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	9,4%	9,2%	9,2%	8,9%	-0,2 p.p.	0,0 p.p.	-0,3 p.p.	-0,2 p.p.
EBIT, líq. de provisões e imparidades comparável	82.659	85.487	86.138	90.155				
Ativo total (médio)	859.182	857.493	877.841	925.062				
Rentabilidade do Ativo ajustada	9,6%	10,0%	9,8%	9,7%	0,3 p.p.	-0,2 p.p.	-0,1 p.p.	0,0 p.p.
Resultado Operacional (EBIT)	80.646	79.082	80.752	82.490				
N.º de trabalhadores	718	720	720	720				
e) Rentabilidade dos RH	112.320x	109.837x	112.156x	114.569x	-2.484x	2.319x	2.413x	750x
EBIT, líq. de provisões e imparidades comparável	82.659	85.487	86.138	90.155				
N.º de trabalhadores	718	720	720	720				
Rentabilidade dos RH ajustada	115.124x	118.733x	119.637x	125.215x	3.608x	904x	5.578x	3.364x
c) Resultado líquido	59.042	57.616	57.750	57.870				
Capital próprio (médio)	702.473	713.569	724.491	736.106				
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	8,4%	8,1%	8,0%	7,9%	-0,3 p.p.	-0,1 p.p.	-0,1 p.p.	-0,2 p.p.
Resultado líquido ajustado	59.677	61.382	60.793	62.542				
Capital próprio (médio)	702.473	713.569	724.491	736.106				
Rentabilidade do Capital Próprio (ROE) ajustada	8,5%	8,6%	8,4%	8,5%	0,1 p.p.	-0,2 p.p.	0,1 p.p.	0,0 p.p.
g) Financiamento líquido de novos investimentos	186.921	176.191	212.031	257.771	-10.730	35.840	45.740	23.617
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0	0	0	0	0
i) Volume de negócios (real)	190.026	190.893	191.110	191.671	0,5%	0,1%	0,3%	0,3%
ii) Gastos operacionais	76.764	77.862	77.638	76.796	1,4%	-0,3%	-1,1%	0,0%
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS								
Gastos operacionais (corrigido do IHPC)	76.764	76.335	74.623	72.367	- 429	- 1.712	- 2.256	- 1.466
Eficiência Operacional (%)	40,4%	40,0%	39,0%	37,8%	-0,4 p.p.	-0,9 p.p.	-1,3 p.p.	-0,9 p.p.

5.1.6. Conformidade com o Orçamento do Estado para 2026

Não aplicável

5.2. Endividamento

A aferição da variação do endividamento é, nos termos das Instruções, efetuada com base na seguinte fórmula, que utiliza os valores do financiamento remunerado e do capital estatutário:

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - NovosInvestimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

O resultado obtido, para o período do PAO, é o seguinte:

Endividamento (fórmula)	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	0	0%
Financiamento remunerado	47.558.518	58.845.911	36.920.911	26.190.999	62.030.883	107.770.992	-10.729.912	-29%
(-) Novos investimentos com expressão material		0	0	0	0	0	0	0
Δ de endividamento (%)		5,7%	-5,4%	-5,7%	20,3%	21,6%	-0,4 p.p.	

Tal como referido no Capítulo 3.3.11 - Endividamento, encontrando-se a empresa em relação de Grupo a evolução do endividamento deve ser aferida de forma consolidada no Grupo AdP.

Em termos individuais, a empresa cumpre a evolução do endividamento limitado a um crescimento de 2%, conforme a orientação prevista na alínea k) do n.º 2 do apêndice às Instruções para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028, apenas em 2026.

6. CONTRATO PROGRAMA/ CONTRATO DE SERVIÇO PÚBLICO / CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

No que respeita a Contratos Programa ou Contratos de Prestação de Serviço Público, a Empresa não celebrou nem prevê celebrar qualquer contrato-programa com o Estado Português, bem como não tem contratualizado qualquer contrato de prestação de serviço público.

Desde 2010 e até 2025 (bem como para 2026 e 2028), a EPAL não recebeu nem prevê receber empréstimos do Estado, aumentos de capital ou indemnizações compensatórias, bem como subsídios e outras operações similares.

Apoios financeiros recebidos do Estado	2010 a 2024		2025	2025	2026	2027	2028
	Unidade: Euros	Real	PAO	Estimativa	Orçamento	Projeção	Projeção
Empréstimos		0	0	0	0	0	0
Aumentos de capital		0	0	0	0	0	0
Indemnizações compensatórias		0	0	0	0	0	0
Subsídios Governamentais		0	0	0	0	0	0
Outros - Fundo Ambiental		0	0	0	0	0	0
Total		0	0	0	0	0	0

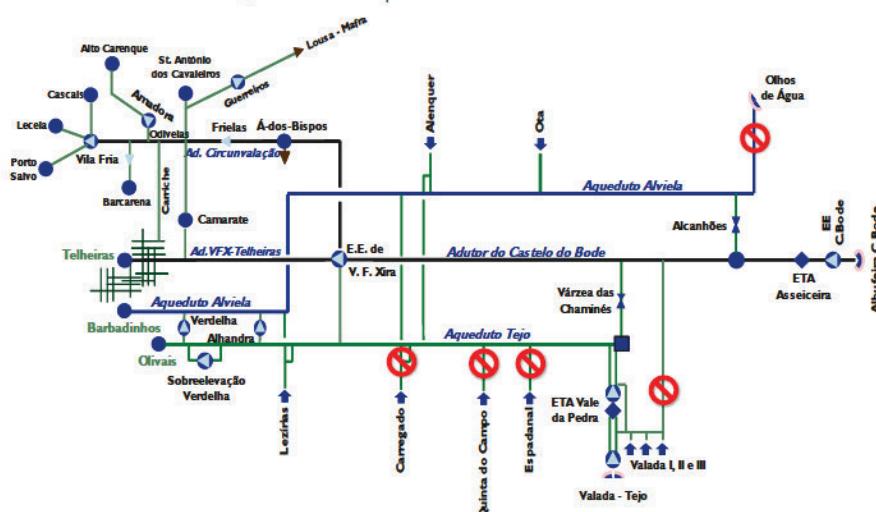
7. PLANO DE INVESTIMENTOS

7.1. Enquadramento

A EPAL tem cerca de 157 anos de existência, tendo o seu sistema de abastecimento de água sido construído e ampliado ao longo de décadas. Os últimos investimentos de expansão do sistema de abastecimento (investimentos que geram acréscimo do volume de negócios) ocorreram já num passado distante, com a construção do adutor de Circunvalação (concluída em 2001), a ampliação do subsistema de Castelo do Bode para fazer face ao alargamento do abastecimento aos municípios do Oeste (concluída em 2007), e o reforço do abastecimento ao município de Mafra (2007). A partir daí, o investimento da EPAL tem-se centrado na fiabilidade e segurança do sistema e na garantia da qualidade da água, apresentando o sistema de abastecimento um elevado grau de estabilidade.

O valor do ativo fixo tangível líquido tem diminuído, em parte fruto do esforço da Empresa em adaptar o seu sistema de abastecimento a um contexto de não crescimento da atividade e em que a capacidade instalada é suficiente, facto que recolocou o foco do investimento no aumento da eficiência operativa e na redução do risco de falha.

O sistema de abastecimento da EPAL é um sistema de grande dimensão, composto por 2 Estações de Tratamento de Água (ETA), 695 Km de Adutores, 1.453 Km de condutas de Rede de Distribuição, 42 Estações Elevatórias, 40 Reservatórios e 105 mil ramais de ligação. Na figura seguinte apresenta-se uma representação simplificada do sistema de Produção e Transporte da EPAL:



O sistema de abastecimento de água assenta em dois subsistemas principais, cada um deles associado a uma das duas grandes origens de água da EPAL:

- o subsistema de Castelo de Bode, com origem nas águas superficiais do rio Zêzere captadas na albufeira de Castelo de Bode e continuidade no Adutor de Castelo de Bode;

- o subsistema Tejo, com origem nas águas superficiais do Rio Tejo, captadas na secção de Valada e continuidade no Aqueduto Tejo.

O subsistema Alviela, historicamente um dos principais subsistemas da empresa, está neste momento em fase de remodelação.

Em Lisboa, a rede de distribuição é abastecida pelo Aqueduto Tejo, Adutor Vila Franca de Xira-Telheiras, Adutor da Circunvalação e Aqueduto Alviela. Através da rede de distribuição de água à cidade de Lisboa, procede-se também ao abastecimento aos concelhos limítrofes.

7.2. Metodologia

A EPAL elabora o Plano de Investimentos anualmente, tendo um horizonte temporal de 5 anos.

A elaboração do novo Plano de Investimentos tem como ponto de partida o plano em curso e correspondente execução, sendo constituídos grupos de trabalho transversais específicos dedicados por natureza de ativo, que analisam os investimentos em curso, as futuras necessidades de investimento e apresentam as propostas de atualização.

A seleção dos investimentos é suportada em análises multicritério e de risco, pelo que o Plano de investimento proposto no PAO 2026-2030 reflete o grau de prioridade dos investimentos de acordo com a metodologia que se explica de seguida, tendo como objetivo:

- a) Garantir a qualidade da água destinada ao consumo humano;
- b) Assegurar um nível de serviço e um grau de segurança estratégico do sistema, capaz de responder em quantidade e qualidade às solicitações dos Clientes;
- c) Correspondar aos desafios infraestruturais decorrentes da implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas;
- d) Garantir a infraestruturação necessária à transição energética;
- e) Ser sustentável em termos económico-financeiros.

A abordagem metodológica desenvolvida na EPAL para a priorização de investimentos, validada pelo Conselho de Administração na fase de arranque do processo, foca a atenção em cada uma das naturezas de ativos da empresa, facto que originou a constituição de uma equipa designada de “Painel de Peritos” (um grupo por cada natureza de ativo). Este painel é essencialmente composto por especialistas das Direções de Gestão de Ativos, Engenharia, Manutenção, Operação, Clientes, Sustentabilidade e Controlo de Qualidade da Água.

Cada grupo do “Painel de Peritos” segue a metodologia apresentada no quadro seguinte:

Complexidade	Categoria	Metodologia
Básica	Investimentos correntes	Propostas diretamente pelas áreas
Média	Novos ativos	Análise por parte do Painel de Peritos (Justificação custo – benefício)
Elevada	Reabilitação/ Renovação	Análise por parte do Painel de Peritos (Análise de Risco ou Multicritério)
Estratégica	Investimentos Estratégicos	Baseado em estudos específicos ou em recomendações Corporativas, do Plano Diretor e Plano Geral da Rede, cujos resultados devem ser integrados na análise efetuada pelo Painel de Peritos

As propostas para os **Investimentos Correntes** respeitam a investimentos associados a intervenções normalmente simples (ex.: substituição de instrumentação), mas que importa concretizar para assegurar o normal funcionamento das infraestruturas essenciais à exploração do Sistema da EPAL.

Os grupos analisam ainda as propostas de Investimentos em **Novos Ativos**, as quais são acompanhadas de justificação dos investimentos a realizar.

Para a análise dos **Investimentos em Reabilitação/Renovação** de grandes naturezas de ativos (correspondentes a cada grupo do Painel), utilizam-se metodologias de análise de risco para a Rede de Distribuição, Rede de Adução, Reservatórios, Captações, Estações Elevatórias e Postos de Transformação.

No que concerne às duas principais Estações de Tratamento de Água (ETA), a ETA da Asseiceira e a ETA de Vale da Pedra, face à sua singularidade e importância estratégica, têm sido objeto de análise específica, tendo inclusive sido criadas duas Comissões Técnicas de Acompanhamento (CTA), uma para a ETA da Asseiceira e outra para a ETA de Vale da Pedra, com o objetivo de articular e gerir os diferentes investimentos, necessidades e prioridades de intervenção nestas importantes infraestruturas do sistema de abastecimento da EPAL.

Por outro lado, os grupos referidos incorporam na sua análise as conclusões dos estudos referentes a **Investimentos no Desenvolvimento Estratégico do Sistema**. Os investimentos que recaem nesta categoria resultam das recomendações do Plano Diretor/Plano Geral da Rede, o qual se encontra

atualmente em revisão, bem como da elaboração de estudos específicos face a necessidades prementes da empresa ou a oportunidades de mercado para expandir ou diversificar o negócio da EPAL (ex.: Aqueduto do Alviela, Estratégia para a Neutralidade Energética (EPAL 0% de Energia), Duplicação dos troços não duplicados do Adutor de Castelo do Bode e Reabilitação das Condutas de Valadas). A sua justificação está, pois, suportada nos referidos estudos. Os investimentos que têm como missão a adaptação às alterações climáticas são igualmente reconhecidos nesta categoria.

Rede de distribuição de Lisboa

A proposta de investimentos para a rede de distribuição de Lisboa tem em consideração os seguintes fatores:

- A análise das áreas prioritárias para reabilitação da rede de distribuição, resultante da aplicação de uma matriz multicritério, conjugando a aplicação de uma análise de risco (80%) com fatores económicos (20%) às diferentes áreas de suspensão da rede. A matriz multicritério resulta assim, da conjugação da (i) análise de risco que se baseia em critérios relacionados com o desempenho esperado (idade/material) e o desempenho real (nº avarias /ano /100 km), com a criticidade da área de suspensão em termos do nº clientes equivalentes afetados, (ii) com a análise de custos de manutenção vs. de reabilitação dessas áreas. Atendendo às características deste ativo (1.400 km de rede malhada em Lisboa), esta análise é efetuada diretamente no Sistema de Informação Geográfica (SIG), através da sua aplicação aos cerca de 35 mil troços;
- Ampliação da rede, de modo a dar resposta a novos abastecimentos (extensão de rede e novos ramais em rede existente).

Na imagem seguinte apresenta-se um exemplo do resultado da aplicação da matriz de risco, com a identificação dos troços prioritários para as condutas em Lisboa de DN <=400 mm, em termos de reabilitação assinalados a vermelho e laranja.



A reabilitação de condutas na rede de Lisboa tem por objetivo assegurar uma idade média compatível com a eficiência operacional desejável para o Sistema de Distribuição, nomeadamente ao nível da fiabilidade, consistência e qualidade de serviço prestado ao cliente, tendo como uma das naturais consequências a redução das avarias na Rede de Distribuição.

Rede de adução de Lisboa

No caso dos adutores em Lisboa, a análise de risco é efetuada através da aplicação da matriz de risco à rede de adução na cidade de Lisboa, que se baseia em critérios relacionados com o desempenho esperado (idade/material) e o desempenho real (nº avarias /ano /100 km), com a consequência da falha desses troços em termos de redundância, danos a terceiros (arrebentamento) e imagem (vias principais, zona histórica, ou restantes ruas). São também tidas em consideração as recomendações do Plano Geral da Rede (Plano Estratégico).

A análise é efetuada no Sistema de Informação Geográfica, permitindo desta forma localizar as áreas com prioridade de reabilitação mais elevada, tendo-se adotado a definição generalizada de risco, como sendo $R = P \times C$, em que “P” é a probabilidade de falha dos diferentes troços (idade/material, n.º avarias na suspensão /ano /100 km) e “C” a consequência da falha desses troços (Arrebentamento, redundância, imagem).

No plano de investimentos foram consideradas as reabilitações nos seguintes adutores de Lisboa:

- Conduta adutora Zona Média Olivais / Campo de Ourique;
- Conduta adutora Telheiras / Alfragide;
- Conduta adutora Barbadinhos / Vale Escuro;
- Conduta Praça Afonso Albuquerque – Algés.

Está igualmente prevista a realização de campanhas de avaliação da condição funcional e da integridade estrutural a diversos troços de adutores recorrendo a novas tecnologias, no âmbito de um conjunto de medidas para a redução de perdas.

Na imagem seguinte apresenta-se um exemplo da aplicação da matriz de risco às grandes condutas adutoras em Lisboa:



Rede de adução Fora de Lisboa

A identificação dos investimentos efetuada para a rede de adução resultou:

- das recomendações estratégicas do Plano Diretor de Desenvolvimento do Sistema de Abastecimento da EPAL;
- dos estudos estratégicos específicos, como é o caso dos investimentos resultantes das soluções preconizadas no estudo do Aqueduto do Alviela e no estudo de duplicação dos troços não duplicados (19 km) do Adutor de Castelo do Bode (adutor crítico para o sistema de abastecimento da EPAL, transportando cerca de 80% da água fornecida pela EPAL), e estudo Condutas de Valadas/Vale da Pedra (reabilitações das Condutas de Água Bruta e Água Tratada);
- da aplicação de uma análise de risco, tendo-se adotado a definição generalizada de risco, como sendo $R = P \times C$, em que “P” é a probabilidade de falha dos diferentes troços (idade, material, tipo de escoamento, número de avarias /ano /100 km, resultado de inspeções) e “C” a consequência da falha desses troços (redundância, relevância). Das prioridades de investimento resultantes da aplicação desta matriz, destacam-se as seguintes reabilitações:
 - Adutor Vila Franca de Xira-Ralis, solução de reabilitação para os troços não reabilitados em análise por Grupo de Trabalho constituído para o efeito, estando já definido o troço A como primeira prioridade, e F como prioridade imediatamente seguinte;
 - Conduta elevatória da Ravina e Obra Especial do Zairinho no Adutor Castelo de Bode;
 - Adutor Camarate/Sacavém – Várzea de Loures;
 - Adutor da Costa do Sol.

Vão ainda ser realizadas campanhas de inspeção e de avaliação da condição funcional e da integridade estrutural a diversos troços de adutores, recorrendo a tecnologia com base na análise da continuidade eletromagnética.

Contadores e Medição

O investimento a realizar na aquisição de contadores de água e medidores de caudal visa satisfazer a necessidade contínua de renovação do parque instalado de modo a:

- Dar cumprimento aos requisitos legais do Controlo Metrológico, aplicáveis a instrumentos utilizados na medição de consumos objeto de faturação;
- Melhorar o rendimento da medição, por antecipação da substituição de contadores decorrente de análise custo-benefício (*Billmeter*);
- Dar continuidade à progressiva requalificação tecnológica dos instrumentos de medição de consumos e monitorização de caudais em Grandes Clientes e em Zonas de Monitorização e Controlo (ZMC);
- Prosseguir com a renovação dos medidores de caudal não autónomos, nomeadamente os aplicados na medição de grandes caudais, em faturação e controlo;
- Prosseguir com a implementação de Telemetria nos Clientes da EPAL, decorrente do planeamento estratégico para expansão da Telemetria - projeto Medição Interativa.

Complementarmente, prevê-se a reconversão dos locais de abastecimento a Clientes Diretos que forem objeto desta intervenção, criando condições técnicas adequadas à instalação do novo contador, no sentido de ir ao encontro do disposto no Plano de Segurança da Água (PSA) e respetivo Plano de Ações para Gestão de Risco (PAGR) da EPAL. Estes documentos objetivam o cumprimento dos requisitos constantes do aditamento ao Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, previstos no Artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro. Assim, foi identificada esta nova necessidade de investimento de “Otimização dos locais de medição de consumos de água”, que prevê a instalação de válvulas antirretorno para mitigação dos riscos de contaminação pela água proveniente da rede predial nos locais abrangidos pelo programa de renovação do parque de contadores em pontos de faturação em “baixa” .

Equipamentos - Captações, Estações Elevatórias e Postos de Transformação

A decisão de se intervir, em termos de substituição dos equipamentos, em Captações, Estações Elevatórias ou nos Postos de Transformação, baseou-se numa análise de risco.

Assim, numa primeira fase, o trabalho consistiu na análise da criticidade de cada um dos ativos para a exploração do sistema de abastecimento da EPAL. Numa segunda fase, procedeu-se à análise da probabilidade de falha do desempenho dos mesmos ativos, através de um método semiquantitativo.

Tendo sido seguida uma abordagem semelhante para estes três tipos de ativos, descreve-se seguidamente, a título de exemplo, os critérios utilizados na análise de Risco: Desempenho (Grau de obsolescência dos equipamentos, anomalias, inadequação à exploração) x Criticidade (relevância e redundância).

Neste contexto, destacam-se as necessidades de intervenção nas seguintes instalações:

- Estações Elevatórias (EE) - EE Castelo Bode I, II e Poço, EE Olivais I, EE Vila Franca de Xira I e EE Amadora;
- Postos de Transformação (PT) –PT Guerreiros e PT Restelo.

Construção Civil - Reservatórios, Captações, Estações Elevatórias, Postos de Transformação e Estações de Tratamento de Água (ETA)

As propostas de intervenção em Reservatórios e edifícios de Captações, Estações Elevatórias e Postos de Transformação e Estações de Tratamento, resultam igualmente de uma análise de risco.

Estas análises resultam das inspeções e do impacto na operação em termos de probabilidade; e de relevância (caudal) e redundância em termos de consequência.

No caso dos reservatórios, esta análise está fortemente apoiada nos resultados das inspeções, ensaios de estanqueidade (% perdas) em termos de probabilidade; e de relevância (importância estratégica/redundância) e autonomia (capacidade de armazenamento) em termos de consequência. No caso dos edifícios de Captações, Estações Elevatórias e Postos de Transformação, as análises resultam das inspeções e do impacto na operação em termos de probabilidade; e de relevância (caudal) e redundância em termos de consequência.

Neste contexto, destacam-se as necessidades de intervenção nos seguintes ativos:

- Reservatórios - Reservatório Alto de Carenque, Reservatório R3 de Vila Franca de Xira, Reservatório de Alfragide e Célula 2 do Reservatório de Telheiras;
- Captações – Torre de Captação de Castelo do Bode;

- Estações Elevatórias - EE Vila Franca Xira e EE Olivais I;
- Estações de Tratamento de Água – Reabilitação da bateria de filtração e Reservatório Elevado da Lavagem dos filtros da linha 1 ETA da Asseiceira.

Postos de Cloragem

No caso dos Postos de Cloragem foram consideradas as soluções técnicas definidas no âmbito do Grupo de Trabalho – Análise e Definição da Estratégia a Adotar ao Nível da Cloragem na Rede da EPAL, salvaguardando os seguintes objetivos:

- Aumento significativo da segurança das pessoas, dos colaboradores e do meio envolvente;
- Aumento da fiabilidade da instalação devido à obsolescência dos equipamentos;
- Redução dos custos de exploração e manutenção;
- Adequação a regimes de exploração atuais, aumentando a eficácia da exploração do posto de cloragem, e consequente melhoria na gestão da qualidade da água.

Neste contexto, destacam-se as necessidades de intervenção nos postos de cloragem de Alenquer, Vila Franca de Xira e Vila Fria.

Plano de Segurança da Água (PSA)

Adicionalmente, o processo de elaboração do PAI foi ainda articulado com a Direção de Laboratório, no sentido contemplar as medidas de natureza de investimento identificadas no Plano de Segurança da Água.

Vetores estratégicos do Grupo AdP

O Grupo Águas de Portugal desenvolveu um quadro estratégico de Compromisso, assente na excelência do serviço ao cliente, na inovação, na resiliência, na neutralidade energética e carbónica e na economia circular.

A sua concretização passa por investimentos que visam: a) digitalização; b) economia circular; c) neutralidade energética. Estas linhas promovem a resiliência e eficiência dos sistemas de abastecimento, assim como a redução do seu impacto em termos ambientais.

A transposição destas linhas para a esfera da EPAL traduz-se na implementação e remodelação dos sistemas de *Sensorização IoT* da rede de abastecimento, renovação tecnológica de válvulas, plataforma IT, instalação de rede de comunicações proprietária na Cidade de Lisboa, Sistemas de vigilância

eletrónica com imagem de infraestruturas, Sistemas automáticos de abastecimento de reagentes e **dos investimentos constantes do projeto EPAL 0% Energia**.

Os Investimentos do projeto **EPAL 0% Energia** visam atingir a neutralidade energética da EPAL, em alinhamento com o Roteiro Nacional de Baixo Carbono 2050 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Estes investimentos foram analisados do ponto de vista do **custo ao longo do seu ciclo de vida** e priorizados em função dessa mesma análise.

A EPAL pretende assim reforçar o seu desempenho energético, criando condições a que possa assegurar a neutralidade energética, ou seja, o consumo de energia elétrica igualar a produção de energia elétrica na mesma. Os projetos previstos assentam nos seguintes eixos de atuação:

- Reduzir os consumos de energia;
- Minimizar as flutuações de consumo de energia;
- Produção de energia elétrica;
- Gestão de cargas e da reserva de água em ordem à maximização do autoconsumo.

Por fim, o resultado de todo este processo foi apresentado ao Conselho de Administração, que aprovou o novo Plano de Investimentos.

Para além da Análise de Risco ou Multicritério que justificam e priorizam todos os investimentos de reabilitação, os novos ativos em investimentos estratégicos são sujeitos a estudos que comprovem a sua necessidade económica/social/ambiental.

As análises realizadas pela EPAL contêm a memória descritiva do Investimento, o seu objetivo, a sua programação plurianual, bem como os indicadores económico-financeiros que avaliam o projeto.

Reforça-se ainda que, decorrente dos requisitos do Código dos Contratos Públicos, a EPAL se encontra obrigada a realizar, aquando da decisão de contratar, uma Análise Custo-Benefício (ACB) para Investimentos superiores a 5 milhões de euros (excetuando-se os Investimentos de Reabilitação).

7.3. Plano de Investimentos 2026-2030

Com base na metodologia enunciada no ponto anterior, o Conselho de Administração da EPAL aprovou, na sua reunião n.º 28, de 16 de julho de 2025, o Plano de Investimentos 2026/2030 que se sintetiza, para o período do PAO, no quadro seguinte:

Investimento					TOTAL 2026-2028
	E 2025	2026	2027	2028	
A - Transitam de anos anteriores	48.186	42.838	34.325	25.684	102.846
B - Iniciados no período 2026-2028	2.064	38.763	74.125	54.066	166.954
TOTAL	50.250	81.600	108.450	79.750	269.800

O investimento previsto visa criar condições para a sustentabilidade dos ativos, dando cumprimento aos objetivos para a qualidade da água destinada ao consumo humano e assegurar um nível de serviço e um grau de segurança estratégico do sistema, capaz de responder em quantidade e qualidade às solicitações dos Clientes, procurando ao mesmo tempo ser sustentável em termos económico-financeiros.

O **Plano de Investimentos para o triénio 2026-2028**, ascende a **269,8 milhões de euros**, dos quais 102,8 milhões de euros transitam de anos anteriores.

Os **investimentos que transitam de anos anteriores**, incluem, para além dos investimentos já em execução:

- **Os investimentos recorrentes**, que correspondem aos investimentos associados a intervenções rotineiras na rede designadamente a ampliação, ligação de novos clientes e a substituição da rede de Lisboa.
- **A aquisições de bens**, que corresponde às compras diretas de material feitas pelas direções para o desenvolvimento normal da sua atividade.

O **investimento iniciado no período 2026-2028 (B)**, compreende investimentos já aprovados em sede de PAO anteriores e os novos investimentos do PAO 2026:

B - Investimento iniciado no período 2026-2028					TOTAL 2026-2028
	E 2025	2026	2027	2028	
Investimentos aprovados nos PAO anteriores	2.064	38.763	73.325	53.256	165.344
<i>Investimentos de substituição</i>	1.605	15.023	33.345	22.118	70.486
<i>Outros investimentos</i>	459	23.740	39.980	31.138	94.858
Novos Investimento do PAO 2026	0	0	800	810	1.610
<i>Investimentos de substituição</i>	0	0	800	810	1.610
<i>Outros investimentos</i>	0	0	0	0	0
TOTAL	2.064	38.763	74.125	54.066	166.954

Os novos investimentos iniciados no período (B) que se encontram detalhados no Anexo VI - Quadro 4 não geram acréscimo do volume de negócios, sendo de destacar os investimentos de garantia de segurança do sistema de abastecimento relativos à duplicação do adutor Castelo do Bode, e os investimentos de substituição/reabilitação.

Do Anexo VI – Plano de Investimentos ao presente documento constam os seguintes quadros com o detalhe do Plano:

- Quadro 1- Quadro do Investimento no layout previsto nas Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028;
- Quadro 2- Evolução do Investimento por objetivo (2021-2027);
- Quadro 3- A - Detalhe dos investimentos que transitam de anos anteriores;
- Quadro 4- B - Detalhe dos novos investimentos iniciados no período;
- Quadro 5- Justificação do desvio no ano 2025 entre PAO 2025 e estimativa 2025 constante do PAO 2026;
- Quadro 6- Sistema de Controlo de Investimentos e respetivas fichas.

O quadro seguinte apresenta a descrição dos principais investimentos para o triénio 2026-2028:

INVESTIMENTO	DESCRÍÇÃO	E 2025	Projeção			Total
			2026	2027	2028	
			2026 - 2028			
Garantia da Capacidade		950	1.250	960	1.060	3.270
Ampliação - Cidade	Destaca-se o projeto de “Monsanto”	250	700	400	500	1.600
Ampliação da Rede de Distribuição	A ampliação destina-se a dar resposta a novos abastecimentos (extensão de rede e novos ramais em rede existente)	700	550	550	550	1.650
Outros	Outros	0	0	10	10	20
Garantia da Fiabilidade e Segurança		26.231	46.613	74.831	58.969	180.412
Castelo de Bode - Duplicação	Duplicação dos troços do Adutor de Castelo do Bode atualmente não duplicados, conferindo uma maior robustez ao sistema de abastecimento em termos de fiabilidade e redundância; Inclui: Fase 1 - Troço Brogueira/Sobral, Fase 2 - Troço Torre do Bispo/Alcanhões, Fase 3 - Troço Asseca/Chavões, Fase 4 - Troço Aveiras/Azambuja, Fase 5 - Azambuja/Várzea Chaminés e Túneis	9.411	18.258	26.020	21.361	65.639

milhares de Euros

INVESTIMENTO	DESCRÍÇÃO	E 2025	Projeção			Total 2026 - 2028
			2026	2027	2028	
Rede de Adução	Rede de Adução Reabilitação de Condutas Adutoras do Sistema de Produção e Transporte, destacando-se: • Adutor Vila Franca Xira - reabilitação de parte da sua extensão de acordo com o preconizado pelo GT Vila Franca de Xira; • Adutor Castelo do Bode - Obra Especial de Vala Real, Obra Especial do Zairinho e conduta elevatórias da Ravina, interligações do Troço Inicial e Chamimé de Equilíbrio; • Condutas de Água Bruta e Água Tratada de Vale da Pedra; • Aqueduto Alviela - Investimentos associados à implementação do preconizado na análise estratégica; • Adutora Camarate/Sacavém - Várzea de Loures; • Adutora da Costa do Sol; • Reabilitação de Condutas Adutoras do Sistema de Distribuição, destacando-se: - Adutora Telheiras/Alfragide (Adução Lisboa); - Adutora entre a Zona Média Olivais/Campo de Ourique (Adução Lisboa).	5.432	11.823	19.302	15.238	46.362
Renovação da Rede de Distribuição	Reabilitação de condutas na rede de Lisboa, tendo por objetivo assegurar uma idade média compatível com a eficiência operacional desejável para o Sistema de Distribuição, nomeadamente ao nível da fiabilidade, consistência e qualidade de serviço prestado ao cliente, tendo como uma das naturais consequências a redução das avarias na Rede de Distribuição.	5.665	7.075	7.630	7.700	22.405
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	Estações Elevatórias - intervenções nas EE Castelo de Bode, Vila Franca Xira, Guerreiros, Telheiras e Olivais I, visando a melhoria de segurança e fiabilidade do seu funcionamento; Reservatórios - reabilitação dos Reservatório de Vila Franca de Xira, Alfragide, Alto de Carenque, Alfragide e Restelo, visando a garantia da qualidade da água armazenada e o prolongamento por um prazo bastante alargado da vida útil da estrutura.	985	5.235	15.597	9.576	30.409
Contadores	Aquisição de novos contadores necessários não só no âmbito da atividade de manutenção preventiva (substituição dos contadores que atingem o prazo legal de verificação ou o período ótimo de renovação, refletindo-se positivamente na diminuição das perdas aparentes através da redução do tempo médio de serviço destes contadores), como também para a constituição de reserva que permita a substituição curativa de medidores que se encontrem inoperacionais devido a avaria.	380	1.050	980	980	3.010
Obras/ Equipamentos de Segurança	Obras estruturantes com o Projeto de Segurança (Medidas de Proteção Física e segurança eletrónica); Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio - reformulação tecnológica e implementação em Infraestruturas críticas (ampliação de Sistemas Automáticos de Detecção e Extinção de Incêndios em Recintos da EPAL (SAIDI e SAEI)); Segurança no Trabalho - Equipamento de segurança; Sistemas de vigilância eletrónica com imagem de infraestruturas.	223	295	494	325	1.113
Monitorização e controlo	Sensorização da rede de abastecimento, renovação tecnológica de válvulas, plataforma IT, instalação de rede de comunicações proprietária na Cidade de Lisboa; Comando e controlo, redes de comunicações industriais, sensorização e infraestruturas de potência na ETA da Asseiceira;	100	150	145	30	325
ETAs	Sistema de Cloragem da ETA Asseiceira - desenvolvimento de um projeto para produção de <i>cloro on site</i> através da eletrólise salina. Deste modo, ao invés de armazenar cloro gás, a EPAL passará a produzir o cloro a partir de sal, água e energia renovável; Intervenções de reabilitação e melhoria nas ETA da Asseiceira e Vale da Pedra.	3.084	2.125	4.070	3.150	9.345
Outros	Outros	950	603	593	608	1.804
Garantia da Qualidade		887	905	755	660	2.320
Laboratórios	Renovação de equipamentos laboratoriais e beneficiação de equipamento fixo de laboratório.	800	835	700	600	2.135
Outros	Outros	87	70	55	60	185
Sustentabilidade e Inovação		10.548	19.392	23.496	13.357	56.245

milhares de Euros

INVESTIMENTO	DESCRÍÇÃO	E 2025	Projeção			Total
			2026	2027	2028	
Eficiência energética	Investimentos estratégicos ao nível da Produção e Redução de Energia, dos quais se destacam: - Substituição de grupos elevatórios em Vila Franca de Xira, Telheiras e Amadora; - Parques eólicos, centrais fotovoltaicas e mini-hídricas; - Centro de Controlo de Energia e Emissões.	9.113	16.616	21.071	11.092	48.780
Monitorização e controlo	Implementação de "Medição Interativa" nos Clientes da EPAL; Otimização dos locais de medição de consumo de água (Clientes/rede de Lisboa).	1.267	2.396	2.190	2.190	6.775
Outros	Outros	168	380	235	75	690
Tecnologias de Informação e Comunicação		3.490	2.702	1.600	1.251	5.553
Hardware e Software	Hardware e Software	464	370	270	201	842
Infraestruturas e Telegestão	Manutenção do Sistema de Telegestão e Desenvolvimento de infraestruturas e sistemas de telecomunicações.	1.235	1.118	450	360	1.928
AQUAmatrix	Gestão do Sistema AQUAmatrix	813	710	450	230	1.390
Sistemas de Gestão	Novos desenvolvimentos no sistema de manutenção e engenharia, implementação de soluções e softwares específicos de apoio às atividades obras.	978	504	430	460	1.394
Outros Investimentos		8.144	10.738	6.808	4.454	22.000
Adaptação de Instalações	De entre os investimentos de adaptação de instalações, destacam-se as Intervenções em Recintos operacionais (e acessos) e não operacionais, o Campus da Água, o novo Edifício na Rua Gomes Ferreira/Amoreiras, a reabilitação do Edifício Sede.	4.420	4.335	2.950	1.699	8.984
Capitalização de Encargos	Capitalização de Encargos	2.300	2.400	2.400	2.400	7.200
Outros	Outros	1.424	4.003	1.458	355	5.816
TOTAL		50.250	81.600	108.450	79.750	269.800

7.4. Investimento previsto no PAO 2026 para o ano 2025

O PAO 2025, aprovado, previa um Investimento de **75,4 milhões de euros** para o ano 2025.

A Empresa reduziu, na presente proposta de PAO, essa previsão de Investimento para o corrente ano de 2025, para **50,3 milhões de euros**.

Investimento	PAO 2025 Inicial	PAO 2026 Est 2025	milhares de euros	
			Variação Valor	Variação %
	75.367	50.250	-25.117	-33%

Esta redução deve-se essencialmente a atrasos na definição de especificações técnicas e no desenvolvimento dos procedimentos de contratação, apresentando-se no Quadro 5 do Anexo VI a justificação do desvio.

7.5. Sistema de acompanhamento de investimentos

No que concerne ao Investimento programado para 2026, prevê-se um valor de **81,6 milhões de euros**.

Investimento	PAO 2025 Inicial	PAO 2026 Est 2025	PAO 2026 Orçamento 2026	milhares de euros	
				Variação	O-2026/E2025
				O-2026/E2025	
	75.367	50.250	81.600		62%

Tendo como objetivo um acompanhamento mais específico dos investimentos, foi desenvolvido ao nível do Grupo Águas de Portugal (AdP) um sistema de controlo de investimentos, que permitirá monitorizar globalmente a execução mensal do Plano de Investimentos e, individualmente, os principais investimentos de cada Empresa.

Este sistema é composto pelo seguinte conjunto de ficheiros, que constam do ponto 5 do **Anexo VI** deste documento:

- Plano (data 30/06/2025): ficheiro com os valores globais mensais do Plano de Investimentos da EPAL para 2026;
- Seleção investimentos (data 30/06/2025): identifica as **10 empreitadas** com maior valor plurianual com execução prevista em 2026, as **10 empreitadas** com maior valor em 2026 e as **5 empreitadas** propostas para monitorização (o critério de seleção das 5 empreitadas a reportar foi o maior valor de execução previsto para 2026);
- Fichas (data 30/06/2025): de cada uma das **5 empreitadas** a monitorizar individual e periodicamente. Estas fichas apresentam, para além dos valores e datas planeadas, a descrição do investimento e a justificação da sua necessidade.

Este modelo de acompanhamento permite o controlo periódico, quer em termos financeiros quer do desvio temporal.

Seguidamente apresentam-se a caracterização mais detalhada das empreitadas que irão ser monitorizadas:

Empreitada para efeitos do acompanhamento:	Descrição:
Ficha 1 Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 3 - Troço Asseca/Chavões + Túneis	<p>Justificação da necessidade do investimento</p> <p>A única linha do adutor de Castelo do Bode, no troço Asseca / Chavões, tem atualmente 30 anos em exploração, sendo uma infraestrutura de elevada criticidade e importância estratégica para o sistema de abastecimento da EPAL, em particular no que respeita à Área Metropolitana de Lisboa. Esta obra pretende aumentar a extensão de troços com redundância, duplicando um troço com cerca de 6.500 metros, contribuindo assim para um incremento de fiabilidade e redundância do sistema de abastecimento. A empreitada inclui a duplicação dos Túneis existentes, designadamente, Túnel da Zootécnica, Túneis de Malpique I e II, e Túnel da Azambuja.</p> <p>Importa destacar que a duplicação das zonas em Túnel permitirá estabelecer a referida redundância do sistema em troços de elevada criticidade face às limitações de intervenção existentes em caso de colapso dos Túneis existentes da 1ª Linha.</p> <p>Breve descrição da obra a realizar</p> <p>A empreitada prevê trabalhos de escavação e movimentação de terras necessários ao assentamento de tubagem DN 1800mm numa extensão de cerca de 5.100 metros, em faixa expropriada de propriedade da EPAL, dotada dos devidos ramais de descarga e dos necessários órgãos de manobra e segurança tais como válvulas de seccionamento, válvulas reguladoras, ventosas, descargas de fundo, bocas de visita e juntas de desmontagem.</p> <p>A empreitada inclui a duplicação dos túneis existentes, numa extensão total de, aproximadamente 1.400 metros, mediante a implementação de metodologia de execução do tipo tradicional considerando uma secção de escavação simétrica, tipo ferradura, caracterizada por i) abóboda circular com raio de 1,75 m, que se estende aproximadamente 10º abaixo do nível do centro, ii) hastais inclinados de 80º e iii) soleira com 2,80 m de largura. A altura máxima da secção de escavação, ao centro, é de 3,70 m.</p>
Ficha 2 Adutor Castelo do Bode - Duplicação - Fase 5 - Troço Azambuja / Várzea das Chaminés	<p>Justificação da necessidade do investimento</p> <p>A única linha do adutor de Castelo do Bode, no troço Azambuja Várzea das Chaminés, tem atualmente 30 anos em exploração, sendo uma infraestrutura de elevada criticidade e importância estratégica para o sistema de abastecimento da EPAL, em particular no que respeita à Área Metropolitana de Lisboa. Esta obra pretende aumentar a extensão de troços com redundância, duplicando um troço com cerca de 2.300 metros, contribuindo assim para um incremento de fiabilidade e redundância do sistema de abastecimento. A empreitada inclui a reformulação dos circuitos hidráulicos de saída do recinto de Alcanhões, e de chegada à Várzea das Chaminés. Contempla ainda a execução das interligações do Adutor à Turbina da Azambuja.</p> <p>Breve descrição da obra a realizar</p> <p>A empreitada prevê trabalhos de escavação e movimentação de terras necessários ao assentamento de tubagem DN 1800mm numa extensão de cerca de 2.300 metros, em faixa expropriada de propriedade da EPAL, dotada dos devidos ramais de descarga e dos necessários órgãos de manobra e segurança tais como válvulas de seccionamento, válvulas reguladoras, ventosas, descargas de fundo, bocas de visita e juntas de desmontagem.</p> <p>A empreitada inclui a reformulação dos circuitos hidráulicos de saída do recinto de Alcanhões, e de chegada à Várzea das Chaminés, ambos a executar em chapa de aço DN1800mm a DN2500mm. Contempla ainda a execução das interligações do Adutor à Turbina da Azambuja para produção de energia de origem Hídrica (Potência de 1600 kW).</p>

Ficha 3 Empreitada Subestação, Transformadores, Linha Subterrânea e Sistemas de Monitorização, Controlo, Gestão e Proteção UPAC VFX	Justificação da necessidade do investimento Esta empreitada é uma parte fundamental da microrrede de Vila Franca de Xira, sendo o ponto de fronteira entre a linha em média tensão que irá permitir a ligação entre as unidades de produção de energia para autoconsumo (UPAC) de fonte renovável (eólica, fotovoltaica e hídrica) e as instalações de consumo (estações elevatórias/recintos de Vila Franca de Xira, Castanheira e Pimenta). A substituição da subestação existente representa uma atualização tecnológica significativa e inclui o sistema de proteções associado, a substituição de um transformador de potência em fim de vida, já com problemas identificados, bem como a plataforma de monitorização e controlo da microrrede associada à UPAC de Vila Franca de Xira. Breve descrição da obra a realizar A empreitada prevê a construção de uma nova subestação de tecnologia GIS (<i>Gas Insulated Substation</i>) e o desmantelamento da subestação existente, incluindo um transformador de elevação de tensão e um transformador de potência, o sistema de proteção, comando e controlo, o posto de seccionamento de interligação com a linha dupla em média tensão para ligação das UPAC e a implementação de uma Plataforma de Gestão e Controlo, destinada a gerir a microrrede, otimizando a utilização da energia renovável disponível face aos consumos previstos.
Ficha 4 Adutor Vila Franca de Xira / Telheiras - Grandes Obras de Reabilitação - Troço A - EE VFX / Bairro da Mata	Justificação da necessidade do investimento O Subsistema Vila Franca de Xira – Telheiras, construído em meados da década de 70, permite aduzir cerca de 240 mil m3/dia de água ao reservatório de Telheiras, através do Adutor Vila Franca de Xira – Telheiras. Este caudal é transportado entre a Estação Elevatória de Vila Franca de Xira I e o Reservatório de Telheiras, através de uma conduta adutora DN1500mm com uma extensão aproximada de 34 km, representando um papel determinante na gestão do abastecimento à cidade de Lisboa, existindo ao longo do seu traçado interligações com o Adutor de Circunvalação e como com a própria Rede de Lisboa. Assim, e tendo em consideração a importância do Adutor de Vila Franca de Xira- Telheiras na gestão do abastecimento à cidade de Lisboa, o ciclo de vida da infraestrutura e as anomalias existentes considera-se de elevada importância o desenvolvimento da reabilitação desta infraestrutura. Breve descrição da obra a realizar A intervenção prevista tem como objeto a substituição do troço, DN1500 em betão armado, com cerca de 4.8km por tubagem em aço, bem como a reabilitação dos órgãos hidráulicos existentes, incluindo a substituição de todos os equipamentos.
Ficha 5 Reabilitação e Ampliação do Sistema da Pimenta	Justificação da necessidade do investimento O Aqueduto Alviela é a infraestrutura mais antiga em exploração na EPAL, apresentando problemas inerentes à respetiva idade (superior a cem anos) em matérias de estabilidade estrutural, de consequentemente fiabilidade no abastecimento e de garantia da segurança. Este Investimento tem como objetivo implementar as soluções alternativas de abastecimento às atuais tomas do Aqueduto Alviela, entre o Sifão 29 e a Castanheira, para que desta forma seja possível proceder à sua reformulação. Breve descrição da obra a realizar As intervenções previstas têm como objetivo permitir a reformulação do troço 3 do Aqueduto do Alviela, entre a casa de água a jusante do sifão 29 e a Castanheira, assegurando-se que as necessidades do sistema de abastecimento ficam garantidas, quer no que respeita à qualidade, quer no que respeita à quantidade, nos pontos de entrega dependentes deste percurso. As intervenções mais significativas são a reabilitação da estação elevatória

da Pimenta, a construção do reservatório da Pimenta e a execução das condutas C1, C2, C3 e C4B, bem como a câmara de interligação da Pimenta.

7.6. Investimentos materialmente relevantes

Relativamente aos **novos investimentos com expressão material**, definidos como “investimentos que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer ano seja igual ou superior a 12 milhões de euros ou a 10% do orçamento anual da Empresa”, não existem investimentos nessas condições.

8. QUADRO SÍNTESE DE AUTORIZAÇÕES REQUERIDAS

Apresenta-se no quadro seguinte os atos que, nos termos das orientações para o PAO 2026, carecem de autorização expressa ou de dispensa de cumprimento da orientação:

Autorização necessária	Fundamentação	Normativo aplicável	Pág. PAO
Princípios orçamentais (medidas de otimização de desempenho)			
Atualização salarial (em linha com as orientações da tutela para os aumentos salariais no SEE) – incremento de gastos com pessoal em 1.326.292 euros em 2026	<p>No âmbito do acordo tripartido 2025-2028, sobre a valorização salarial e o crescimento económico as empresas públicas integrantes do SEE devem continuar a assegurar uma política remuneratória, em consonância com o referido Acordo.</p> <p>Em 2026 engloba o impacto da aplicação de automatismos previstos no Acordo de Empresa – anuidades, progressões automáticas e extensão/evolução de carreira.</p> <p>Valorização até 4,6% dos gastos com o pessoal estimados para o exercício de 2025.</p>	Acordo tripartido 2025-2028, sobre a valorização salarial e o crescimento económico	157
Reclassificações por conteúdo funcional, com um gasto estimado de 34.826 euros	Reclassificações por conteúdo funcional que constam na exposição no âmbito de matérias de recursos humanos do Grupo AdP (documento enquadrador), enviado à ETF em julho deste ano, com um universo de 14 trabalhadores e um gasto de 34.826 euros	IE PAO 2026/2028 - ponto 2 do apêndice	153
Promoções por ato de gestão, com um gasto estimado de 52.949 euros	Promoções por ato de gestão, também explicitadas no documento enquadrador, assentam numa estimativa de 5% do efetivo global, traduzindo-se em 34 trabalhadores e com um aumento estimado de gastos com pessoal de 52.949 euros	IE PAO 2026/2028 - ponto 2 do apêndice	153
Nomeação de um responsável hierárquico, com um acréscimo de gasto estimado de 23.419 euros	Nomeação de um responsável hierárquico, com a nomeação de um técnico licenciado já pertencente ao quadro de pessoal, e com um aumento estimado de gastos com pessoal de 23.419 euros	IE PAO 2026/2028 - ponto 2 do apêndice	155

Autorização necessária	Fundamentação	Normativo aplicável	Pág. PAO
Admissões por garantia de qualidade do serviço: criação de uma equipa de testes aplicacionais para o AQUAmatrix - autorização para contratação de 2 trabalhadores em 2026	Criação de uma equipa de testes aplicacionais para o AQUAmatrix Contratação de 2 trabalhadores em 2026	IE PAO 2026/2028 n.º 3.4)	149
Admissões por garantia de qualidade do serviço: criação de uma equipa de testes aplicacionais para o AQUAmatrix - aumento de gastos decorrentes da autorização de <i>headcount</i> do ponto anterior	Criação de uma equipa de testes aplicacionais para o AQUAmatrix Contratação de 2 trabalhadores em 2026 Acréscimo de gasto em 2026 – 61 mil euros	IE PAO 2026/2028 n.º 3.4)	149
Princípios financeiros			
EBIT, Resultado líquido, ROE e RRH – autorização para exclusão aos indicadores dos efeitos das imposições legais (acordo de valorização de rendimentos) e do aumento das depreciações	Com vista a assegurar a comparabilidade dos indicadores é necessária a exclusão dos efeitos não comparáveis	IE PAO 2026/2028 - ponto 2 do apêndice	41 43 48 44
EBIT e RRH – autorização de dispensa de cumprimento em 2026 caso não seja autorizada a exclusão dos efeitos não comparáveis (acima solicitada)	Caso não seja autorizada a exclusão dos efeitos decorrentes do aumento das depreciações do exercício no cálculo dos indicadores, a Empresa assegura uma evolução positiva no triénio, mas não no exercício de 2026, solicitando nesse caso dispensa expressa do seu cumprimento	IE PAO 2026/2028 - ponto 2 do apêndice	41 44
RL e ROE – autorização de dispensa de cumprimento em 2026 e no triénio, caso não seja autorizada a exclusão dos efeitos não comparáveis (acima solicitada)	Caso não seja autorizada a exclusão dos efeitos decorrentes do aumento das depreciações do exercício no cálculo dos indicadores, a Empresa assegura não assegura evolução positiva em 2026 nem na média do triénio, solicitando nesse caso dispensa expressa do seu cumprimento	IE PAO 2026/2028 - ponto 2 do apêndice	43 48
Evolução do endividamento superior a 2% analisado em termos consolidados	Não obstante a demonstrada capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos financeiros, encontrando-se a empresa em relação de Grupo, a evolução do endividamento é analisada em termos consolidados no PAO da AdP SGPS	IE PAO 2026/2028 - ponto 5 do apêndice	49

Autorização necessária	Fundamentação	Normativo aplicável	Pág. PAO
Recursos Humanos:			
Conferir competência ao Conselho de Administração para substituição de trabalhadores	Assegurar a competência ao Conselho de administração da empresa no exercício da autonomia financeira para a celebração de contratos de trabalho a termo resolutivo para substituição de trabalhadores detentores de contrato sem termo, para a mesma função, que se encontrem ausentes, nomeadamente por doença ou parentalidade	IE PAO 2026/2028 – n.º 9 a)	152
Conferir competência à Administração para substituição de trabalhadores	Assegurar a competência ao Conselho de administração da empresa no exercício da autonomia financeira para autorização para o recrutamento antecipado para substituição de trabalhadores que deixam a empresa no ano a que respeita o PAO, até ao limite de 5% do número de trabalhadores na categoria, arredondado por excesso, desde que previsto no planeamento de recursos humanos	IE PAO 2026/2028 – n.º 9 b)	152

Lisboa, 16 de setembro de 2025

O Conselho de Administração

Catarina Isabel
Clímaco
Monteiro
D'oliveira



Assinado por: **José Manuel Leitão Sardinha**

Data: 2025.09.17 14:07:33+01'00'



PARECER DO CONSELHO FISCAL DA EPAL, EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A. SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2026

1. Introdução

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., é uma empresa do Setor Empresarial do Estado, detida a 100% pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

Da sua longa trajetória, destaca-se o facto de ser sucessora da centenária CAL - Companhia das Águas de Lisboa, que deteve a concessão do abastecimento de águas à cidade entre 1868 a 1974. A partir desse período, a entidade assumiu diferentes denominações, inicialmente como EPAL - Empresa Pública das Águas de Lisboa, até 1981, seguida por EPAL - Empresa Pública das Águas Livres até 1991, data em que adotou a atual designação de EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., conforme estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de junho, tornando-se uma sociedade anónima de capitais integralmente públicos. Em 1993, passou a integrar o Grupo AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.

Em 2015, na sequência do Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, a EPAL assume a responsabilidade pela gestão delegada do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo (LVT). Neste contexto, para além da obrigação da gestão das infraestruturas afetas ao sistema, a Empresa passou a ser responsável por todas as demais obrigações inerentes à gestão do sistema, nomeadamente, a construção e manutenção das infraestruturas, o controlo da qualidade da água para abastecimento público e, ainda, todos os aspetos internos intrínsecos da atividade como a elaboração da contabilidade da empresa, a gestão financeira do sistema e a gestão dos recursos humanos, incluindo a contratação de pessoal.

A EPAL assumiu, ainda, a posição contratual da sociedade LVT nos contratos de trabalho e nos acordos de cedência de pessoal. Assim, os trabalhadores das empresas agregadas, em 2015, foram integrados na estrutura orgânica da EPAL, durante o período de vigência da gestão delegada.

Em 2017, no âmbito do processo de reorganização do setor de abastecimento de água e saneamento de águas residuais e na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, resultou a cisão da LVT, que passou a designar-se por Águas do Vale do Tejo S.A. (ADVT), tendo a gestão delegada deixado de incluir o saneamento da área da grande Lisboa e da Península de Setúbal que passou a ser exercida por outras empresas então criadas.

Com esta cisão verificou-se a saída de trabalhadores para as novas entidades gestoras, tendo os restantes mantido a integração na estrutura orgânica da EPAL. Este movimento, contudo, não afetou os gastos da EPAL, uma vez que de acordo com o modelo de relacionamento existente entre as duas empresas, a EPAL debita periodicamente os gastos incorridos com a gestão delegada, os quais incluem os incorridos com recursos humanos.

2. Enquadramento

Em cumprimento do estabelecido no n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais e no disposto no n.º 6, do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, vem o Conselho Fiscal emitir o seu Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para o triénio 2026-2028, aprovado pelo Conselho de Administração da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (EPAL) em 16 de setembro de 2025.

O Parecer do Conselho Fiscal tem por base o citado Plano, o Parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Deloitte & Associados, SA, sobre a Informação Financeira Prospectiva para o ano 2026, de 17 de setembro de 2025, a Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2025), as disposições inscritas no Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (Normas de Execução do Orçamento de Estado para 2025), bem como as Instruções para Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028 (IPG).

O Conselho Fiscal teve ainda em conta, na sua apreciação, os esclarecimentos prestados pelo Conselho de Administração, pela Direção Financeira, pelos vários serviços da empresa, bem como pelo Revisor Oficial de Contas (ROC) da sociedade. Para o efeito, realizou confirmações através de validações diversas em relação a aspetos quantitativos que julgou relevantes, e examinou os pressupostos que fundamentaram essas informações.

3. Eventuais limitações

Em anteriores Planos de Atividade e Orçamento, assinalámos que as alterações legislativas introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio, e pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tiveram impacto significativo nas competências da EPAL. Essas mudanças alteraram o âmbito das suas responsabilidades, com reflexos diretos na gestão de diversos serviços, incluindo a gestão de pessoal. Tal impacto, atendendo à elevada faixa etária do quadro de pessoal da empresa, motivou a rotatividade de um elevado número de colaboradores, procedendo-se às respetivas substituições, sem aumento relevante do seu quadro de pessoal.

Este contexto começou a ser mitigado em 2025, com a autorização para a contratação de 47 trabalhadores para a EPAL e 56 para a Águas do Vale do Tejo, S.A., estando, atualmente, em curso os respetivos processos de recrutamento. Ainda assim, para 2026 prevê-se um acréscimo adicional de dois trabalhadores, sujeito a autorização expressa no âmbito da aprovação do PAO. Acresce a solicitação de autorização para as valorizações salariais, no quadro do acordo tripartido 2025-2028, sobre a valorização salarial e o crescimento económico, celebrado a 1 de outubro de 2024, com impacto nos gastos com o pessoal de 1.172.501 euros; e a aplicação dos automatismos decorrentes da convenção coletiva, com impacto nos gastos com o pessoal de 153.791 euros.

Não obstante, considerando o disposto nos artigos 138.º e 139.º do Decreto-Lei de Execução Orçamental para 2025, verifica-se uma maior flexibilidade na gestão de recursos humanos, permitindo à empresa decidir sobre a contratação de pessoal por tempo

indeterminado ou para a substituição de trabalhadores que tenham saído, ainda que condicionada a um limite percentual relacionado com o aumento do volume de negócios.

Apesar dos resultados sólidos alcançados, a EPAL enfrenta desafios relacionados com a dependência de fatores externos, nomeadamente os custos energéticos e a aquisição de reagentes e materiais essenciais para a sua operação. A volatilidade destes mercados, fortemente influenciada por tensões geopolíticas – incluindo o conflito em Gaza, a guerra na Ucrânia e as relações Estados Unidos e China – e pela inflação, poderá traduzir-se em gastos operacionais elevados e imprevisíveis, e poderá reduzir a margem de manobra financeira da empresa.

Outro desafio relevante prende-se com o ambicioso plano de investimentos previsto a partir de 2025. Embora essencial para reforçar a sustentabilidade dos ativos, garantir qualidade e segurança do abastecimento e responder às exigências ambientais, este plano implica um acréscimo significativo de depreciações e uma diminuição da liquidez disponível.

Adicionalmente, a concretização deste ciclo de investimentos, de grande dimensão e complexidade, implica riscos de execução, nomeadamente ao nível dos prazos, dos custos e da coordenação de projetos estratégicos. Aliado a isso, a pressão para avançar com a transição energética, a adaptação às alterações climáticas e a inovação digital coloca exigências acrescidas em termos de recursos humanos e competências técnicas.

Por fim, ressalvamos, que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, e que os resultados reais poderão vir a ser diferentes dos previstos na Informação Financeira Prospectiva, com variações, eventualmente relevantes, agravados, na presente situação, pela incerteza da evolução macroeconómica.

4. Plano de investimentos e de financiamento 2026-2028

O Plano Anual de Investimentos da EPAL foi elaborado com base nos investimentos já em curso e resultou de análises multicritério e de risco, tendo para o efeito, contado, com a colaboração de um Painel de Peritos.

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. prevê, para o ano de 2026, um total de investimento de 81,6 milhões de euros, dos quais 42,8 milhões de euros correspondem a investimentos que transitam de anos anteriores.

Investimento	€ 2025	2026	2027	2028	milhares de euros
					TOTAL 2026-2028
A - Transitam de anos anteriores	48.186	42.838	34.325	25.684	102.846
B - Iniciados no período 2026-2028	2.064	38.763	74.125	54.066	166.954
TOTAL	50.250	81.600	108.450	79.750	269.800

Fonte: PAO 2026

Dos investimentos a iniciar em 2026, 38,76% referem-se a investimentos de substituição, ou seja, aqueles que garantem a manutenção da atividade. Para este período, não existem novos investimentos com expressão material.

B - Investimento iniciado no período 2026-2028	E 2025	2026	2027	2028	milhares de euros
					TOTAL 2026-2028
Investimentos aprovados nos PAO anteriores	2.064	38.763	73.325	53.256	165.344
<i>Investimentos de substituição</i>	1.605	15.023	33.345	22.118	70.486
<i>Outros investimentos</i>	459	23.740	39.980	31.138	94.858
Novos Investimento do PAO 2026	0	0	800	810	1.610
<i>Investimentos de substituição</i>	0	0	800	810	1.610
<i>Outros investimentos</i>	0	0	0	0	0
TOTAL	2.064	38.763	74.125	54.066	166.954

Fonte: PAO 2026

De acordo com o PAO 2026, os investimentos previstos para 2026 serão financiados por autofinanciamento e por endividamento assegurado no âmbito das linhas do Grupo AdP junto do BEI.

5. Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras previsionais para 2026 foram elaboradas de acordo com as IFRS e assentam na melhor estimativa à data da elaboração do orçamento anual, bem como para os anos de 2027 e 2028.

Nos quadros seguintes, apresentam-se as demonstrações financeiras previsionais da EPAL, para o período findo em 31 de dezembro de 2026, bem como a estimativa para 2025.

Demonstração dos Resultados por Naturezas Previsional

A empresa prevê uma redução do resultado líquido para 2026 face ao estimado para 2025, em cerca de 2,4% (de 59.041.506 euros, estimativa para 2025, para 57.616.127 euros, previstos para 2026).

Para tal redução, irá sobretudo, contribuir o aumento dos Gastos com o Pessoal (em 2.172.431 euros) e dos Gastos de depreciação e amortização (em 3.958.741 euros) que serão superiores ao aumento das Vendas (em 4.650.577 euros), conforme se constata pelo mapa infra:

Rendimentos e Gastos	2025	2026	Variação	
	Estimativa	Previsão	Valor	%
Vendas	188.123.401	192.773.978	4.650.577	2,47%
Prestações de serviços	1.902.600	1.936.847	34.247	1,80%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-2.245.000	-2.264.419	-19.419	0,86%
Fornecimentos e serviços externos	-44.962.922	-45.194.904	-231.982	0,52%
Gastos com pessoal	-29.556.379	-31.728.810	-2.172.431	7,35%
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-1.000.000	-1.000.000	-	0,00%
Provisões (aumentos/reduções)	-120.000	-120.000	-	0,00%
Outros rendimentos e ganhos	6.993.260	7.315.160	321.900	4,60%
Outros gastos e perdas	-10.944.274	-11.132.077	-187.803	1,72%
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento (EBITDA)	108.190.687	110.585.775	2.395.088	2,21%
Gastos / reversões de depreciação e amortização	-27.544.600	-31.503.341	-3.958.741	14,37%
Resultado operacional (EBIT)	80.646.087	79.082.434	-1.563.653	-1,94%
Resultado operacional líquido de provisões imparidades e correções de justo valor	81.766.087	80.202.434	-1.563.653	-1,91%
Juros e rendimentos similares obtidos	1.855.001	951.817	-903.184	-48,69%
Juros e gastos similares suportados	-1.176.954	-897.767	279.187	-23,72%
Resultado antes de impostos	81.324.135	79.136.484	-2.187.651	-2,69%
Imposto sobre o rendimento	-22.282.629	-21.520.357	762.272	-3,42%
Resultado líquido do período	59.041.506	57.616.127	-1.425.379	-2,41%

Fonte: PAO 2026

Demonstração da Posição Financeira Previsional

O Balanço previsional para 2026 apresenta um total de ativo de 855.683.556 euros e um total de capital próprio de 718.662.305 euros, que inclui um resultado líquido de 57.616.127 euros.

A EPAL prevê para 2026 uma ligeira diminuição no valor do total do ativo face à estimativa de 2025, em cerca de 3,6 M euros, destacando-se a variação das rubricas de Ativos fixos tangíveis (+52,1 M euros) e de dívidas a receber do Acionista (-52,5 M euros).

Quanto ao passivo, prevê-se uma diminuição de cerca de 9% (13,8 M euros) fundamentalmente influenciado pela diminuição das rubricas de Financiamentos Obtidos (-10,7 M euros), conforme se constata pelo mapa infra:

Rubricas	2025	2026	Variação	
	Estimativa	Previsão	Valor	%
ATIVO				
<u>Ativo não corrente</u>				
Ativos fixos tangíveis	669.205.460	721.353.688	52.148.228	7,79%
Propriedades de Investimento	12.943.932	12.929.241	-14.691	-0,11%
Ativos intangíveis	4.266.667	4.053.333	-213.334	-5,00%
Outros ativos financeiros	192.228	192.228	-	0,00%
Ativos por impostos diferidos	2.914.764	2.871.326	-43.438	-1,49%
Outras contas a receber	14.125.317	16.876.189	2.750.872	19,47%
<u>Ativo corrente</u>				
Inventários	2.437.767	2.481.647	43.880	1,80%
Clientes contribuintes e utentes	24.528.104	25.452.420	924.316	3,77%
Estado e outros entes públicos	-	-	-	-
Acionistas / Sócios / Associados	90.000.000	37.500.000	-52.500.000	-58,33%
Outras contas a receber	26.630.974	30.884.729	4.253.755	15,97%
Caixa e depósitos	12.056.347	1.088.755	-10.967.592	-90,97%
Total do Ativo	859.301.559	855.683.556	-3.618.003	-0,42%
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património / Capital	150.000.000	150.000.000	-	0,00%
Reservas	52.171.377	52.171.377	-	0,00%
Resultados transitados	305.169.976	319.846.401	14.676.425	4,81%
Excedentes de revalorização	141.851.586	139.032.463	-2.819.123	-1,99%
Outras variações no Património Líquido	-4.064	-4.064	-	0,00%
Resultado líquido do período	59.286.506	57.616.127	-1.670.379	-2,82%
Total do Património Líquido	708.475.382	718.662.305	10.186.923	1,44%
PASSIVO				
<u>Passivo não corrente</u>				
Provisões	916.073	1.036.073	120.000	13,10%
Financiamentos obtidos	26.115.999	16.955.883	-9.160.116	-35,07%
Passivos por impostos diferidos	26.528.586	25.260.789	-1.267.797	-4,78%
Outras contas a pagar	25.142.281	26.018.066	875.785	3,48%
<u>Passivo corrente</u>				
Estado e outros entes públicos	2.237.607	352.777	-1.884.830	-84,23%
Financiamentos obtidos	10.804.912	9.235.116	-1.569.796	-14,53%
Outras contas a pagar	58.743.768	56.901.698	-1.842.070	-3,14%
Outros passivos financeiros	336.951	1.260.849	923.898	274,19%
Total do Passivo	150.826.177	137.021.251	-13.804.926	-9,15%
Total do Património Líquido e Passivo	859.301.559	855.683.556	-3.618.003	-0,42%

Fonte: PAO 2026

6. Cumprimento de orientações da ETF

A proposta do Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2026 foi elaborado atendendo, no que lhe é aplicável, ao cumprimento das Instruções para a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão para 2026-2028 e demais legislação aplicável.

De acordo com o ponto 3 das Instruções, o ano de referência a ser tomado em consideração para a elaboração do plano anual para 2026 será o ano de 2025 e, para os restantes anos, o ano imediatamente anterior.

O plano anual (2026) e plurianual (triénio), de acordo com as orientações emanadas no ponto 2, deve assegurar:

- i) O crescimento gradual do volume de negócios e a maximização das receitas mercantis;
- ii) A melhoria do resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor;
- iii) A melhoria do resultado líquido;
- iv) A melhoria do rácio de eficiência de recursos humanos;
- v) A realização apenas de novos investimentos (que não de substituição) que viabilizem um aumento do resultado operacional ou necessários à prestação de serviço público ou de serviço de interesse geral contratualizados;
- vi) O desenvolvimento de planos financeiros que sustentem a atividade da empresa e a melhoria do *Return on Equity* em cada ano;
- vii) A redução do endividamento em termos nominais;
- viii) A redução significativa do volume dos pagamentos em atraso;
- ix) A aferição do Prazo Médio de Pagamento de acordo com o disposto no n.º 9 do “Programa Pagar a Tempo e Horas”;
- x) Medidas de otimização do desempenho.

6.1. Crescimento gradual do volume de negócios

De acordo com a alínea a) do ponto 2 das Instruções, deve verificar-se o crescimento gradual do volume de negócios (vendas e serviços prestados) para cada ano e ao longo do triénio.

O volume negócios, de acordo com a demonstração de resultados previsional, apresenta um aumento de cerca 2,5% em 2026 face ao estimado para 2025 e de 2,1% e 2,3% para 2027 e 2028, respetivamente. A empresa prevê cumprir esta orientação.

IEPAO	Unidade: 1.000 €							
	2025	2026	2027	2028	2026 v/s 2025	2027 v/s 2026	2028 v/s 2027	Variação média anual do triénio
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
a) Volume de negócios	190.026	194.711	198.830	203.402	2,5%	2,1%	2,3%	2,3%
i) Volume de negócios (real)	190.026	190.893	191.110	191.671	0,5%	0,1%	0,3%	0,3%

Fonte: PAO 2026

6.2. Melhoria do resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor

De acordo com a alínea f) do ponto 2 das Instruções, deve verificar-se uma melhoria do resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor, para cada ano e ao longo do triénio.

O resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor, de acordo com a demonstração de resultados previsional, apresenta uma redução de 1,91% para 2026 (de 81.766 milhares de euros, estimado para 2025, para 80.202 milhares de euros, previsto para 2026). Contudo, caso sejam excluídos do indicador os impactos decorrentes de obrigações legais e do aumento das depreciações, a empresa prevê cumprir com o previsto nas Instruções, para os anos de 2026, 2027 e 2028, conforme se apresenta no quadro seguinte.

IEPAO	Unidade: 1.000 €							
	2025	2026	2027	2028	2026 v/s 2025	2027 v/s 2026	2028 v/s 2027	Variação média anual do triénio
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
b) EBIT, líq. de provisões e imparidades	81.766	80.202	81.872	83.610	-1.564	1.670	1.738	615
(+) Impactos decorrentes de obrigações legais	0	1.326	2.749	4.237				
EBIT, líq. de provisões e imparidades ajustado	81.766	81.529	84.622	87.847	-237	3.093	3.225	2.027
(+) Impacto das depreciações	893	3.959	1.517	2.308				
EBIT, líq. de provisões e imparidades comparável	82.659	85.487	86.138	90.155	2.828	651	4.016	2.499

Fonte: PAO 2026

Consequentemente, a empresa solicita autorização expressa para a exclusão do Resultado operacional dos efeitos decorrentes de obrigações legais e do aumento das depreciações. Caso não seja autorizada a exclusão daqueles efeitos, o rácio apresenta uma evolução positiva no triénio, mas não no exercício de 2026, solicitando a empresa dispensa do cumprimento deste princípio para 2026.

6.3. Melhoria do resultado líquido

De acordo com a alínea g) do ponto 2 das Instruções, deve verificar-se uma melhoria no resultado líquido, para cada ano e ao longo do triénio.

O resultado líquido, de acordo com a demonstração de resultados previsional, apresenta uma redução de 2,4% (de 59.042 milhares de euros, estimado para 2025, para 57.616 milhares de euros, previsto para 2026). Caso sejam excluídos do indicador os efeitos não comparáveis (imposições legais relativas a recursos humanos) e o impacto decorrente do aumento das depreciações, e considerando o ajustamento dos seus efeitos fiscais, a empresa prevê cumprir com o previsto nas Instruções, para o ano de 2026, 2028 e média do triénio, prevendo-se o incumprimento para 2027, conforme se apresenta no quadro seguinte.

IEPAO	Unidade: 1.000 €							
	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
c) Resultado líquido	59.042	57.616	57.750	57.870	-1.425	134	120	-391
(+) Impactos decorrentes de obrigações legais	0	1.326	2.749	4.237				
(+) Impacto das depreciações	893	3.959	1.517	2.308				
(-) Efeito de imposto	-258	-1.519	-1.223	-1.872				
Resultado líquido ajustado	59.677	61.382	60.793	62.542	1.706	-589	1.749	955

Fonte: PAO 2026

Consequentemente, a empresa solicita autorização expressa para a exclusão do Resultado líquido dos efeitos decorrentes das imposições legais relativas a recursos humanos e do impacto decorrente do aumento das depreciações. Caso não seja autorizada a exclusão daqueles efeitos solicita a dispensa do cumprimento deste princípio.

6.4. Melhoria do rácio de eficiência de recursos humanos

De acordo com a alínea h) do ponto 2 das Instruções, deve verificar-se uma otimização da utilização dos recursos humanos, assegurando-se a melhoria, em cada ano, do rácio operacional pelo número de trabalhadores.

O rácio do resultado operacional pelo número de trabalhadores apresenta uma redução de 2,2% (de 112.320 euros, estimado para 2025, para 109.837 euros, previsto para 2026). Ajustando o rácio do resultado operacional pelo efeito das imposições relativas a recursos humanos e do aumento das depreciações, verifica-se o cumprimento deste princípio para 2026, 2027 e 2028.

IEPAO	Unidade: 1.000 €							
	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
Resultado Operacional (EBIT)	80.646	79.082	80.752	82.490				
N.º de trabalhadores	718	720	720	720				
e) Rentabilidade dos RH	112.320x	109.837x	112.156x	114.569x	-2.484x	2.319x	2.413x	750x
EBIT, líq. de provisões e imparidades comparável	82.659	85.487	86.138	90.155				
N.º de trabalhadores	718	720	720	720				
Rentabilidade dos RH ajustada	115.124x	118.733x	119.637x	125.215x	3.608x	904x	5.578x	3.364x

Fonte: PAO 2026

Consequentemente, a empresa solicita autorização expressa para a exclusão do indicador dos efeitos das imposições legais relativas a recursos humanos e do aumento das depreciações. Caso não seja autorizada a exclusão daqueles efeitos solicita a dispensa do cumprimento deste princípio para 2026.

6.5. Realização apenas de novos investimentos (que não de substituição) que viabilizem um aumento do resultado operacional ou necessários à prestação de serviço público ou de serviço de interesse geral contratualizados

De acordo com a alínea i) do ponto 2 das Instruções, a empresa deve realizar, apenas, os novos investimentos (que não de substituição) que viabilizem um aumento do resultado operacional ou necessários à prestação de serviço público ou de serviço de interesse geral contratualizados.

De acordo com o quadro seguinte, o ROA apresenta uma redução em 2026 (de 0,2%) mas o ROA ajustado aumenta em 2026 face ao estimado para 2025 (em 0,3%).

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v/s 2025	2027 v/s 2026	2028 v/s 2027	Variação média anual do triénio
	2025	2026	2027	2028				
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
Resultado Operacional (EBIT)	80.646	79.082	80.752	82.490				
Ativo total (médio)	859.182	857.493	877.841	925.062				
d) Rentabilidade do Ativo (ROA)	9,4%	9,2%	9,2%	8,9%	-0,2 p.p.	0,0 p.p.	-0,3 p.p.	-0,2 p.p.
EBIT, líq. de provisões e imparidades comparável	82.659	85.487	86.138	90.155				
Ativo total (médio)	859.182	857.493	877.841	925.062				
Rentabilidade do Ativo ajustada	9,6%	10,0%	9,8%	9,7%	0,3 p.p.	-0,2 p.p.	-0,1 p.p.	0,0 p.p.

Fonte: PAO 2026

A empresa declara que os novos investimentos (que não de substituição) são os necessários à prestação de serviço público.

6.6. Desenvolvimento de planos financeiros que sustentem a atividade da empresa e a melhoria do *Return on Equity* em cada ano

De acordo com a alínea j) do ponto 2 das Instruções, a empresa deve desenvolver planos financeiros que sustentem a atividade da empresa e deve apresentar o *Return on Equity* (ROE) que melhore em cada ano.

O ROE apresenta uma redução de 0,3% do previsto para 2025 para o estimado para 2026. Para 2026 e 2027, a empresa prevê a redução do ROE em 0,1% para 2027 e 2028. Ajustando o efeito das imposições legais relativas a recursos humanos e do aumento das depreciações, a evolução do ROE cumpre em 2026 e 2028, mas não em 2027.

IEPAO	Unidade: 1.000 €							
	2025	2026	2027	2028	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027	Variação média anual do triénio
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
c) Resultado líquido	59.042	57.616	57.750	57.870				
Capital próprio (médio)	702.473	713.569	724.491	736.106				
f) Rentabilidade do Capital Próprio (ROE)	8,4%	8,1%	8,0%	7,9%	-0,3 p.p.	-0,1 p.p.	-0,1 p.p.	-0,2 p.p.
Resultado líquido ajustado	60.575	62.275	61.687	63.440				
Capital próprio (médio)	702.473	713.569	724.491	736.106				
Rentabilidade do Capital Próprio (ROE) ajustada	8,6%	8,7%	8,5%	8,6%	0,1 p.p.	-0,2 p.p.	0,1 p.p.	0,0 p.p.

Fonte: PAO 2026

Consequentemente, a empresa solicita autorização expressa para a exclusão do indicador dos efeitos das imposições legais relativas a recursos humanos e do aumento das depreciações. Caso não seja autorizada a exclusão daqueles efeitos solicita a dispensa do cumprimento deste princípio.

6.7. Redução do endividamento em termos nominais

De acordo com a alínea k) do ponto 2 e ponto 4 das Instruções, o endividamento líquido de investimento deve diminuir em termos nominais em relação a 2025 e o seu crescimento encontra-se limitado a 2%.

A empresa prevê para 2026 uma redução do endividamento em 5,7%. Contudo, para 2027 e 2028, a empresa prevê um crescimento do endividamento de 20,3% e 21,6%, respetivamente.

Endividamento (fórmula)	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Capital estatutário	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	150.000.000	0	0%
Financiamento remunerado	47.558.518	58.845.911	36.920.911	26.190.999	62.030.883	107.770.992	-10.729.912	-29%
(-) Novos investimentos com expressão material		0	0	0	0	0	0	0
Δ de endividamento (%)		5,7%	-5,4%	-5,7%	20,3%	21,6%	-0,4 p.p.	

Fonte: PAO 2026

Consequentemente, a empresa encontra-se em cumprimento com esta orientação de não aumentar o endividamento em mais de 2% em 2026.

Não obstante a demonstrada capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos financeiros, encontrando-se a empresa em relação de Grupo, a evolução do endividamento é analisada em termos consolidados no PAO da AdP SGPS.

6.8. Redução significativa do volume dos pagamentos em atraso

De acordo com a alínea l) do ponto 2 e ponto 4 das Instruções, a empresa deve reduzir de forma significativa o volume dos pagamentos em atraso.

A empresa não prevê pagamentos em atraso para o período em análise.

IEPAO					Unidade: 1.000 €				Variação média anual do triénio	
	2025		2026		2027		2028			
	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	2026 v/s 2025	2027 v/s 2026	2028 v/s 2027	2028 v/s 2027		
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO										
h) Pagamentos em Atraso (Arrears)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Fonte: PAO 2026

Consequentemente, a empresa prevê cumprir com este princípio previsto nas Instruções, para o ano de 2026.

6.9. Aferição do Prazo Médio de Pagamentos

De acordo com a alínea m) do ponto 2 das Instruções, a empresa deve aferir o Prazo Médio de Pagamentos (PMP) de acordo com o disposto no n.º 9 do “Programa Pagar a Tempo e Horas”, anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, na sua redação atual.

A empresa prevê a manutenção do PMP em 29 dias, cumprindo esta orientação.

Outros	Unidade: Dias							Δ (2026-2025)
	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Valor	
Prazo Médio de Pagamento	28	29	29	29	29	29	0	0%

Fonte: PAO 2026

6.10. Medidas de otimização de desempenho

O ponto 3 das Instruções prevê que, no PAO 2026, estejam contempladas medidas de otimização de desempenho, com o objetivo de maximizar o resultado operacional, tendo em conta designadamente a eficiência operacional, através da redução do rácio de gastos operacionais sobre o volume de negócios, da otimização dos gastos, da aferição dos fornecimentos e serviços externos (incluindo a frota automóvel) e dos gastos com pessoal e do recrutamento de trabalhadores.

6.10.1. Redução do rácio de gastos operacionais sobre o volume de negócios

De acordo com o ponto 3.1 das Instruções, o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios deve ser igual ou inferior ao verificado no ano anterior, excluídos os impactos extraordinários ao nível dos gastos, decorrentes do cumprimento das disposições legais ou de outros que se venham a revelar comprovadamente não controláveis pela empresa e os impactos ao nível do volume de negócios, decorrentes de factos extraordinários, não comparáveis, entre dois exercícios.

Apresenta-se abaixo, a evolução percentual do rácio GO/VN ajustado pelos impactos decorrentes de obrigações legais:

Eficiência Operacional	2024	2025	2025	2026	2027	2028	Δ (2026-2025)	
	Execução	PAO	Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão	Valor	%
Gastos operacionais (GO)	-74.960.982	-77.547.538	-76.764.300	-79.188.133	-80.386.998	-81.033.771	-2.423.833	-3,2%
CMVMC	-2.226.168	-2.238.971	-2.245.000	-2.264.419	-2.281.590	-2.293.206	-19.419	-0,9%
FSE	-44.945.423	-44.016.723	-44.962.922	-45.194.904	-44.952.154	-44.084.649	-231.982	-0,5%
Gastos com pessoal	-27.789.391	-31.291.844	-29.556.379	-31.728.810	-33.153.254	-34.655.916	-2.172.432	-7,4%
Impactos decorrentes de obrigações legais*	0	0	0	1.326.292	2.749.423	4.237.296	1.326.292	
Imposições legais - RH	0	0	0	1.326.292	2.749.423	4.237.296	1.326.292	
Gastos operacionais ajustados	74.960.982	77.547.538	76.764.300	77.861.841	77.637.575	76.796.474	1.097.541	1,4%
Volume de negócios	186.450.675	188.452.847	190.026.001	194.710.824	198.830.456	203.402.417	4.684.824	2,5%
Vendas	184.399.989	186.862.847	188.123.401	192.773.978	196.856.809	201.391.270	4.650.577	2,5%
Prestações de Serviços	2.050.686	1.590.000	1.902.600	1.936.847	1.973.647	2.011.146	34.247	1,8%
Impacto na receita decorrente de obrigações legais**	0	0	0	0	0	0	0	-
Volume de Negócios ajustado	186.450.675	188.452.847	190.026.001	194.710.824	198.830.456	203.402.417	4.684.824	2,5%
Gastos Operacionais/Volume de Negócio (GO/VN)	40,2%	41,1%	40,4%	40,0%	39,0%	37,8%	-0,4 p.p.	

Fonte: PAO 2026

O rácio GO/VN apresenta uma evolução prevista de acordo com o definido na Instrução (40,4% estimado para 2025 face a 40% previsto para 2026; e 39% e 37,8% previstos para 2027 e 2028, respetivamente).

Consequentemente, a empresa prevê cumprir com esta medida de otimização do desempenho prevista nas Instruções, para o ano de 2026.

6.10.2. Otimização de gastos

De acordo com o ponto 3.2 das Instruções, os gastos operacionais devem ser iguais ou inferiores ao valor estimado para o ano anterior, corrigidos da taxa de inflação prevista. Adicionalmente, de acordo com o ponto 2 das Instruções, deverá ser objeto de fundamentação caso a taxa de crescimento dos gastos operacionais seja superior à do volume de negócios.

Os gastos operacionais previstos para 2026, ajustados pela taxa de inflação prevista, (76.335 milhares de euros) apresentam uma redução face ao estimado para 2025 (76.764 milhares de euros) e está em cumprimento com a Instrução. Relativamente a 2027 e 2028 prevê-se também uma redução dos gastos operacionais (2,24% em 2027 e 3% em 2028).

IEPAO	Unidade: 1.000 €							
	2025	2026	2027	2028	2026 v s 2025	2027 v s 2026	2028 v s 2027	Variação média anual do triénio
Estimativa	Previsão	Previsão	Previsão					
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
Gastos Operacionais	76.764	79.188	80.387	81.034	3,2%	1,5%	0,8%	1,8%
(-) Impactos decorrentes de obrigações legais	0	-1.326	-2.749	-4.237				
Gastos Operacionais ajustados	76.764	77.862	77.638	76.796	1,4%	-0,3%	-1,1%	0,0%
OTIMIZAÇÃO DE GASTOS								
Gastos operacionais (corrigido do IHPC)	76.764	76.335	74.623	72.367	-	429	- 1.712	- 2.256
								- 1.466

Fonte: PAO 2026

Consequentemente, a empresa prevê cumprir com esta medida de otimização do desempenho prevista nas Instruções.

6.10.3 Fornecimento e serviços externos (incluindo frota automóvel)

De acordo com a alínea d) do ponto 2 das Instruções, deve verificar-se que o aumento dos fornecimentos e serviços externos, em termos reais, não deverá ser percentualmente superior ao crescimento do volume de negócios.

Os fornecimentos e serviços externos, de acordo com a demonstração de resultados previsional, apresentam um aumento de 0,5% (de 44.963 milhares de euros, estimado para 2025, para 45.195 milhares de euros, previsto para 2026), inferior ao crescimento do volume de negócios (2,5%). A empresa prevê cumprir com o previsto nas Instruções, conforme se apresenta no quadro seguinte.

IEPAO	Unidade: 1.000 €				2026 v/s 2025	2027 v/s 2026	2028 v/s 2027	Variação média anual do triénio
	2025	2026	2027	2028				
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO								
a) Volume de negócios	190.026	194.711	198.830	203.402	2,5%	2,1%	2,3%	2,3%
i) Volume de negócios (real)	190.026	190.893	191.110	191.671	0,5%	0,1%	0,3%	0,3%
Forneç. serviços externos	44.963	45.195	44.952	44.085	0,5%	-0,5%	-1,9%	-0,7%
Forneç. serviços externos (corrigido do IHPC)	44.963	44.309	43.223	41.542	-1,5%	-2,4%	-3,9%	-2,6%

Fonte: PAO 2026

De acordo com o ponto 3.3. das Instruções, a decisão de contratar a aquisição de serviços cujo objeto sejam estudos, pareceres, projetos e serviços de consultoria ou outros trabalhos especializados de natureza intelectual, incluindo a renovação de eventuais contratos em vigor, apenas pode ser tomada em situações excepcionais devidamente fundamentadas e desde que demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo. A empresa declara ter prestações de serviços contratados para os quais não existem recursos próprios ou dentro da esfera do Grupo Águas de Portugal.

Ainda de acordo com o ponto 3.3 das Instruções, a aquisição ou locação de veículos para a frota operacional devem ser as que se mostrem imprescindíveis à atividade da empresa. A aquisição ou locação de veículos não operacionais, bem como a sua renovação, apenas pode ocorrer mediante a apresentação de uma análise custo benefício. A empresa não prevê qualquer aumento do número de viaturas, para além das já autorizadas.

6.10.4 Gastos com o pessoal e recrutamento de trabalhadores

De acordo com a alínea c) do ponto 2 das Instruções, o aumento dos gastos com pessoal não deverá ser percentualmente superior ao crescimento do volume de negócios, exceto

os que decorram de atualizações salariais obrigatórias, imposições do acionista ou decorrente de contratações autorizadas.

Os gastos com o pessoal, de acordo com a demonstração de resultados previsional, apresentam um aumento de 7,4% (de 29.556 milhares de euros, estimado para 2025, para 31.729 milhares de euros, previsto para 2026). Caso sejam excluídos do indicador os efeitos não comparáveis (imposições legais relativas a recursos humanos), a empresa prevê cumprir com o previsto nas Instruções, conforme se apresenta no quadro seguinte.

IEPAO	Unidade: 1.000 €								Variação média anual do triénio
	2025 Estimativa	2026 Previsão	2027 Previsão	2028 Previsão	2026 vs 2025	2027 vs 2026	2028 vs 2027		
ORIENTAÇÕES FINANCEIRAS PARA O TRIÉNIO									
Gastos com o Pessoal	29.556	31.729	33.153	34.656	7,4%	4,5%	4,5%	5,4%	
(-) Gastos com órgãos sociais	-734	-791	-808	-826					
(-) Cumprimento de disposições legais	0	-1.173	-2.433	-3.747					
(-) Valorizações remuneratórias obrigatórias	0	-154	-317	-490					
(-) Rescisões contratuais excl. por mútuo acordo	0	0	0	0					
(+) Absentismo	600	600	600	600					
Gastos com o Pessoal ajustados	29.422	30.211	30.196	30.193	2,7%	-0,1%	0,0%	0,9%	
(-) Gastos com as contratações autorizadas	0	-793	-1.146	-1.146					
Gastos com o Pessoal comparáveis	29.422	29.419	29.050	29.047	0,0%	-1,3%	0,0%	-0,4%	

Fonte: PAO 2026

De acordo com o ponto 3.4 das Instruções, os aumentos da despesa com o pessoal ou do número de efetivos de trabalhadores devem ser devidamente fundamentados, devendo ser solicitada a respetiva autorização expressa.

De acordo com o quadro em cima, a empresa prevê para 2026 um aumento dos gastos com pessoal ajustados em cerca de 2,7% (aumento de 789 milhares de euros) e a manutenção do valor dos gastos com o pessoal comparáveis.

Para 2025, a empresa prevê um aumento de 59 trabalhadores, dos quais 38 trabalhadores para regularização de vínculos (autorizados no PAO 2025), 1 trabalhador para garantia do serviço público prestado (autorizado no PAO 2025), 8 trabalhadores por motivos de segurança das infraestruturas (autorizados no PAO 2025), o reingresso de 1 trabalhador que se encontrava com contrato suspenso e 11 trabalhadores para substituição de saídas de 2024 (cujas vagas não foram preenchidas). Para 2026, a empresa prevê um aumento de dois trabalhadores para integrarem uma nova equipa de testes aplicacionais para o AQUAmatrix.

Daquelas novas contratações decorre um aumento dos gastos com o pessoal:

Un: euros	2026	2027	2028
Simulação de impacto na massa salarial (contempla encargos e benefícios sociais)	61.304	64.124	67.074

Fonte: PAO 2026

A empresa solicita autorização para a contratação dos dois trabalhadores, bem como para o aumento dos gastos com o pessoal de 61.304 euros, para 2026.

A empresa solicita também autorização para: as valorizações salariais, em matéria de concretização do acordo tripartido 2025-2028, sobre a valorização salarial e o crescimento económico, celebrado a 1 de outubro de 2024, com impacto nos gastos com o pessoal de 1.172.501 euros; e a aplicação dos automatismos decorrentes da convenção coletiva, com impacto nos gastos com o pessoal de 153.791 euros.

A empresa solicita ainda autorização para: efetuar reclassificações por conteúdo funcional, com impacto nos gastos com o pessoal de 34.826 euros; efetuar promoções por ato de gestão, com impacto nos gastos com o pessoal de 52.949 euros; e efetuar a nomeação de um responsável hierárquico, com impacto nos gastos com o pessoal de 23.419 euros.

7. Parecer

O Plano de Atividades e Orçamento de 2026 foi preparado de acordo com as Instruções emanadas da ETF, com a Lei n.º 45-A/2024, de 31 de dezembro (Orçamento de Estado para 2025) e o Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março (Normas de Execução do Orçamento de Estado para 2025). Baseado no nosso exame, entendemos que a Proposta de Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2026, aprovada no dia 16 de setembro de 2025, pelo Conselho de Administração, está em condições de merecer a aprovação pelas respectivas Tutelas, setorial e financeira.

Por último, e sem afetar a nossa opinião, chamamos à atenção para as seguintes situações:

- a) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., para 2026, encontra-se em incumprimento quanto à melhoria do resultado operacional, líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor, caso não seja autorizada a exclusão desse indicador dos efeitos das obrigações legais e do aumento das depreciações. A empresa apresentou pedido de autorização para esta exclusão ou

para a dispensa do cumprimento deste princípio em 2026, tal como mencionado no ponto 6.2 deste Parecer;

- b) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., para 2026, encontra-se em incumprimento quanto à melhoria do resultado líquido, caso não seja autorizada a exclusão do resultado líquido dos efeitos decorrentes das imposições legais relativas a recursos humanos e do aumento das depreciações. A empresa apresentou pedido de autorização para esta exclusão ou para a dispensa do cumprimento deste princípio, tal como mencionado no ponto 6.3 deste Parecer;
- c) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., para 2026, encontra-se em incumprimento quanto à melhoria do Rácio de Eficiência dos Recursos Humanos, caso não seja autorizada a exclusão do rácio dos efeitos decorrentes das imposições legais relativas a recursos humanos e do aumento das depreciações. A empresa apresentou pedido de autorização para esta exclusão ou a dispensa do cumprimento deste princípio para 2026, tal como mencionado no ponto 6.4 deste Parecer;
- d) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., para 2026, encontra-se em incumprimento quanto à melhoria do rácio *Return on Equity* (ROE). A empresa apresentou pedido de autorização expressa para a exclusão do indicador dos efeitos das imposições legais relativas a recursos humanos e do aumento das depreciações ou para o não cumprimento deste princípio, tal como mencionado no ponto 6.6. deste Parecer;
- e) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. solicita, para 2026, autorização para realizar atualizações salariais, em linha com as orientações da tutela, com um incremento dos gastos com o pessoal em 1.326.292 euros (valorizações salariais, em matéria de concretização do acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico, celebrado a 1 de outubro de 2024, com um incremento dos gastos com o pessoal de 1.172.501 euros; e aplicação dos automatismos decorrentes da convenção coletiva, com impacto nos gastos com o pessoal de 153.791 euros), tal como mencionado no ponto 6.10.4. deste Parecer;
- f) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. solicita, para 2026, autorização para: efetuar reclassificações por conteúdo funcional, com impacto nos gastos com o pessoal de 34.826 euros; efetuar promoções por ato de gestão, com impacto nos gastos com o pessoal de 52.949 euros; e efetuar a nomeação de um responsável hierárquico, com impacto nos gastos com o pessoal de 23.419 euros, tal como mencionado no ponto 6.10.4. deste Parecer;
- g) A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. solicita, para 2026, autorização para a contratação de dois trabalhadores, bem como para o aumento dos gastos com o pessoal de 61.304 euros, tal como mencionado no ponto 6.10.4. deste Parecer;

Lisboa, 18 de setembro de 2025

O Conselho Fiscal

Ana Isabel Abranches Pereira de Carvalho Morais
(Presidente)

Isabel Maria Paz Mendes
(Vogal)

Luís Miguel Barros Martins Damas
(Vogal)



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Registo na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 20161389

**EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres,
S.A.**

**Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre o
Plano de Atividades e Orçamento para o
exercício de 2026**

RELATÓRIO SOBRE O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

Ao Conselho de Administração da
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

Introdução

Procedemos à revisão do Plano de Atividades e Orçamento respeitante ao exercício de 2026, incluídos no documento “Plano de Atividades e Orçamento 2026”, (que evidencia um total de ativo de 855.683.556 Euros e um total de capital próprio de 718.662.305 Euros, incluindo um resultado líquido de 57.616.127 Euros) da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (“EPAL” ou “Entidade”), preparado nos termos do artigo n.º 39 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e baseados nas Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividades e Orçamento para 2026-2028 publicadas pela Entidade do Tesouro e Finanças, incluindo os princípios e pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos ao longo do referido documento.

Responsabilidade do órgão de gestão sobre os planos de atividade e orçamento

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Planos de Atividade e Orçamento, a divulgação dos princípios e pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam e a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. Estes Planos de Atividade e Orçamento são preparados nos termos exigidos pelo artigo n.º 43 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e baseados nas instruções definidas para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

Responsabilidades do auditor sobre os planos de atividade e orçamento

A nossa responsabilidade consiste em (i) obter compreensão do sistema de controlo interno; (ii) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Planos de Atividades e Orçamento; (iii) verificar se os Planos de Atividades e Orçamento foram preparados de acordo com os princípios, e se incluem, quando aplicável, as fundamentações para pedidos de dispensa do cumprimento daqueles princípios; (iv) concluir sobre se a apresentação dos Planos de Atividades e Orçamento é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospectiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00

Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa

Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Conclusão

Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que: (i) os pressupostos utilizados não proporcionam uma base razoável para nos permitir concluir sobre as previsões contidas no "Plano de Atividades e Orçamento 2026-2028" respeitante ao exercício de 2026; (ii) a projeção não está devidamente preparada com base nos princípios, e não inclui, quando aplicável, as fundamentações para pedidos de dispensa do cumprimento daqueles princípios; e (iii) a projeção não está apresentada de acordo com o exigido nos termos do artigo n.º 43 do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e nas instruções definidas para a elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028.

Devemos, ainda, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

Chamamos a atenção para as seguintes situações referentes ao "Plano de Atividades e Orçamento 2026-2028":

1. O "Plano de Atividades e Orçamento 2026-2028" respeitante ao exercício de 2026 foi aprovado pelo Conselho de Administração em 16 de setembro de 2025, mas será ainda objeto de apreciação pelo acionista, pela Entidade do Tesouro e Finanças e objeto de despacho pela Tutela, pelo que na eventualidade do referido Plano de Atividades e Orçamento não vir a ser aprovado, a revisão das estimativas utilizadas na preparação da Informação Financeira Prospectiva poderá ter um impacto significativo no mesmo.
2. A Entidade estima: (i) um aumento dos gastos com pessoal (ii) uma diminuição do rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios (rácio de eficiência operacional), excluindo os impactos extraordinários. Nos pontos 3.4.4 e 4 do "Plano de Atividades e Orçamento 2026-2028" a Administração da Entidade fundamenta o aumento dos gastos com pessoal devido à aplicação da atualização salarial previsto no acordo de rendimentos, e solicita autorização para esse aumento, pelo que o cumprimento das Instruções para a Elaboração dos Planos de Atividade e Orçamento para 2026-2028 encontra-se dependente da decisão que vier a ser tomada sobre os referidos pedidos de autorização.

A nossa conclusão não é modificada em relação a estas matérias.

Restrição na distribuição do uso

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Entidade e apresentação à Entidade do Tesouro e Finanças, para a finalidade mencionada no parágrafo da Introdução, pelo que não deve ser utilizado para quaisquer outras finalidades, nem ser distribuído a outras entidades sem nossa autorização expressa.

Lisboa, 17 de setembro de 2025



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Ana Alexandra Dornelas Pinheiro, ROC

Registo na OROC n.º 1496

Registo na CMVM n.º 20161106

Considerando que:

1. O n.º 9 do artigo 39.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, que aprovou o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial (RJSPE), estabelece que as propostas de Plano de Atividades e Orçamento (PAO) não produzem quaisquer efeitos até à respetiva aprovação pelos membros do Governo responsáveis pela área das finanças e do sector de atividade;
2. A EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, S.A. (EPAL) submeteu, no Sistema de Informação do Sector Empresarial do Estado (SISSEE), o PAO para o período 2026-2028 (PAO 2026), sobre o qual os Órgãos de Fiscalização da EPAL emitiram pareceres favoráveis, sujeita à aceitação das fundamentações apresentadas pela empresa para as exceções pretendidas;
3. Nos termos dos n.ºs 7 e 8 do artigo 39.º do RJSPE, a Entidade do Tesouro e das Finanças (ETF) elaborou o Relatório de Análise n.º 05/2026, de 12 de janeiro, no qual conclui que o PAO 2026 da EPAL se encontra em condições de merecer aprovação, com as condicionantes identificadas na respetiva conclusão; e
4. O Relatório de Análise referido no número anterior foi aprovado por Despacho do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, no qual foram concedidas as autorizações legalmente necessárias, conforme previstas no referido Despacho.

Assim, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 9 do artigo 39.º do RJSPE, aprova-se o PAO 2026-28 da EPAL, circunscrito ao exercício de 2026 e com as condicionantes enunciadas acima.

A Ministra do Ambiente e
Energia,

O Secretário de Estado do
Tesouro e das Finanças,

(Maria da Graça Carvalho)

(João Silva Lopes)